



DEMOCRACIA E CRIME ORGANIZADO

Os poderes fáticos das
organizações criminosas e
sua relação com o Estado

Glauca Marinho | Lena Azevedo | Sandra Carvalho
Josmar Jozino | Fausto Salvadori

FICHA TÉCNICA

Título do projeto:

Democracia e crime organizado: os poderes fáticos das organizações criminosas e sua relação com o Estado

Autores:

Glauca Marinho, Lena Azevedo e Sandra Carvalho (Justiça Global)
Fausto Salvadori e Josmar Jozino (Ponte Jornalismo)

Revisão

Marilene de Paula

Projeto gráfico e diagramação:

Beto Paixão
fb.com/bpstudiodesign
betopaixao.jf@gmail.com

Fundação Heinrich Böll

Rua da Glória, 190/701 - Glória
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
CEP 20.241-180
+55 21 3221 9900
info@br.boell.org
www.br.boell.org

**Licença CC BY-NC-AS 4.0**

M338d

Marinho, Glauca

Democracia e crime organizado: os poderes fáticos das organizações criminosas e sua relação com o Estado. Glauca Marinho, Lena Azevedo, Sandra Carvalho, Josmar Jozino, Fausto Salvadori.

Rio de Janeiro: Fundação Heinrich.

Böll, 2019.

82 p.

ISBN 978-85-62669-35-4

1. Crime organizado - Rio de Janeiro. 2. Crime organizado - São Paulo.
3. Crime organizado - Pernambuco. 4. Crime organizado - Ceará. 5. Crime organizado - Estado. I. Azevedo, Lena. II. Carvalho, Sandra. III. Jozino, Josmar. IV. Salvadori, Fausto. V. Título.

CDD 364.106



PREFÁCIO

A América Latina é o continente mais desigual na distribuição de riquezas e renda no mundo. É um continente marcado pela política de elites que se perpetuam no poder, mas também de muitas lutas sociais, desafiando em ciclos constantes essas elites. Todo o continente é formalmente democrático. Há eleições livres, divisão de poderes e liberdade de imprensa. Formalmente. Mas quanta democracia realmente se encontra nesses diferentes países quando se olha mais de perto? As políticas realizadas, as leis e decretos beneficiam a quem? Quem controla os meios de comunicação, quanto de política se encontra no sistema de Justiça? Os sistemas de educação formam realmente cidadãos e cidadãos capazes de monitorar as instituições estatais? E quem controla a economia, quem controla as armas? Como se incentiva de fato a mobilidade social? Como fortalecer uma participação mais ampla dos setores populares na sociedade como um todo?

O Brasil tem melhorado seus números ligados a garantia dos direitos humanos ao longo das últimas décadas. Mesmo assim, em anos recentes o jogo democrático parece de novo favorecer completamente as elites excludentes de antes, com um desmonte institucional e estrutural nas áreas sociais que buscavam ampliar a igualdade, acessos e justiça. Como foi possível que o jogo virou dessa forma tão rapidamente? Quais as estruturas de poder que se mantinham e cresceram? São perguntas a serem respondidas ao longo dos próximos anos e pesquisas.

Outro aspecto importante que marca a situação no mundo e na América Latina desde a caída do muro de Berlim, em 1989: com a crescente globalização e o triunfo do neoliberalismo, cresceram também estruturas ilegais em dimensões pouco conhecidas anteriormente. Com vazios de poder pela caída do socialismo, aproveitando lacunas nas regulamentações entre um país e outro na globalização e quantidades incontroláveis de mercadoria movidas entre os países por um estado só, se estabeleceram redes e organizações que se aproveitaram dessas lacunas e cresceram tanto como um negócio, como quanto uma política que atua na linha tênue (já não tão fina) entre o legal e o ilegal. Com os anos estas redes

e estruturas estão formando um verdadeiro poder nos estados. Influenciam a política e a economia com o único objetivo de obter lucro para eles mesmos. Não têm nenhuma noção de sociedade, não pagam impostos, não dependem de votos. Geralmente geram estruturas autoritárias para se manter no poder dentro das democracias, na América Latina e também no Brasil.

Achamos que para lidar com esse fenômeno, é importante entender bem mais como funcionam essas redes e estruturas. É difícil, porque o acesso a dados é limitado, incerto e muitas vezes perigoso. Temos que aprender a fazer novas perguntas, novas aproximações. Mas vale a pena tentar.

A publicação *Democracia e crime organizado: os poderes fácticos das organizações criminosas e sua relação com o Estado* olha umas das facetas desses poderes fácticos: qual o papel do Estado em relação às principais organizações criminosas no Brasil. Os autores Glaucia Marinho, Lena Azevedo e Sandra Carvalho, da Justiça Global, e Josmar Jozino e Fausto Salvadori, da Ponte Jornalismo têm acompanhado o tema ao longo de muitos anos e nos trazem os caminhos que percorreram as duas principais facções criminosas do Brasil: o Primeiro Comando da Capital, grupo originário de São Paulo e o Comando Vermelho, do Rio de Janeiro. Os autores nos contam que de pequenos grupos ocultos no interior das prisões, os grandes grupos criminosos brasileiros se transformaram em organizações capazes de controlar o comércio internacional de drogas, ameaçar ou matar autoridades e impor o controle territorial em comunidades negras e pobres por todo país. Como surgiram esses grupos e como conquistaram tanto espaço e poder? As reflexões presentes na publicação são um convite para responder essas e outras questões. Boa leitura a todos!

Annette von Schönfeld

Diretora Fundação Heinrich Böll - Rio de Janeiro

Marilene de Paula

Coordenadora de Programas

Fundação Heinrich Böll - Rio de Janeiro



SUMÁRIO

Introdução: no coração do poder	7
1. Rio de Janeiro: pioneiro das facções, berço das milícias	11
Comando Vermelho: os que a Anistia não perdoou	11
As outras gerações do Comando Vermelho	14
O TCP e o fim anunciado da ADA, a “milícia sem militares”	15
Povo de Israel: a facção inusitada	17
Milícias: a face ilegal do Estado	18
O longo braço das milícias	22
2. São Paulo: PCC, do Carandiru para o mundo	25
Cadeia: guarda o que o sistema não quis	25
Os pais do monstro	27
Promessa cumprida	29
A facção sai das sombras	29
A reação legal do governo	30
Além dos muros das prisões	31
A reação ilegal do Estado	32
Expansão	33
O racha	34
Crescendo nas lacunas do Estado	35
Redução nos homicídios	37
Xeque-mate: Machadinho e Pedrosa	38
Os ataques do PCC em maio de 2006	40
Os piores crimes de maio de 2006: a reação do Estado	41
Na mídia: um sequestro por um manifesto	43
P2 de Venceslau: “o escritório do Partido do Crime”	43
Xeque-mates	45
A Rota na rua – contra o PCC	45
Os conflitos de 2012	47

3. Pernambuco: o pacto que quase funcionou	50
4. Ceará: das gangues às facções	54
No começo eram as gangues	54
Acordos e desacordos	55
Massacres de meninos, vilipêndio de meninas	56
A importância econômica do Ceará para as facções	59
O papel do Estado	61
5. Crime organizado hoje: conflito transnacional	63
Expansão pela fronteira: o “Projeto Paraguai”	63
Expansão no norte	64
PCC x CV: Rompimento e guerra	65
Guerra fora, guerra dentro	68
O PCC hoje	69
6. Considerações finais	73
7. Recomendações	76
Cronologia	78
Referências bibliográficas	80
Livros e estudos	80
Conteúdo jornalístico	81

INTRODUÇÃO

NO CORAÇÃO DO PODER

Na manhã de 4 de fevereiro de 2019, vestindo terno, gravata e camisa em tons sobre tons de azul, o ministro Sérgio Fernando Moro, titular do chamado “superministério” da Justiça e Segurança Pública do governo Jair Bolsonaro (PSL), apresentou o seu Anteprojeto de Lei Anticrime, um pacote de propostas de mudanças na legislação penal brasileira. O ministro já falava por cerca de 25 minutos quando declarou:

“Bem, nós temos as nossas organizações criminosas, algumas conhecidas nominalmente. Vamos então deixar claro na lei, como se diz, ‘cristal clear’, que estas organizações são organizações criminosas, também com o objetivo de um efeito preventivo.”

Em seguida, Sergio Moro leu uma proposta de alteração da lei de organizações criminosas (Lei Federal nº 12.850/2013). A proposta mexia pouco nas definições legais, mas chamou a atenção de diversos juristas¹ ao levar para a letra da lei o nome de quatro facções criminosas e a

denominação genérica de uma quinta. A inspiração, segundo Moro, veio do Código Penal italiano, que, no artigo 416-bis, sobre as associações do tipo mafiosas, mencionava a Camorra, a Máfia de Nápoles, e a ‘Ndrangheta, a Máfia da Calábria².

“Art.....

§ 1o Considera-se organização criminosa a associação de 4 (quatro) ou mais pessoas estruturalmente ordenada e caracterizada pela divisão de tarefas, ainda que informalmente, e que:

I - tenham objetivo de obter, direta ou indiretamente, vantagem de qualquer natureza, mediante a prática de infrações penais cujas penas máximas sejam superiores a 4 (quatro) anos;

II - sejam de caráter transnacional; ou

III - se valham da violência ou da for-

² Codice Penale, art. 416-bis. Associazioni di tipo mafioso anche straniere. “(...) Le disposizioni del presente articolo si applicano anche alla camorra, alla ‘ndrangheta e alle altre associazioni, comunque localmente denominate, anche straniere, che valendosi della forza intimidatrice del vincolo associativo perseguono scopi corrispondenti a quelli delle associazioni di tipo mafioso.” Disponível em <<https://lexscripta.it/codici/codice-penale/articolo-416-bis>>

¹ Cf. SEMER (2019) e STRECK (2019).

*ça de intimidação do vínculo associativo para adquirir, de modo direto ou indireto, o controle sobre a atividade criminal ou sobre a atividade econômica, como o **Primeiro Comando da Capital, Comando Vermelho, Família do Norte, Terceiro Comando Puro, Amigo dos Amigos, Milícias**, ou outras associações como localmente denominadas. (grifo nosso)*

“O final significa que o rol não é exaustivo. Não é possível nominar todas. Nós nominamos algumas mais conhecidas e de alcance nacional, como o PCC e o Comando Vermelho”, continuou o ministro de azul, após a leitura do trecho. Em seguida, explicou por que escolheu nomear as facções criminosas no texto legal: “Isso pode ter efeito importante que manda o recado que essas organizações estão fora da lei”.

Pode ser considerado um marco. O dia em que o superministro da Justiça, na Esplanada dos Ministérios da capital federal, diante de um auditório que reunia governadores e secretários de Segurança Pública de todo o país, mencionou, na fala e por escrito, o nome de diversas facções criminosas brasileiras. A atitude do ministro deixava clara uma reviravolta, ocorrida nos últimos anos, na postura das autoridades diante dos grupos criminosos.

“Tudo isso não passa de ficção. Em São Paulo não existe crime organizado”, afirmava em 1997 João Benedicto de Azevedo Marques, secretário de Administração Penitenciária do governo Mário Covas, numa época em que o PCC — a primeira facção nomeada por Moro em seu discurso de 2019 — já contava com quatro anos de existência³. Nas décadas seguintes, quando as rebeliões em massa dos presídios e os atentados praticados nas ruas tornaram impossível negar a existência das facções, a estratégia passou a ser a

³ JOZINO, Josmar. Cobras e lagartos: a verdadeira história do PCC. São Paulo: Objetiva, 2004.

de minimizar sua importância. “O PCC é uma organização falida e desmantelada” que “não morde mais ninguém”, declarou em 2002 o delegado Godofredo Bittencourt, diretor do Deic (Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado)⁴. Antonio Ferreira Pinto, que ocupou os cargos de secretário da Administração Penitenciária entre 2006 e 2009 e da Segurança Pública entre 2009 e 2012, durante os governos de Geraldo Alckmin, José Serra e Alberto Goldman, seguiu uma linha parecida. “O PCC são no máximo 30 presos influentes que exercem algum poder de decisão e estão cumprindo pena em um só presídio, em Presidente Venceslau”, declarou em 2011⁵. Ferreira Pinto continuou na mesma toada após deixar o cargo: “Continuo dizendo que as figuras proeminentes não chegam a 30. Há um exagero com relação à facção. Eles são cruéis, mas não são intelectuais, não são estrategistas”, reiterou três anos depois⁶.

No Rio de Janeiro, os governos locais também procuravam minimizar o papel do crime organizado e, sempre que possível, tentavam ocultar suas ações da opinião pública. O governador Moreira Franco chegou a esconder que havia sofrido dois ataques do Comando Vermelho. “Poderia ter ido à televisão e faturado politicamente. Eu me colocaria como vítima do crime organizado. Mas pensei melhor. Admitir isso era absurdo. Significava dizer que o poder público, na figura

⁴ PENTEADO, Gilmar; SILVA, Alessandra. Polícia de SP anuncia “falência” do PCC. Folha de S.Paulo. São Paulo, 28/11/2002. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811200201.htm>>

⁵ PINTO, Ferreira. ‘PCC se resume a 30 líderes em presídio’, diz secretário. Entrevista concedida a Bruno Paes Manso. O Estado de S. Paulo, 12/5/2011. Disponível em <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pcc-se-resume-a-30-lideres-em-venceslau-diz-antonio-ferreira-pinto,717986>>

⁶ PINTO, Ferreira. Ferreira Pinto: “O Estado não pode abrir mão da sua autoridade”. Agência Pública, 22/5/2014. Entrevista concedida a Fausto Salvadori e William Cardoso. Disponível em <<https://apublica.org/2014/05/ferreira-pinto-o-estado-nao-pode-abrir-mao-de-sua-autoridade>>

do próprio governador, estava vulnerável a uma ação armada”, afirmou⁷.

A postura de silenciar ou minimizar o papel das facções foi adotada também por parte do jornalismo, incluindo aí as numerosas TVs, rádios e jornais dos maiores grupos de comunicação do País, Globo e Record, que adotam a prática de não mencionar em suas reportagens o nome de grupos criminosos brasileiros, por acreditar que nomear é dar força.

As declarações do ministro Sérgio Moro representaram, assim, um ponto de virada, ao fazer questão de dizer em voz alta e escrever em letra impressa nomes que as autoridades estatais e parte do jornalismo vinham procurando evitar. A nova atitude em relação ao crime organizado foi seguida também pelo governador paulista João Doria (PSDB). Na breve coletiva de imprensa em que anunciou a transferência da cúpula do Primeiro Comando da Capital para presídios federais, em 13 de fevereiro de 2019, Doria mencionou o nome do PCC e do “líder Marcola”, referindo-se a Marco Willians Herbas Camacho⁸.

O objetivo deste estudo é olhar para a história dos principais grupos do crime organizado brasileiro, buscando entender como surgiram e conquistaram tanto espaço e poder a ponto de se tornarem uma força de importância real na vida nacional, que as autoridades máximas do Estado brasileiro já não podem mais ignorar ou minimizar, como faziam há poucos anos.

Pretendemos descrever como se deu a evolução das facções — que, de pequenos grupos ocultos no interior das prisões, transformaram-se em organizações capazes de controlar o comércio interna-

cional de drogas, ameaçar e matar autoridades e impor o controle territorial em comunidades pobres — e o surgimento das entidades paramilitares conhecidas como milícias, que evoluíram dos antigos grupos de extermínio para desembocar em organizações altamente imbricadas em diversos níveis do Estado, com conexões que chegam à família do atual presidente da República⁹.

Para analisar como se deu a expansão do crime organizado e qual foi o papel do Estado nesse processo, pesquisadores e jornalistas que acompanham há décadas o cenário do crime organizado se propuseram a contar essa história desde o começo, no Rio de Janeiro, berço das primeiras facções criminosas modernas e também das milícias. Em seguida, vamos a São Paulo, berço do Primeiro Comando da Capital, a mais influente e poderosa das facções. Saindo da região Centro-Sul, avançamos para o Nordeste, onde abordamos o cenário do crime organizado em Pernambuco e no Ceará.

O capítulo seguinte analisa as origens do complexo cenário atual do crime organizado, provocado em grande medida pela expansão nacional e internacional do PCC, que estimulou a multiplicação de facções locais, as quais passaram a assumir posições de aliadas, inimigas ou grupos neutros em relação à facção paulista, numa dinâmica complexa de acordos e embates que afeta diretamente as vidas de milhões de pessoas.

A compreensão de como se dá a evolução das facções e milícias, a relação entre cada uma, seus conflitos e acordos, bem como o papel do Estado nesse processo, com todas as contradições dessa relação, é fundamental para a criação de políticas públicas que sejam efetivas e consigam fazer algo melhor do que aquilo que tem

7 AMORIM, Carlos. Comando Vermelho: A história do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1993.

8 Governo de SP realiza operação para transferência de presos. Portal do Governo de SP, 13/2/2019. Disponível em <<http://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/confira-coletiva-de-imprensa-do-governador-de-sp-sobre-a-transferencia-de-presos>>

9 OLIVEIRA, Cecília. As ligações dos Bolsonaro com as milícias. The Intercept Brasil, 22/1/2019. Disponível em <<https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>>

sido a grande tradição brasileira na área de segurança pública, a de colocar agentes públicos nas ruas movidos por uma lógica

de guerra, que frequentemente os leva a cometer crimes piores do que aqueles dos criminosos que deveriam combater.

RIO DE JANEIRO: PIONEIRO DAS FACÇÕES, BERÇO DAS MILÍCIAS

COMANDO VERMELHO: OS QUE A ANISTIA NÃO PERDOOU

O Comando Vermelho surgiu no Instituto Penal Cândido Mendes, chamado também de Caldeirão do Diabo, na Ilha Grande, no estado do Rio de Janeiro, em 1979. William da Silva Lima, um dos fundadores da facção, falecido em 1º de agosto de 2019, aos 76 anos, lembra que partiu de Nelson Nogueira dos Santos a proposta de estabelecer normas de convivência dentro do presídio¹⁰. Lima, que já tinha passado pela unidade prisional e era reconhecido também como uma liderança, foi procurado por Santos, um preso culto, que gostava de ler, escrever, ouvir música clássica, era responsável pela redação de documentos e, por isso mesmo, considerado também um líder na Ilha Grande.

“No primeiro banho de sol, pudemos conversar longamente. Ele discorreu sobre as dificuldades do Fundão (ala onde ficavam confinados os assaltan-

tes de banco comuns) e a necessidade de organizar os companheiros, superando diferenças trazidas da rua, estabelecendo um modo de vida que permitisse liberar nossas energias para o confronto com a repressão e a luta pela liberdade. Temia que eu desse força para os mais renitentes a essa organização, que diziam ser meus amigos”. (LIMA, 2001)

A formação original do Comando Vermelho era basicamente de assaltantes de banco, profissão que Lima afirmava ser nada rentável na época. Era uma atividade que demandava muito planejamento, algo difícil de executar, envolvia muita gente e o lucro, segundo ele, só dava para sobreviver até o próximo roubo.

O professor formado em história e mestre em filosofia Eduardo Migowski, ao contrário de Lima, ressalta que o “assalto a banco era uma prática comum entre a guerrilha de esquerda, e muito lucrativa” e que, por tal motivo, “esse tipo de crime era enquadrado dentro da legislação

¹⁰ LIMA, William da Silva. 400 contra 1 – uma história do Comando Vermelho, 2ª ed. São Paulo: Labortexto Editorial, 2001.

de exceção (Lei de Segurança Nacional – LSN) e, pelo princípio da simetria entre as penas, guerrilheiros de esquerda e bandidos comuns eram jogados nesse mesmo espaço”¹¹.

“É interessante notar que a simetria era apenas em relação à punição, e os benefícios concedidos aos presos políticos não chegavam aos demais. Tal contradição gerou uma revolta e um sentimento de injustiça muito grande entre os presos. E foram esses homens que formaram a ‘Falange da LSN (Lei de Segurança Nacional)’, que depois seria conhecida como Falange Vermelha e, por fim, como Comando Vermelho”, recorda.

A inclusão de assaltantes comuns na Lei de Segurança Nacional (LSN) cumpria a função de invisibilizar as prisões políticas, como explica a historiadora Cátia Faria¹².

“A segunda questão é discutir a recusa da ditadura em admitir a existência de presos políticos. Ao fazê-lo possibilitou que assaltantes de bancos sem engajamento político-partidário fossem enquadrados junto com os guerrilheiros na Lei de Segurança Nacional (LSN) de 1969. [...] Não admitindo a existência de presos políticos no Brasil a ditadura também não reconhecia o caráter político de sua prisão. À legislação que descaracterizava as ações armadas praticadas pelos guerrilheiros somava-se o total desprezo pela condição dos presos políticos obrigando-os a travar uma série de lutas dentro das cadeias para terem sua identidade de presos políticos reconhecida.” (FARIA, 2005)

11 MIGOWSKI, Eduardo. As origens do Comando Vermelho explicam por que o Brasil é tão violento. *Voyager*, 15/1/2018. Disponível em <<https://voyager1.net/sociedade/origens-do-comando-vermelho>>

12 FARIA, Cátia. *Revolucionários, Bandidos e Marginais - Presos políticos e comuns sob a ditadura militar*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói (RJ): 2005.

A pesquisadora afirma que os assaltos a banco e sequestros já estavam previstos no Decreto-Lei nº 510/1969 como crimes contra a segurança nacional, especificados no artigo 25, mas as penas eram consideradas leves, de 2 a 6 anos de reclusão. A partir do sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, em setembro de 1969, a Junta Militar que governava o país na ausência do presidente Costa e Silva, afastado por motivo de saúde, resolveu endurecer as regras e, no final daquele mesmo mês, editou o Decreto-Lei nº 898/1969, conhecido como a nova Lei de Segurança Nacional, prevendo inclusive prisão perpétua e pena de morte, como expresso nos artigos 27 e 28.

Diferente da lenda, a convivência entre presos políticos e os assaltantes comuns não era exatamente confortável. William da Silva Lima lembra que os primeiros pediram para ficar em uma ala isolada, separada dos chamados bandidos comuns.

“Para esvaziar a luta pela anistia, a ditadura negava a existência de presos políticos no país. Nesse contexto, interessados em garantir sua visibilidade para a opinião pública nacional e internacional, os membros das organizações armadas dos anos 70 lutavam para isolar-se da massa, comportamento considerado elitista por nós. Seu discurso era coerente, mas frágil: a existência ou não de presos políticos no Brasil não seria uma questão decidida pelo fato de eles estarem isolados, mas pela força do movimento de oposição à ditadura. O desejo de isolamento indicava, entre eles, a hegemonia da classe média, cujos espaços de reintegração no sistema voltavam a se abrir, no contexto da política de distensão do regime. Nós não tínhamos essa perspectiva, nem nos seria dada essa chance. Nosso caminho só podia ser o oposto: a integração na massa carcerária e

a luta pela liberdade, contando com nossos próprios meios". (LIMA, 2001)

O historiador e advogado João Marcelo Dias, autor de uma tese sobre a origem do Comando Vermelho, complementa que o lema Paz, Justiça e Liberdade, que é o da facção, já era usado há muito tempo dentro da cadeia, que tinha àquela época grupos que se autoprotégiam e rivalizavam uns com os outros, como a Falange do Jacaré e a própria Falange Vermelha (posteriormente CV)¹³.

“O Comando Vermelho começa como uma organização que visa à proteção dos presos enquanto uma classe. Essa é a grande diferença dele para os outros movimentos no sistema prisional. Sempre existiu movimento de resistência no sistema prisional, mas esse é o pulo do gato do Comando Vermelho: acabou a opressão de preso contra preso. A partir de agora preso não bate em preso, preso não estupra preso, preso não rouba preso. Quem tem problema lá fora, resolve lá fora, aqui todo mundo é preso.”

A solidariedade entre detentos devia fortalecer os para alcançar o objetivo final, que era a liberdade (fuga). Nas ruas, os que conseguiam fugir deveriam manter o compromisso de ajudar os que ficaram no presídio. Para isso, foi criada uma “caixinha” para financiar a fuga de outros.

João Marcelo Dias atribui o nome da facção (Comando Vermelho) e o aumento da repressão sobre os bandidos comuns à necessidade do governo de criar um outro inimigo interno, em substituição ao fantasma do “perigo comunista” que a ditadura havia usado para justificar perseguições, torturas e mortes.

¹³ William da Silva Lima já lia textos de esquerda, antes mesmo do ingresso de presos políticos no presídio. Dessa literatura e do breve convívio com integrantes da luta armada, antes que eles pedissem para não conviver mais com os “bandidos comuns”, surgiu o primeiro nome “Falange Vermelha”. André Torres, outro fundador do Comando Vermelho, diz que a primeira denominação do coletivo foi Grupo União, algo que não é citado em nenhum estudo sobre a origem da facção.

“Na minha pesquisa trabalhei muito como a criação do Comando Vermelho, que se dá através de uma parceria público-privada, entre o Estado e a mídia e também interesses de segurança pública na manutenção de uma política profundamente bélica. O Comando Vermelho acaba virando o monstro (eu sempre uso a metáfora do Frankenstein), que depois sai pra aterrorizar a vila. É um pouco isso. Com o fim do regime militar, era preciso ter um inimigo novo. O medo do comunismo estava acabando, estava saindo de moda. Não à toa que quem batiza o Comando Vermelho é o diretor do presídio de Ilha Grande (o capitão Nelson Salmon) e esse nome é cirurgicamente construído – *comando* dá uma ideia de centralidade, de unidade militar e *vermelho* traz esse medo todo do comunismo e essa lenda urbana que criaram, de que foram os presos políticos que ensinaram a eles a se organizar, e isso vem pra tratar esse medo. William fala muito disso no livro dele, até mesmo o título do livro, que é ‘400 contra 1’, expressa como essa figura do Comando Vermelho serviu para alimentar essa política bélica do Estado e esse endurecimento”, explica o historiador.

Embora enquadrados na Lei de Segurança Nacional, os assaltantes de banco comuns não foram alcançados pela Lei da Anistia (Lei Federal nº 6.683/1979), promulgada em 28 de agosto de 1979, conforme PEREIRA e MARVILLA (2005):

“O governo também realizou seus estudos e constatou que, entre 1969 e maio de 1979, foram condenadas no Supremo Tribunal Militar (STM) 98 pessoas por atos terroristas, 466 por assaltos a banco (incluídos os assaltantes comuns, pois a lei não fazia distinção). Constatou-se que existiam ainda 217 pessoas condenadas por organizarem partidos políticos considerados ilegais, e 280 por filiação a partidos ilegais ou grupos con-

siderados subversivos. Os estudos permitiram ainda estimar que 90% dos cinco mil punidos por atos revolucionários não tiveram processos instaurados nem culpa formada. Estimativas mais abrangentes estimaram em cerca de doze mil pessoas as que foram punidas e perseguidas pelo regime militar, entre os anos 1964 e 1979.” (Grifo nosso) (p. 105-106)¹⁴

No presídio de Ilha Grande, de acordo com William da Silva, existiam 120 detentos enquadrados na LSN por assaltos, sendo 30 presos políticos e o restante chamados de comuns.

A Lei de Anistia incluía ressalvas no 2º parágrafo do Artigo 1º, impedindo autores de assaltos de serem anistiados: “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo, assalto, sequestro e atentado pessoal”. Ainda assim, os presos políticos condenados pela prática qualificada de “crimes de terrorismo” acabaram conquistando a liberdade, mesmo condicional, “por outros expedientes jurídicos, como os indultos posteriores à Lei de Anistia” (PEREIRA & MARVILLA, 2005, p. 107).

João Marcelo Dias diz que, “com a anistia dos presos da Lei de Segurança Nacional, esses que permanecem na cadeia ficam como fundadores dessa organização: William, Zé Bigode [José Jorge Saldanha], Nanai [Apolinário de Souza], o André Borges¹⁵, que estava em Ilha Grande

14 PEREIRA, Valter P. e MARVILLA, Miguel (org.). *Ditaduras não são eternas - Memórias da resistência ao Golpe de 1964*, no Espírito Santo. Vitória (ES): Flor&Cultura: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.

15 Sobre André Borges, SÜSSEKIND lembra que: “Entrou na prisão no ano de 1958, aos 23 anos, como preso comum. Em maio de 1969 fugiu com presos políticos, já integrado às atividades da organização Movimento Armado Revolucionário - MAR. A fuga e os assaltos a banco que passou a praticar fizeram com que, quando foi recapturado, em outubro 1969, houvesse adquirido a condição jurídica de preso político, que manteve até sua soltura, em 1979. Essa alteração em sua condição processual correspondeu às mencionadas mudanças na Lei de Segurança Nacional - LSN, que passou a con-

também e é um dos fundadores do PDT (conhecido como o único preso comum que virou preso político nessa época e, liberado, chegou a trabalhar na administração penitenciária do governo Brizola). Eram basicamente assaltantes de banco, além de Rogério Lemgruber (o Bagulhão), que era como se fosse o braço armado, o cara conhecido por ser o mais violento, por assim dizer¹⁶”.

AS OUTRAS GERAÇÕES DO COMANDO VERMELHO

Nos anos seguintes, o CV se consolidou como a principal facção criminosa do Rio de Janeiro e a maior do Brasil — pelo menos, até a entrada em cena do paulista Primeiro Comando da Capital. No início da década de 1980, passou a dominar pontos de venda de drogas nas favelas. Segundo Amorim (1993), o CV chegou a dominar cerca de 90% das favelas cariocas em 1990.

Entre os crimes de maior repercussão cometidos por membros do CV, está a morte do jornalista Tim Lopes, da Globo, em 2 de junho de 2002, no Complexo do Alemão, por ordem do líder do morro Elias Pereira da Silva, o Elias Maluco, que acabou condenado a 28 anos e 6 meses de reclusão pelo crime.

siderar qualquer tipo de roubo (assalto) como crime político. Embora este não tenha sido o caso dele, já que os assaltos que cometeu durante a fuga foram cometidos para angariar fundos para a guerrilha rural do Movimento Armado Revolucionário, em 1969. Retornou à prisão e, após cumprir o restante dos 21 anos de prisão, foi libertado através do expediente de unificação e redução de penas, poucos meses antes da Lei de Anistia, que não o beneficiou, como não o fez à maior parte dos presos políticos do país, pelas condições expressas na lei.” (SÜSSEKIND, 2014, p.153).

16 Atualmente, o Comando Vermelho também utiliza a sigla CVRL (Comando Vermelho Rogério Lemgruber), em referência às origens da facção. Segundo João Marcelo Dias, “o final do nome dele é retomado no final dos anos 80, início dos anos 90, com o surgimento do CVJ (Comando Vermelho Jovem), que é basicamente a ala do Comando Vermelho que trouxe toda essa nova geração, que hoje em dia já é velha, como Fernandinho Beira Mar, Marcinho VP, esse pessoal que está na [penitenciária] federal tentando voltar pro Rio agora, algo que dificilmente ocorrerá”.

O Comando Vermelho não conseguiu conquistar uma hegemonia como a do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo, pois sempre se viu envolvido em conflitos internos e com grupos rivais, como o Terceiro Comando Puro (TCP) e a Amigo dos Amigos (ADA), que frequentemente descambavam para confrontos sangrentos, com impacto na taxa de homicídios do Rio.

A facção também foi prejudicada pela implantação das Unidades de Polícia Pacificadora, iniciada pelo governo fluminense a partir de dezembro de 2008. Até 2014, o governo implantou 38 UPPs. Saudadas como a solução para o problema das facções criminosas no Rio, as UPPs se mostraram apenas mais uma variação da estratégia de ocupar bairros pobres com forças militarizadas, nada muito diferente do que o Estado brasileiro vem fazendo pelo menos desde a Guerra de Canudos (1897-1898). O fracasso do modelo ficou evidente em 2013, com a repercussão nacional da tragédia do ajudante de pedreiro Amarildo Dias de Souza, que desapareceu após ser levado por policiais da UPP da Rocinha.

Hoje, a segunda geração do Comando Vermelho está há mais de uma década trancafiada em presídios federais, como Luiz Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, atualmente em Porto Velho (RO), condenado a mais de 300 anos, e Márcio dos Santos Nepomuceno, o Marcinho VP, sentenciado a 48 anos de reclusão, atualmente no Presídio Federal de Mossoró (RN).

A geração atual é formada por jovens, um pouco distante da concepção política que orientou a criação do Comando Vermelho, de resistência e enfrentamento ao Estado, considerado opressor e responsável pelas torturas e maus tratos em presídios. A ampliação da repressão policial, incentivada pela eleição de Jair Bolsonaro (PSL) à Presidência da República,

e de Wilson Witzel (PSC) para o governo do Rio de Janeiro está, de certa forma, encurtando a distância entre o passado e presente.

“O que a gente percebe é que essa geração antiga, que traz um grau de politização, de discurso, que tem consciência do mercado (de militarização e armamento) que é mobilizada por conta da existência deles, isso está voltando à tona, especialmente nesse último ano. Eu trabalho na Defensoria Pública e fazemos fiscalização direto (pelo menos duas por mês) e na maioria das unidades se percebe que está voltando essa coisa do Comando Vermelho enquanto uma resistência, muito pincelado, muito de leve, mas está voltando. Até a garotada mais nova está recorrendo aos mais antigos, para saber como é que faz, porque voltaram a ser alvo enlouquecidamente – esse governador eleito no Rio (Witzel) disse que quem aparecer com fuzil vai tomar tiro na cabeça. Então, eles estão vendo o cerco se fechar novamente, assim como foi quando o Comando Vermelho foi criado, com objetivo de enfrentar a opressão dentro do sistema prisional”, avalia Dias.

O TCP E O FIM ANUNCIADO DA ADA, A “MILÍCIA SEM MILITARES”

Tanto o Comando Vermelho quanto o Terceiro Comando (TC), desdobramento da Falange do Jacaré, já existiam na década de 1970 dentro do sistema prisional carioca. O Terceiro Comando Puro (TCP) surge em 2002, no conjunto de favelas da Maré, zona norte do Rio de Janeiro, a partir de um racha do TC. A facção era pequena e só ampliou seu poder após uma revolta no presídio Bangu 1, no Complexo de Gericinó, em 11 de setembro de 2002. O motim foi liderado por Fernandinho Beira-Mar, que ordenou o assassinato de desafetos, dentre eles Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, um dos fundadores da

facção ADA (Amigos dos Amigos). A chacina em Gericinó, que teve outros três membros da ADA mortos, além de Uê, levou integrantes do TC a passarem para o Terceiro Comando Puro e ADA¹⁷.

Atualmente, o Terceiro Comando Puro está em 12 favelas na cidade do Rio de Janeiro, perdendo em território apenas para o CV¹⁸. O TCP tem acordo com as milícias em diversas comunidades, seja no “aluguel” de territórios ou na divisão de percentuais arrecadados com o tráfico de drogas com milicianos. É menos comum, mas o Comando Vermelho também mantém parceria com milícias em determinados territórios¹⁹, como explica José Cláudio Souza Alves, professor de sociologia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), que estuda grupos de extermínio e milícias há 25 anos e é autor do livro *Dos Barões ao extermínio: - uma história de violência na Baixada Fluminense*.

“Em 2006, 2007, o Terceiro Comando de Parada de Lucas [zona norte do Rio] tinha tomado Vigário Geral do Comando Vermelho e as duas favelas juntas estavam alugadas pela milícia para o TCP. Isso era uma coisa consolidada nessa época. Talvez a novidade, a metamorfose seja o tráfico começando com essas práticas milicianas, como cobrança de taxa de segurança, transporte clandestino, venda de bujão a gás, gatonet [venda ilegal de serviços de TV a cabo]. Com essas práticas, que estão aparecendo de quatro anos pra cá, as facções começaram a perceber que podem ganhar mais. Só que o tráfico tem menos força, por que não conta com o apoio do Estado. O Estado o transforma em um inimigo a ser

¹⁷ Um dos fundadores do ADA, Celso Luís Rodrigues (Celsinho da Vila Vintém), para não ser morto pelo CV, teria traído os companheiros e selado acordo com o CV.

¹⁸ OLIVEIRA, Cecília e EIRAS, Yuri. O fim de uma facção. *The Intercept Brasil*. 13/12/2018. Disponível em <<https://theintercept.com/2018/12/13/o-fim-de-uma-faccao/>>

¹⁹ BERLOTTTO, Rodrigo. Milícias S.A. *Uol Tab*, 17/4/2018. Disponível em <<https://tab.uol.com.br/milicias/>>

eliminado. Então, isso sempre vai refrear e diminuir muito o ímpeto do tráfico nessas áreas”, explica Alves em entrevista à Justiça Global em agosto de 2018.

A ADA também surgiu dentro dos presídios do Rio, entre 1994 e 1998, segundo o pesquisador João Marcelo Dias, em entrevista à Justiça Global em agosto de 2018, “originalmente como um grupo que não brigava com um nem outro (TC e CV)”. *“Eles não tinham território algum. A ADA passa a ter um lugar aí quando conquista a Rocinha. Antes disso era um grupo que negociava com Terceiro Comando e o Comando Vermelho e funcionava como intermediário junto ao Estado. De todas as facções, é a que tem mais proximidade com o Estado. Aquelas questões todas de caveirão servindo de Uber para invasão de facções em áreas de grupos rivais [aluguel do veículo blindado das polícias, o Caveirão, por traficantes], quem negocia isso sempre é a ADA. Eles têm essa proximidade toda com o Estado. A ADA é quase que uma milícia sem militares, por assim dizer. Tem a mesma relação promíscua com o Estado e as forças de segurança, mas está acabando. Em questão de dois anos não vai existir mais ADA no Rio de Janeiro”,* avalia.

A ADA está em extinção. Até dezembro de 2018, seus 2.049 integrantes estavam espalhados em três unidades prisionais cariocas. Após perder o controle da Rocinha e gradativamente de outras 18 favelas para o CV, milícias e TCP (OLIVEIRA, 2018), integrantes da ADA, incluindo a liderança Antônio Bonfim Lopes (Nem), preso em uma unidade prisional federal de Rondônia, migraram para o TCP e nos bastidores do sistema prisional a informação é de que Celso Luís Rodrigues (Celsinho da Vila Vintém) está em negociação para retornar ao Comando Vermelho, primeira facção que integrou.

A derrocada da ADA começou na Rocinha. O sucessor de Nem, Rogério Avelino da Silva, o Rogério 157, em 2017, migrou

para o Comando Vermelho²⁰. Na guerra que se seguiu, Nem se aliou ao PCC para tentar retomar o controle da Rocinha²¹. Não deu certo. Após intensa disputa entre ADA, que dominava a parte de baixo da favela, e os seguidores de Rogério 157, na parte de cima, o CV tomou de vez a Rocinha.

A parceria entre PCC e ADA não durou muito, mas disparou uma corrida armamentista, insuflada pela dissidência entre PCC e CV nos estados (*veja mais no quarto capítulo deste trabalho*). “*Nesse negócio de fecha parceria com um, fecha com outro, está todo mundo se armando. Nunca entrou tanto fuzil no Rio de Janeiro como nos últimos dois anos. Não à toa, temos visto notícias, cada vez mais, de pessoas assaltando padarias com fuzil. E isso acontece por um motivo muito simples: você se prepara para uma guerra, essa guerra não acontece, aí o garoto que é 157 [assaltante], quando ele acorda de manhã e passa na boca pra pegar a arma que ele aluga, há dois anos que ele passa lá alugando uma .40, uma .380 para fazer o roubo dele na rua, e vendo aquelas caixas de fuzil paradas lá. ‘Quanto é que a pistola pra alugar?’ ‘R\$ 350.’ ‘E aquele fuzil ali?’ ‘R\$ 450.’ ‘Pô, hoje eu vou de fuzil.’ E as próprias facções precisam colocar esse fuzil pra jogo. A guerra não chegou, eles se armaram – o Comando Vermelho, principalmente, trouxe muito fuzil pra fora, eles tinham esquemas inclusive nos EUA, que abriram uma loja lá e estavam montando um fuzil Frankenstein que eles chamam (apesar de ser um fuzil Frankenstein, deixou as polícias aqui chocadas pela qualidade, alguns funcionam melhor do que os originais que os policiais têm aqui) – e as bocas de fumo*

20 DECLERCQ, Marie. Tudo o que sabemos sobre os conflitos na Rocinha. Vice Brasil. 27/9/2017. Disponível em <https://www.vice.com/pt_br/article/kz7n83/tudo-que-sabemos-sobre-os-conflitos-na-rocinha>

21 O Dia. MP atesta união de PCC com Nem da Rocinha. O Dia. 13/07/2018. Disponível em <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5557333-mp-atesta-uniao-de-pcc-com-nem-da-rocinha.html>>

estavam lotadas com esses fuzis”, conta João Marcelo Dias.

POVO DE ISRAEL: A FACÇÃO INUSITADA

O Rio de Janeiro tem 45 presídios, com 28.688 vagas para 51.728 presos. Do total de unidades, 33 estão superlotadas. Das 22 unidades do Complexo prisional de Gericinó, em Bangu, Zona Oeste do Rio de Janeiro, 10 são ocupadas pelo Comando Vermelho, que tem o maior contingente de presos no Estado, respondendo por 42,03%. (GLOBONEWS, 2018)

A segunda filiação da população prisional do estado é identificada como neutra, mas não é exatamente assim, como explica o pesquisador João Marcelo Dias. “Eles eram chamados antes de presos de seguro, só que foi criada a categoria seguro do seguro. Os presos originalmente de seguro já viraram uma facção, que só existe dentro do sistema prisional do Rio de Janeiro, que é o Povo de Israel. Eram presos não aceitos em facção nenhuma – sabe aquele golpe do falso sequestro, que alguém liga pra alguém como se fosse um parente sequestrado? São eles. Facção não faz isso. Se você perguntar em cadeia de CV, TCP ou ADA o que os detentos pensam disso, vão dizer que ganhar dinheiro em cima de sofrimento da mãe dos outros é coisa de ‘vacilão’. Esses presos não tinham onde ficar, por que não eram aceitos. Em sua grande maioria, além do falso sequestro, são presos por crimes sexuais – os mais violentos não são aceitos em organização criminosa alguma.”

Conforme Dias, esses internos se juntam inicialmente virando o seguro do seguro em Água Santa, no Presídio Ary Franco (unidade hoje que abriga Comando Vermelho e presos federais), onde antes havia galerias divididas entre ADA, CV, TCP e eles. “Essa área onde esses ‘neutros’ ficavam era conhecida como Faixa de Gaza.

Eles foram expulsos dali e ficaram peregrinando pelo sistema, em busca de sua terra prometida. Por isso, eles se autodenominaram Povo de Israel, que depois foi abreviado para Rael. Mas eles não têm território do lado de fora, não operam boca de fumo, é uma facção que existe única e exclusivamente dentro do sistema prisional”, explica. João Marcelo Dias afirma que “as pessoas que não pertencem ou não são aceitas pelas facções são absorvidas pelo Povo de Israel”. Isso explica o crescimento dessa facção inusitada dentro do sistema prisional fluminense.

Uma outra pessoa que há décadas realiza visitas em unidades e prefere não ser identificada explica que essa movimentação do Povo de Israel começou a ser percebida há dois anos. Sem preocupação com ocupação de território, e realizando os golpes de falso sequestro a partir da cadeia, o grupo não tem uma organização externa. A junção dessas pessoas rejeitadas por todas as facções parece ter a função de autoproteção dentro do sistema.

“O Povo de Israel é muito organizado. Se o cara faz uma bobagem em uma cadeia neutra, quando ele chega em outra unidade da facção todo mundo já sabe quem é ele. Tinha uma travesti em uma unidade de Japeri e essa unidade tinha muita extorsão e extorquiram a mãe de um promotor. Essa travesti estava em uma cela do coletivo e o promotor resolveu fazer uma vistoria na unidade. Quem tinha a voz feminina que supostamente teria extorquido por celular a mãe do promotor? Ela, que foi levada para ‘interrogatório’. Bateram muito mesmo e ela acabou entregando quem era. Quando voltou, foi pra mesma unidade, mesma galeria, mesmo coletivo, que fez barbaridades. Ela tinha silicone no rosto, no seio. Ficou toda deformada, foi estuprada por vários presos. Depois disso, foi transferida para uma unidade do Comando Vermelho, onde vive isolada”, relata, lembrando a ação ilegal do promotor,

já que encaminhou a presa para a mesma cela após o depoimento sob tortura.

O Povo de Israel tem cerca de 18 mil detentos espalhados em 11 unidades.

MILÍCIAS: A FACE ILEGAL DO ESTADO

O professor José Cláudio Souza Alves, da UFRRJ, conta em entrevista à Justiça Global em agosto de 2018, que, no início dos anos 2000, mídia e pesquisadores começaram a tratar do fenômeno milícia como algo novo. Políticos, como o prefeito Cesar Maia, elogiavam e incentivavam a milícia, inclusive com recursos a centros comunitários sabidamente controlados por milicianos, e dando legenda para que criminosos se candidatassem, um comportamento típico de “sócio”, conforme denunciou o deputado estadual Marcelo Freixo²². Na imprensa era comum ler reportagens positivas sobre esse agrupamento que, “em tese”, estava impedindo ou expulsando o tráfico de drogas em diversas áreas do Rio de Janeiro. A imagem da milícia na opinião pública se altera drasticamente quando, em maio de 2008, dois jornalistas e um motorista do jornal O Dia²³ que realizavam uma matéria sobre as milícias na comunidade do Batan, na zona oeste, foram brutalmente torturados por milicianos²⁴.

Para Alves, as milícias nada mais são do que a continuidade das atividades dos grupos de extermínio, com forte atuação na Baixada Fluminense entre as décadas de 1970 e 1980.

22 LIMA, Luciana. Poder Público foi “sócio” das milícias no Rio, avalia presidente de CPI. Agência Brasil. 28/8/2008. Disponível em <<http://memoria.etc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-08-28/poder-publico-foi-%E2%80%9Csocio%E2%80%9D-das-milicias-no-rio-avalia-presidente-de-cpi>>

23 CLAUDINO (2011) e AMÂNCIO (2019).

24 BORBA, Allan. Tortura a jornalistas em 2008 joga luz sobre atuação das milícias no Rio. O Globo, 30/01/2018. Disponível em <<https://acervo.oglobo.globo.com/emdestaque/tortura-jornalistas-em-2008-joga-luz-sobre-atuacao-das-milicias-no-rio-22344403>>

“São cinco décadas de grupos de extermínio, 20 anos de milícias nessa região [Baixada Fluminense], que vai gerar uma concepção de sociedade que é essa: totalitária, que executa, que faz o discurso de ‘bandido bom é bandido morto’, de que ‘milícia protege’ – o tráfico é sempre visto como grande inimigo que tem de ser liquidado. Nessa lógica, devem ser mortos pretos, pobres, favelados, miseráveis, transformados em inimigos da nação. Desde o final de 1967, se observa a construção desse projeto de Brasil”, detalha.

Para o pesquisador da UFRRJ, o que unifica milícia e grupos de extermínio, dentre outras características, é o fato de seus integrantes serem o Estado em sua face ilegal. Souza explica que não é gratuito a milícia se instalar em áreas com pouca oferta de serviços públicos, em tese mais precarizadas e distantes. “Essa ausência do Estado é a presença dele. Esse precário é a própria presença do Estado propositadamente. Ele constitui essa estrutura de poder na qual não cumpre o seu papel de realização de políticas sociais adequadas. É o consolidar a estrutura de poder nas mãos desses outros grupos. O próprio Estado consolidou essa dimensão ilegal do seu funcionamento e do seu poder. É você estar presente, garantindo aquela estrutura de poder que vai funcionar. A dissolução do Estado é a consolidação do Estado ilegal. Estado ilegal que é montado, perpetuado a partir dos grupos”, afirma.

É preciso, entretanto, observar a evolução dos grupos de extermínio para as milícias. É uma ampliação de negócios. Em comum, muitas características, como estabelecer limites territoriais, o uso da força, a execução sumária de qualquer pessoa que se contraponha aos seus negócios e, principalmente, ter em seus quadros agentes públicos, o que os torna quase intocáveis, como observa Alves. Como resultado da CPI das Milícias, de

2008, devido ao tratamento mais crítico da mídia e ao apelo social pós-tortura de jornalistas, foram indiciadas 226 pessoas. A lista incluía oito policiais civis, 67 policiais militares, três bombeiros, dois agentes penitenciários, dois militares das Forças Armadas, cinco militares de órgãos não-identificados e 130 não-policiais ou militares, além de dois deputados e sete vereadores²⁵.

O indiciamento por si só não foi capaz de deter o crescimento da organização criminosa. Dez anos após a CPI, em abril de 2018, o então presidente da comissão, deputado estadual Marcelo Freixo (PSOL), e o relator, Gilberto Palmares (PT) disseram que as milícias expandiram suas atividades para outros territórios porque o Estado não cumpriu o que determinava o relatório. Para Freixo:

Os sucessivos governos do Rio não tiraram das milícias o domínio territorial e as fontes de riqueza econômica. A milícia é um grupo criminoso que busca dinheiro, busca riqueza através de seu controle territorial. Os controles das vans, do ‘gatonet’, do gás, da extorsão direta não foram retirados das milícias. Houve a prisão dos líderes milicianos por meio de uma ação conjunta da CPI, do Ministério Público e da Polícia Civil, mas milícia é máfia. Depois das prisões, não se fez aquilo que o relatório sugeria, que era aquela retirada do poder econômico. Eles continuaram ganhando dinheiro e isso gerou a conquista de mais territórios. Hoje existem mais territórios controlados pela milícia do que pelo próprio varejo da droga”²⁶.

²⁵ BORBA (2018) e ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2008).

²⁶ COSTA, Flávio. Omissão do Estado permitiu avanço das milícias nos últimos 10 anos, dizem Freixo e relator da CPI. Uol, 17/04/2018. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/17/em-dez-anos-governos-do-rio-permitiram-avanco-das-milicias-dizem-freixo-e-relator-da-cpi.htm>>

Se em 2008 o relatório da CPI das Milícias indicava 171 comunidades sob comando de milicianos, dez anos depois, em 2018, levantamento feito pelo site G1²⁷, com base em dados da Secretaria de Segurança Pública do Rio de Janeiro, IBGE, Ministério Público Estadual e Polícia Civil, revelou a expansão desses grupos para 37 bairros da cidade e 165 favelas, dominando cerca de 2 milhões de pessoas, uma área estimada em 348 Km² na zona oeste, Baixada Fluminense e Itaguaí, município a 69 km do Rio de Janeiro.

Em 2008, José Claudio de Souza Alves já apontava a migração de atividades dos grupos de extermínio para as milícias, a ampliação do poder político e de ocupação de territórios também na capital, com o uso da força.

“Enquanto a Baixada, na sua sociabilidade mais simplificada pela frágil existência de uma classe média, possibilitou a construção política do ‘mata, mas faz’, o Rio de Janeiro repassou para o aparato policial o papel de mediador na economia política do crime. Os anos 90 viram os mata-dores cansarem-se de prestar serviço para os políticos locais e assumirem eles mesmos o poder, sendo agora o dono da voz e não apenas um cabo eleitoral, o mesmo parece surgir agora no Rio de Janeiro.

Cansados de serem apenas mediadores na economia política do crime que gera bilhões no Rio de Janeiro, membros do aparato policial passam a estabelecer o seu próprio controle das áreas, a partir do que passou a se denominar de milícias.”
(ALVES, 2008)

27 GRANDIN, Felipe; COELHO, Henrique; MARTINS, Marco Antônio; SATTRIANO, Nicolás. Franquia do crime: 2 milhões de pessoas no RJ estão em áreas sob influência de milícias. G1, 14/3/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-2-milhoes-de-pessoas-no-rj-estao-em-areas-sob-influencia-de-milicias.ghtml>>

Em depoimento à CPI das Milícias, instaurada em 2008 na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro, após o episódio dos jornalistas na zona oeste, o delegado Claudio Ferraz narrou a situação de Campo Grande, uma das regiões pioneiras na ação do grupamento criminoso. “Há patrulhamento de viaturas com 25, 30 homens uniformizados, de fuzil, com sistema de comunicação, sob o comando de milicianos denunciados. Há registros de práticas semelhantes em Volta Redonda, na Região dos Lagos, em Macaé, em diversas comunidades grandes, pequenas, desde que tenham condições de produção de impostos informais, porque já existem casos de comunidades que foram tomadas e depois abandonadas. Existem também registros de comunidades que foram vendidas como uma fazenda de porteira fechada, com terreno, insumos, equipamentos e os animais, que são assim considerados. A venda é feita para o tráfico ou para quem tem interesse” (ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2008).

E não era só a comercialização de áreas. José Claudio de Souza Alves lembra:

“Uma década e meia foi necessária para a gestação dos grupos de extermínio/milícia organizados pelo aparato policial. O acúmulo de conhecimento obtido pela participação direta nos negócios do crime em cada área foi determinante para o sucesso desse projeto. Cada acordo que envolvia a permanência do tráfico e a obtenção de propina, cada sequestro de traficante com recebimento de resgate, cada operação para dar entrada de uma facção na área de outra facção para ampliar o seu mercado, pavimentou o caminho dos grupos de extermínio/milícias à atual hegemonia em determinadas regiões.

Cada assassinato de traficante que favorecesse mudanças na geopolíti-

ca do tráfico de drogas e garantisse, inclusive, o recebimento de dinheiro por parte do maior número possível de facções, isto é, ganhar ao favorecer a entrada de uma facção numa determinada área, matando os líderes rivais num primeiro momento, para depois permitir a retomada da área pela facção inicialmente derrotada, recebendo dinheiro também dessa facção, fez parte de um acúmulo de informações e conhecimento que, estruturados numa geopolítica da economia do crime no Rio de Janeiro, possibilita agora as novas feições desse mercado.” (ALVES, 2008)

O fato de a milícia ser o próprio Estado garante informações privilegiadas, usadas para expandir seus negócios. O pesquisador cita como exemplo o acesso aos dados do cadastro geral de imóveis de uma das prefeituras da Baixada Fluminense. “Você tem uma operação por dentro da estrutura oficial política. Por exemplo, em Duque de Caxias existe o registro geral de imóveis, de terras que são da União. Tem milicianos que vão levantar, no cadastro geral de imóveis da prefeitura, os imóveis que estão irregulares, sem pagamento há muito tempo de IPTU. Esse miliciano começa a pagar o IPTU, parcela a dívida, quita e pede para transferir para o nome dele aquele imóvel. A prefeitura transfere. É um processo simples isso. Aí depois aquele proprietário não vai ter nunca coragem de exigir aquele imóvel de volta, porque está controlado militarmente. Sem essa conexão direta com a estrutura do Estado, não haveria milícia na atuação que ela tem hoje. É determinante. Por isso que eu digo, que não é paralelo, é o Estado”, explica.

Ainda que milícias sejam continuidade dos grupos de extermínio, o pesquisador da UFRRJ aponta diferenças entre as formas de atuação dos agrupamentos. “É claro que não dá pra dizer que é a mesma

coisa, por que as milícias têm toda uma base de atuação, em termos econômicos, bem diversificada, já que criaram um portfólio de serviços e bens que estão gerenciando: transporte clandestino, venda de gás, gatonet, taxa de segurança, invasão e comercialização de imóveis... Vendem de tudo, só não vendem o oxigênio que se respira por que não descobriram a fórmula de comercializar isso. Nisso eles se diferenciam muito dos grupos de extermínio, que sempre focaram na execução sumária e naqueles que pagaram para obter esse tipo de serviço – a eliminação de pessoas na Baixada. Mas, por exemplo, a projeção política é a mesma, os matadores se elegeram nos anos 1990, os milicianos se elegem no ano 2000, a intocabilidade – os grupos de extermínio, assim como os milicianos não são investigados e nem presos, ou sofrem algum tipo de retaliação, já que, na composição desses grupos, você tem a própria base da polícia funcionando, por dentro da estrutura do Estado. Então, essa dimensão estatal, ilegal e criminosa é muito forte nos dois grupos. A novidade econômica das milícias é que dá a elas uma dimensão mais poderosa, mais ampla, mais organizada e que começa a montar um cenário de uma situação [articulação] em expansão em grande escala e negócios dos mais diversos – até combustível clandestino os caras vendem, produzem em destilaria, roubam petróleo cru lá em [Duque de] Caxias – tem um grupo especializado nisso”, ressalta.

Ao tratar da escala de negócios da milícia, Souza se refere às articulações políticas, ao fato de tanto os grupos de extermínio quanto as milícias serem constituídos por agentes do Estado. “Sérgio Cabral [ex-governador do Rio de Janeiro, atualmente preso] foi o que realizou isso, mas já num patamar mega, no topo. Você tem escalas. Em escalas menores você vai chegar ao prefeito – a milícia que atua naquela localidade, nessas áreas onde o próprio

Estado consolidou essa dimensão ilegal do seu funcionamento e do seu poder. Como ele é ilegal, é muito mais poderoso, mais forte, não tem como você fugir. Não há respeito a nenhuma normativa, regra, ou lei. É simplesmente a execução sumária, no limite. Nessa cidade onde estamos [Seropédica] teve quatro assassinatos políticos recentes, que podem ser colocados na conta da estrutura do poder local associado à milícia. É isso: a presença de um Estado ilegal e um poder consolidado há muito tempo”, aponta.

Embora a Secretaria de Estado de Administração Penitenciária (SEAP) contabilize o Presídio Evaristo de Moraes (Galpão da Quinta) como neutra, todos os entrevistados afirmam que a milícia comanda o Galpão da Quinta informalmente. Trata-se de um artifício para evitar oficializar que exista um controle por organização criminosa na unidade. “Existem muitas milícias e não se autodenominar unidade específica evita que milicianos de outros grupos sejam enviados para lá”. Além disso, segundo a fonte do sistema prisional, os que estão na Quinta podem tocar seus negócios internos, como venda de drogas, e externos – muitas transferências são realizadas sem um controle de quem entrou ou saiu da unidade e por onde esteve, dizem os entrevistados. A irregularidade e a movimentação ilegal de presos não permite saber, por exemplo, se determinado presidiário saiu da unidade para cometer um crime na rua e retornou sem ser “notado”. Em tese, ele tem o alibi de estar oficialmente detido em um presídio. Irregularidade semelhante foi investigada pela Vara de Execuções Penais sobre um esquema de desvios de alimentos e saídas irregulares de internos no Presídio Milton Dias Moreira, em Japeri, registrado como neutro pela SEAP, com anuência da direção da unidade, conforme denúncia noticiada em outubro de 2017²⁸.

28 FREIRE, Felipe; TELES, Lília. Imagens mostram irregularidades em presídio em Japeri, no RJ. RJTV,

O LONGO BRAÇO DAS MILÍCIAS

E a escala se ampliou em 2019, chegando às imediações do Palácio do Planalto. O Ministério Público Estadual do Rio de Janeiro, com base em informações do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf), coloca a família do Presidente da República, Jair Bolsonaro, sob suspeita de ligações estreitas com a milícia.

A denúncia surgiu em janeiro de 2019, desdobramento da operação “Furna da Onça”, realizada em dezembro de 2018 para investigar movimentações financeiras atípicas na Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e que levou à prisão dez deputados estaduais. O Coaf apontou movimentação fora dos parâmetros legais em uma conta no nome de um ex-assessor do então deputado estadual e hoje senador Flávio Bolsonaro (PSL-RJ) – filho mais velho do atual presidente Jair Bolsonaro – entre janeiro de 2016 e janeiro de 2017. Fabrício José Carlos de Queiroz, PM que atuava no gabinete do então deputado estadual Flávio Bolsonaro, mesmo com um salário de R\$ 8.517 e mais R\$ 12,6 mil pagos pela Polícia Militar, movimentou em um ano (de janeiro de 2016 a janeiro de 2017) R\$ 1,2 milhão, e outros R\$ 5,8 milhões entre 2014 e 2015, repassando inclusive um cheque de R\$ 24 mil para a primeira-dama, Michelle Bolsonaro. O Coaf também identificou transações bancárias atípicas de Flávio Bolsonaro, que somaram R\$ 632 mil, entre agosto de 2017 e janeiro de 2018, valores acima da sua capacidade financeira.

Os indícios de proximidade de Bolsonaro e sua família com as milícias vão além. Em 2003, o então deputado federal Jair Bolsonaro elogiou a ação de um grupo de extermínio que cobrava R\$ 50 para matar jovens

31/10/2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/imagens-mostram-irregularidades-em-presidio-em-japeri-no-rj.ghtml>>

da periferia de Salvador (BA), afirmando que “enquanto o Estado não tiver coragem de adotar a pena de morte, o crime de extermínio será muito bem-vindo” e convidando os matadores a virem para o Rio²⁹.

O nome da família mais associado às milícias é o do filho mais velho. Quando foi deputado estadual, Flávio Bolsonaro votou contra a instalação da CPI das Milícias e chegou a sugerir a legalização do trabalho dos milicianos³⁰. Além disso, empregou em seu gabinete, até 2018, a mãe e a mulher ex-capitão da PM Adriano Magalhães da Nóbrega, suspeito de atuar como chefe de milícia³¹. Apesar das acusações que pairavam sobre ele, Nóbrega chegou a ser homenageado por Flávio na Alerj (Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro). Não foi o único. Entre 2003 e 2018, o deputado aprovou moções e medalhas para 19 policiais militares, três policiais civis e um tenente-coronel da reserva do Exército que eram acusados de crimes como homicídio, lavagem de dinheiro, sequestro, organização criminosa ou fraudes em licitações³².

Grupos de extermínio e milícias são a mesma face do Estado ilegal. Uma de suas práticas corriqueiras é a morte de pessoas que os incomodem, sejam de membros da comunidade que não acei-

29 CASTRO, Lúcio de. Bolsonaro fomentou grupo de extermínio que cobrava R\$ 50 para matar jovens da periferia. Disponível em: <http://agenciasportlight.com.br/index.php/2018/10/11/bolsonaro-fomentou-grupo-de-extermínio-que-cobrava-r-50-para-matar-jovens-da-periferia>>

30 O DIA. Deputado quer legalizar milícias no Rio. O Dia, 16/3/2007. Disponível em < <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/deputado-quer-legalizar-milicias-no-rio,f2fe24d51491139f856ce9e94d4a88bc1m7u-nakr.html>>

31 ALBUQUERQUE, Ana Luiza; NOGUEIRA, Ítalo; BARBON, Júlia. Flávio Bolsonaro empregou mãe e mulher de ex-PM do Rio suspeito de chefiar milícia. Folha de S.Paulo, 22/1/2019. Disponível em < <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/flavio-bolsonaro-empregou-mae-e-mulher-de-capitao-presos-em-operacao-contra-milicias.shtml>>

32 MAZZA, Luigi. Flávio, os condenados e os condecorados. Piauí, 22/2/2019. Disponível em < <https://piaui.folha.uol.com.br/flavio-os-condenados-e-os-condecorados/>>

tam a tirania desses agrupamentos, de quem não consegue pagar a extorsão imposta, de políticos que atralhem seus negócios ou de quem os contrata. A lógica da execução sumária, seja por iniciativa própria da milícia, ou via contratante, é desde sempre o ponto comum entre essas organizações criminosas, formada por agentes do Estado. Portanto, como lembra José Claudio de Souza Alves e outros entrevistados, não há nenhum interesse em investigações que solucionem crimes cometidos por milicianos.

A participação de milicianos é uma das principais hipóteses para o assassinato da vereadora do PSOL, Marielle Franco, e de seu motorista, Anderson Gomes, em 14 de março de 2018, em plena intervenção federal militar. Marielle, mulher negra e bissexual, criada no conjunto de favelas da Maré, antes de se tornar vereadora trabalhou com o deputado Marcelo Freixo na Comissão de Direitos Humanos e assessorou a CPI das Milícias, em 2008.

As investigações sobre a morte de Marielle demoraram mais do que a de qualquer outro caso de repercussão envolvendo a execução de um militante de direitos humanos³³. Ao longo do inquérito, não faltaram pistas falsas e suspeitas de que policiais poderiam estar ocultando a identidade dos verdadeiros matadores. Essa suspeita levou a Polícia Federal a entrar em cena, para fazer “a investigação da investigação” da Polícia Civil.

As autoridades só apontaram os possíveis autores do crime em 12 de março de 2019, dois dias antes de o duplo homicídio completar um ano. Uma ação da Polícia Civil, em conjunto com o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado), do Ministério Público Estadual, prendeu dois suspeitos

33 CRUZ, Maria Teresa. Tempo de investigação da morte de Marielle já supera o de outros casos parecidos. Ponte Jornalismo, 28/8/2018. Disponível em < <https://ponte.org/tempo-de-investigacao-de-caso-marielle-ja-supera-o-de-outros-casos-parecidos/>>

pelo crime: o sargento reformado da Polícia Militar Ronnie Lessa e o ex-PM Elcio Vieira de Queiroz. Ambos afirmam que são inocentes. Lessa morava no Vivendas da Barra, mesmo condomínio da Barra de Tijuca, bairro de classe média alta do Rio, onde o presidente Jair Bolsonaro tem uma casa.

Segundo reportagem³⁴ de O Globo, Lessa até então era um PM ficha limpa, que nunca havia sido investigado, embora “os corredores das delegacias conhecessem a fama do sargento reformado”, “associada a crimes de mando”. Quando ainda estava na polícia, Lessa trabalhou como guarda-costas do bicheiro Rogério Andrade. Foi a serviço do contraventor que o PM perdeu a perna num atentado, em 2009, o que o obrigou a se aposentar por invalidez. Na reserva, teria entrado para uma organização de matadores de aluguel.

Segundo as promotoras, Lessa estaria no banco de trás do carro que emparelhou ao lado do automóvel onde estavam Marielle e Anderson e disparou 13 tiros. Na direção, estaria Elcio Vieira Queiroz, policial militar expulso da corporação em 2011, após ser denunciado pela Operação Guilhotina, da Polícia Federal, que acusou 45 policiais de integrarem uma quadrilha envolvida em diversos crimes, inclusive a venda de armas para traficantes.

Como o perfil dos dois acusados presos é o de criminosos de aluguel, especialistas em segurança pública, ativistas e a família de Marielle acreditam que o crime teve um mandante, ainda por ser descoberto, e transformaram em lema a pergunta: quem mandou matar Marielle?

34 ARAÚJO, Vera, OTÁVIO, Chico e LEAL, Arthur. PM Ronnie Lessa, preso acusado de matar Marielle, é conhecido por ser exímio atirador e por sua frieza. O Globo, 12/3/2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/rio/pm-ronnie-lessa-preso-acusado-de-matar-marielle-conhecido-por-ser-eximio-atirador-por-sua-frieza-23514910>>

SÃO PAULO: PCC, DO CARANDIRU PARA O MUNDO

CADEIA: GUARDA O QUE O SISTEMA NÃO QUIS

“Só pelo sofrimento que somos obrigados a passar nesse lugar constituído de ódio, raiva e saudades é onde temos mais forças pra nos tornar mais terroristas do que já somos e através do nosso instinto e força de vontade e onde lutaremos e sobreviveremos em qualquer lugar, pois de lealdade vivemos para conseguirmos a nossa meta, que é a paz, justiça e liberdade. E com a união de nossos irmãos espalhados pelo sistema e apoiados pelos que estão do lado de fora faremos o nº 1 da mídia terrorista brasileira. Não somos os melhores nem os piores, pois somos isso que a própria sociedade criou. Primeiro Comando da Capital”.

A mensagem estava pichada, com tinta spray da cor preta, na parede de um sombrio corredor no Pavilhão 9 da Casa de Detenção de São Paulo, no Complexo do Carandiru, zona norte da capital paulista, em 2002, um pouco antes de o maior presídio da América Latina ser implodido pelo governo paulista.

O autor anônimo celebrava os valores, a fama e o temor do Primeiro Comando da

Capital, grupo que, em sua origem, reivindicava para si o papel de consequência e vingança em relação à pior chacina da história das prisões brasileiras: o massacre do Carandiru, ocorrido em 2 de outubro de 1992, quando policiais militares executaram a tiros 111 detentos.

Um dos piores crimes praticados na história do sistema prisional em todo o mundo, o massacre calou fundo nas consciências dos detentos de todo o país e ainda foi além, impactando também os jovens negros das periferias das grandes cidades, inclusive aqueles que nunca haviam pisado numa cadeia, mas sabiam que sua idade e a cor da sua pele os transformavam em alvos em potencial da violência estatal. “Cada vez que acontece uma coisa assim, a gente sente a opressão do Estado; sente que a gente não vale nada para o sistema; vimos o sistema mostrando suas facas”, definiu o escritor Ferréz, agitador cultural da zona sul de São Paulo e um dos pioneiros dos movimentos de literatura periférica³⁵.

O Massacre do Carandiru passou a fazer parte do cenário artístico nacional, pre-

³⁵ SEREZA, Haroldo Ceravolo. Massacre do Carandiru influencia cultura até hoje. O Estado de S.Paulo, 2/10/2002

sente em livros como *Estação Carandiru*, de Drauzio Varella, no filme de sucesso que inspirou, dirigido por Hector Babenco, e em uma das canções mais conhecidas do hip hop nacional, *Diário de um detento*, composta pelos Racionais a partir de uma letra de Jocenir, que na época cumpria pena no Carandiru. Até hoje, é difícil encontrar moleque das quebradas que não saiba de cor versos como “Cadáveres no poço, no pátio interno/ Adolf Hitler sorri no inferno”, sobre as circunstâncias terríveis em que 111 homens perderam suas vidas.

A canção trazia o lamento e a revolta dos grupos marginalizados em relação a uma ferida que, àquela altura, já havia se tornado mítica. “O massacre do Carandiru foi o nosso 11 de Setembro, são o que o ataque às torres gêmeas foram para os EUA”, define Ferréz.

Se foi tão marcante para quem estava nas ruas, dá para imaginar o que significou o massacre para quem vivia nas prisões. Com aquelas mortes, o Estado havia deixado claro que podia executar impunemente quantos presos quisesse. A vida de ninguém atrás dos muros valeria nada enquanto eles não se unissem para garantir a própria sobrevivência.

Pelo menos, foi uma das lições tirada do episódio por um grupo de presos reunidos na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, o Piranhão. Foi ali, em 31 de agosto de 1993, menos de um ano após o Massacre do Carandiru, que surgiu o Primeiro Comando da Capital.

A fundação aconteceu durante uma partida de futebol entre presos do interior e da capital paulista. Os fundadores do PCC jogavam no time da capital. Por isso, a facção passou a se chamar Primeiro Comando da Capital.

Os oito fundadores do PCC foram Antônio Carlos dos Santos, o Bicho Feio; Cé-

sar Augusto Roriz Silva, o Cesinha; Mizael Aparecido da Silva, o Miza; José Márcio Felício, o Geleirão; Wander Eduardo Ferreira, o Eduardo Cara Gorda; Antônio Carlos da Paixão, o Paixão; Isaías Moreira do Nascimento, o Isaías Esquisito; e Ademmar dos Santos, o Dafé. Os presos Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola, também conhecido como Playboy, e Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, não participaram da fundação do PCC no dia do jogo, pois estavam em outro raio do presídio naquele 31 de agosto e não saíram para o banho de sol. Permaneceram trancados em suas celas. Ambos, porém, foram idealizadores da facção criminosa e sempre foram reverenciados pela população carcerária.

Mizael idealizou como emblema da facção, o Yin e Yang, as duas forças do universo, que, conforme a filosofia oriental taoísta, representam o equilíbrio das coisas, como o bem e o mal, o positivo e o negativo, a vida e a morte, a alegria e a tristeza, a justiça e a injustiça. Mizael também escreveu os 16 artigos do primeiro estatuto do PCC. O massacre do Carandiru é lembrado em um desses artigos, que pregava a necessidade de união entre os detentos para evitar outras matanças como a do Carandiru, “massacre esse que jamais será esquecido na consciência da sociedade brasileira” (JOZINO, 2004).

“Sofrimento, ódio, raiva e saudades”, “aquilo que a própria sociedade criou”. O autor anônimo daquela pichação do Pavilhão 9 reafirmava uma noção que volta e meia reaparece nas falas de pessoas ligadas ao PCC: a de que o grupo surge, se desenvolve e afronta a autoridade do Estado como uma resposta às violências do próprio Estado.

Não é à toa, portanto, que o PCC surja um ano após o massacre do Carandiru, e que seu berço tenha sido a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, considerada uma unidade de castigo pela massa carcerária, que apelidava o local de Ca-

verna, Fábrica de Monstros e Campo de Concentração, por causa dos relatos de todo tipo de maus-tratos praticados naquela unidade, incluindo torturas, espancamentos e longos períodos sem direito a receber visitas.

“Era extremamente idealista e de caráter ideológico a existência do PCC. E ele nasceu porque achavam que os presos de 1993 estavam sendo injustiçados no Presídio de Segurança Máxima de Taubaté”, afirma o delegado Ruy Ferraz Fontes, responsável por diversas investigações sobre a facção³⁶.

Uma declaração atribuída a Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, um dos fundadores do PCC, deixa ainda mais clara a ideia de que o grupo surgiu como filho bastardo da atuação do Estado. “O PCC foi fundado por nove pessoas. Oito presos e o senhor”, disse Sombra a José Ismael Pedrosa, que dirigia a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, quando a unidade se tornou um conhecido centro de torturas, e que também tinha seu nome relacionado ao Massacre do Carandiru: ele era o diretor-geral da Casa de Detenção na época da matança.

O 15º artigo do Estatuto escrito por Mizael advertia: “A prioridade do Comando no momento é pressionar o governo do Estado a desativar aquele Campo de Concentração, anexo à Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, onde surgiu a semente e as raízes do Comando no meio de tantas lutas inglórias e tantos sofrimentos atrozes”.

Além da destruição da unidade de Taubaté, o estatuto também prometia a morte do seu então diretor José Ismael Pedrosa.

Com o tempo, as duas promessas seriam cumpridas.

36 Depoimento à CPI das Organizações Criminosas do Tráfico de Armas, em 17/5/2005. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpiarmas/notas/nt170505.pdf>>

OS PAIS DO MONSTRO

O massacre do Carandiru foi chocante, mas não foi uma exceção. A morte daqueles 111 detentos foi apenas a manifestação mais visível de longo processo de massacre cotidiano praticado pelo Estado contra os seus prisioneiros. Um dia em que o governo decidiu tirar várias vidas de uma vez, em vez de deixar que morressem aos poucos, vítimas das más condições de saúde, homicídios ou suicídios.

Os números disponíveis sobre as mortes nas prisões são escassos e fragmentados, mas o que deixam ver apontam para uma realidade digna de campos de extermínio. Dados obtidos pela Ponte Jornalismo por meio da Lei de Acesso à Informação (LAI) apontaram que, entre janeiro de 2014 e junho de 2015, foram registradas 721 mortes de detentos nos presídios paulistas³⁷. Outra consulta, feita pelo jornal O Globo também por meio da LAI, apontou que 6.368 pessoas morreram nas prisões brasileiras entre 2014 e 2017 – o equivalente a 57 massacres do Carandiru³⁸.

Os números sobre os mortos nas prisões incluem homicídios e suicídios, gente que mata e que se mata, mas o mais comum é gente que apenas morre: a causa de morte mais comum é o que o Estado chama de “morte natural”. Que não são tão naturais assim, como afirma a pesquisadora Camila Nunes Dias: “as ‘mortes naturais’ são compostas majoritariamente por casos de negligência no atendimento médico e pela inexistência de atenção à saúde do preso”³⁹.

37 ADORNO, Luís. Em um ano e meio, 721 detentos morreram no Estado de São Paulo. Ponte Jornalismo. 29/2/2016. Disponível em <<https://ponte.org/em-um-ano-e-meio-721-detentos-morreram-no-estado-de-sao-paulo>>

38 MELLO, Igor e CASTRO, Juliana. Cadeia de Omissões. O Globo, 24/6/2018.

39 DIAS, Camila Nunes. “A ‘morte natural’ de presos em SP: o Estado mata, deixando morrer.” Ponte Jornalismo, 1/3/2016. Disponível em <<https://ponte.org/a-morte-natural-de-presos-em-sao-paulo-o-estado-mata-simplesmente-deixando-morrer/>>

O cotidiano de brutalidades enfrentado pelos presos adiciona uma série de penalidades não escritas, e ilegais, aos detentos. A progressão de pena depende de provocação dos advogados, algo a que muitos presos não têm acesso, já que o serviço de assistência judiciária é precário. Presos que já cumpriram a pena apodrecem atrás das grades por não ter recursos para pagar advogados e acompanhar os processos.

A superlotação é outro drama da população carcerária. Nos anos 1990, as delegacias e cadeias públicas, em celas que cabiam cinco presos viviam amontados até 50. Muitos tinham de dormir em redes improvisadas. O excesso de detentos num mesmo xadrez de no máximo 12 metros quadrados nas delegacias, principalmente, gerava, constantemente, rebeliões violentas, com presos mortos e policiais feitos reféns.

Quando a situação era controlada, os amotinados eram obrigados a ficar nus, sentados com as mãos sobre a cabeça no pátio da carceragem. Em seguida tinha início a sessão de tortura. Há casos de detentos que foram brutalmente espancados e torturados, inclusive com choques elétricos. Alguns não resistiram.

Na virada do século, as carceragens de quase todas as delegacias em São Paulo foram desativadas, e os presos sem condenação passaram a ser acomodados nos atuais Centros de Detenção Provisórias. Em celas com capacidade para 12 homens estão confinados 70 e até 80 detentos. Presos provisórios ficam misturados a condenados. Reincidentes e primários também convivem lado a lado. Não há critério de separação.

Criada em 1984, com o objetivo de melhorar as condições de vida dos detentos, a Lei de Execução Penal (Lei nº 7210/1984) diz que o preso provisório deve ficar separado de preso condenado. Diz também que os presos têm de

ficar em cela individual e que é dever do Estado a recuperação e a ressocialização do presidiário.

O Estado, porém, é o primeiro a não cumprir a lei. A antiga Casa de Detenção, o maior presídio latino-americano, construído para abrigar 3.000 presos, chegou a manter em seus pavilhões aproximadamente 7.000 homens, mais do que o dobro da capacidade. Para os presidiários, a unidade era realmente “um lugar constituído de ódio e raiva”.

Nos anos 1990, quando surgiu o PCC, esses locais que desrespeitavam direitos e condenavam milhares a uma pena de morte informal, viviam o início de um longo ciclo de expansão no território paulista, uma tendência que depois se espalharia pelo país. São Paulo dava início à era do encarceramento em massa, uma tendência que depois se tornaria nacional.

A taxa de encarceramento nacional, que era de 65,2 por 100 mil habitantes em 1988, saltou para 258,1 em 2016. São Paulo, berço do PCC, prendeu mais do que qualquer outro lugar: se em 1988 eram 51 presos por 100 mil habitantes nas prisões paulistas⁴⁰, em 2016 a taxa saltou para 352,5 por 100 mil.

A superlotação aparece em 78% das unidades prisionais do país, conforme o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública⁴¹. Entre os quatro países com mais pessoas presas (EUA, Rússia, China e Brasil), o Brasil é o único que continua aumentando o encarceramento nas últimas duas décadas, conforme o projeto Carceirópolis⁴².

⁴⁰ DIAS, Camila Nunes. PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva, 2013.

⁴¹ Infopen - Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Disponível em < <http://dados.mj.gov.br/dataset/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias> >

⁴² Carceirópolis. Disponível em <<https://carceropolis.org.br/dados>>

Longe de conseguir diminuir os crimes, o encarceramento em massa se mostraria eficiente para convocar mais braços destinados ao exército das facções criminosas.

PROMESSA CUMPRIDA

A primeira promessa registrada no estatuto do PCC foi parcialmente cumprida em 17 de dezembro de 2000. Neste dia, ocorreu a pior e mais sangrenta rebelião registrada na Casa de Custódia de Taubaté. Nove inimigos do grupo foram executados, sendo três deles decapitados. A degola dos inimigos, instituída por Cesinha no presídio de Avaré, havia se tornado uma marca dos fundadores do PCC na luta contra seus rivais.

A Casa de Custódia foi parcialmente destruída. Os presos quebraram paredes, arrebentaram janelas e arrancaram grades. A cabeça de um dos mortos, Antônio Carlos dos Santos, o Bicho Feio, um dos oito fundadores do PCC, foi arremessada em direção à juíza corregedora Sueli Zeraik Armani, quando ela tentava negociar a rendição dos amotinados e a libertação de agentes mantidos reféns. Antes disso, os presos rebelados haviam jogado bola com a cabeça.

Bicho Feio passou a ser considerado inimigo do PCC depois que ajudou outros presos a criar uma facção rival, o Comando Revolucionário Brasileiro da Criminalidade (CRBC), na Penitenciária José Parada Neto, em Guarulhos, na Grande SP. Ele foi excluído do PCC e jurado de morte pelos rivais.

No dia da rebelião em Taubaté, Marcola e Sombra estavam na unidade e, segundo autoridades do sistema prisional, lideraram o sangrento motim. Ambos sempre negaram.

Com a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté parcialmente destruída, o governo paulista teve de transferir os presos

para outras unidades. Mulheres dos rebelados disseram à época que as autoridades do sistema prisional tinham feito um acordo e garantido que os rebelados não seriam mandados de volta para Taubaté, caso o presídio fosse reconstruído.

Nagashi Furukawa era o secretário estadual da Administração Penitenciária. Ele sempre negou ter feito qualquer acordo com os presos apontados como líderes da rebelião. A Casa de Custódia de Taubaté foi rapidamente reconstruída.

A FACÇÃO SAI DAS SOMBRAS

Em 15 de fevereiro de 2001, uma série de transferências desagradou as lideranças do PCC. Sombra e sua turma foram mandados de volta para o Piranhão, em Taubaté. Marcola foi transferido na mesma data para a Penitenciária de Charqueadas, no Rio Grande do Sul.

Outros líderes do PCC foram levados para penitenciárias de Avaré e Presidente Venceslau, no interior paulista. Cesinha, Geleirão e Mizael permaneciam no presídio de Piraquaral, no Paraná. Autoridades do sistema prisional alegaram que as transferências aconteceram porque, em 13 e 14 de fevereiro, o PCC havia mandado matar seis presos do grupo rival Seita Satânica, na Casa de Detenção.

A resposta do PCC em represália às transferência de Sombra e Marcola foi imediata. E maior do que tudo o que o sistema prisional paulista tinha visto até então.

Graças ao uso de telefone celular nas prisões e de centrais telefônicas montadas pelo PCC e operadas por mulheres de detentos, a facção criminosa realizou uma megarebelião no sistema prisional paulista. O telefone celular passou a ser considerado uma das mais importantes armas da facção criminosa. Para o Deic (Departamento de Investigações sobre o

Crime Organizado), unidade de elite da Polícia Civil, o equipamento de telefonia móvel em poder dos presos representava mais perigo do que um fuzil.

Três dias após as remoções das lideranças, em 18 de fevereiro de 2001, as rebeliões atingiram simultaneamente 25 penitenciárias e quatro cadeias públicas. Era domingo, dia de visita. Nos presídios rebelados, ao menos sete mil parentes de presos se recusaram ou não puderam deixar a prisão. O motim deixou saldo de 14 presidiários mortos e 19 agentes penitenciários feridos.

A megarrebelião teve repercussão mundial. Depois disso, as autoridades governamentais não puderam mais voltar a dizer que o grupo era uma ficção e admitiram a existência do PCC. A partir de fevereiro de 2001, o grupo nunca mais deixou de ser manchete nas mídias nacional e estrangeira.

A megarrebelião foi a primeira grande afronta ao estado democrático de direito no Brasil. Mas não a última. E nem seria a pior.

A REAÇÃO LEGAL DO GOVERNO

O êxito da rebelião em série proporcionou ao PCC a conquista da simpatia de milhares de presidiários. A massa carcerária passou a respeitar e a acreditar mais na organização criminosa.

Segundo agentes penitenciários, no Complexo do Carandiru o PCC ganhou ao menos 2 mil adeptos nos primeiros dias após o grande motim. A semente do Partido do Crime rapidamente se espalhou por todos os presídios de São Paulo.

A facção também ganhou simpatizantes em outros Estados, principalmente no Paraná, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Rio de Janeiro e Bahia, por causa da remoção dos chefes do grupo para aqueles Estados.

O governo de São Paulo não se deu por vencido. Para punir os chefões de facções criminosas, líderes de rebeliões e autores de faltas graves no sistema prisional, o secretário da Administração Penitenciária, Nagashi Furukawa, adotou uma drástica medida. Em 5 de maio de 2001, Furukawa criou, por meio de portaria, o temido RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), instalado a princípio nas Penitenciárias 1 de Avaré e na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté.

No RDD, o preso fica trancado em cela individual 22 horas por dia. O banho de sol é de duas horas. O detento não tem acesso a rádio, TV, jornal e revistas. A visita íntima é proibida. A conversa com advogados é feita no parlatório e é gravada. Presidiários e parentes ficam separados por uma tela nos dias de visita. O castigo é pelo prazo de um ano. A partir da experiência paulista, o governo federal regulamentou, dois anos depois, o regime da “tranca dura” por meio da Lei nº 10.792/2003.

Na visão de diversos estudiosos e militantes dos direitos humanos, o RDD é sinônimo de tortura. Para a médica psiquiatra Guanaíra Rodrigues do Amaral, representante da FI-ACAT (Federação Internacional das Ação dos Cristãos para a Abolição da Tortura) para América Latina, o RDD é “tortura sistemática, mental e psicológica”⁴³. Em parecer elaborado a pedido da ONG Conectas, o Conselho Regional de Psicologia de São Paulo afirma que “a imposição do RDD potencializa os efeitos da prisão, não ressocializa, não garante direitos e traz danos psicológicos e físicos que podem ser irreversíveis às pessoas submetidas a este tipo de regime de sanção disciplinar” e conclui “que o Regime Disciplinar Diferenciado tem se mostrado totalmente ineficaz, além de reproduzir e perpetuar sofrimento

⁴³ AMARAL, Guanaíra Rodrigues do. A Tortura no RDD. Observatório das Violências Policiais, 12/9/2005. Disponível em < http://www.ovp-sp.org/artg_guanaira.htm >

psíquico, afrontando diretamente os Direitos Humanos”⁴⁴.

Nem mesmo as violações de direitos, agora dentro da lei, que o Estado passou a praticar, contudo, conseguiram intimidar a cúpula do PCC, que havia nascido do massacre do Carandiru e das torturas da Casa de Custódia de Taubaté.

ALÉM DOS MUROS DAS PRISÕES

Entre 2001 e 2006, o PCC promoveu uma série de rebeliões nos presídios paulistas. A partir de 2002, os ataques ultrapassaram os muros das prisões e foram para as ruas, na forma de atentados contra prédios de órgãos públicos e agentes das forças de segurança.

Os primeiros ataques buscavam reivindicar que as lideranças do PCC fossem levadas de volta para a cidade São Paulo. Um mês depois da instituição do RDD em Avaré e Taubaté, os presos Cesinha, Geleirão e Mizael comandaram uma rebelião em Piraquara (SP). O motim teve início na manhã de 6 de junho de 2001, após tentativa de fuga em um caminhão de lixo.

Os rebelados fizeram 26 agentes penitenciários reféns. O trio do PCC reivindicava a transferência para São Paulo. Eles mostravam o rosto à imprensa pela primeira vez. Um detento armado de estilete matou um funcionário. Por conta disso as negociações fracassaram.

Mais uma vez as centrais telefônicas foram acionadas pela organização criminosa. Mizael, Cesinha e Geleirão, usando telefones celulares, pediam orientações para seus advogados. Falavam sobre a rebelião com suas mulheres e também com presos de outras cadeias. O impasse nas negociações preocupava amotinados e autorida-

des. Na tarde de 16 de junho, após seis dias de rebelião, os reféns foram libertados e o governo paranaense transferiu para São Paulo 13 dos 23 integrantes do PCC que comandaram o movimento.

Nesse grupo estavam Mizael, Cesinha e Geleirão. Eles foram levados para a Penitenciária 1 de Avaré. Os dois últimos não ficaram muito tempo lá. Foram encaminhados para presídios do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Os dois Estados não queriam custodiá-los. Por isso, o destino de ambos foi o presídio de Bangu 1, no Rio de Janeiro.

Marcola também foi submetido a um turismo forçado. Do Rio Grande do Sul foi removido para a Penitenciária da Papuda, em Brasília. Depois para Unaí, em Minas Gerais e em pouco tempo retornou à Papuda.

No aniversário de um ano da megarrebelião, em 18 de fevereiro de 2002, o PCC comandou novamente rebeliões e brigas com grupos rivais em oito presídios. Em 24 horas, foram mortos 15 presos.

Pela primeira vez, os ataques chegaram às ruas. O alvo foi o prédio da Secretaria Estadual da Administração Penitenciária, na região central de São Paulo, onde integrantes da facção lançaram uma granada. A explosão feriu, levemente, quatro pessoas. Dois dias depois, outra granada idêntica foi jogada no mesmo prédio, sem deixar feridos. Outra explosão ocorreu no prédio do Instituto de Previdência Municipal (Iprem), situado a 200 metros do Departamento de Investigações sobre o Crime Organizado (Deic), da Polícia Civil.

Em 19 de fevereiro, o Fórum de São Vicente, na Baixada Santista, foi metralhado. Doze presos estavam em audiência e um em julgamento. Houve pânico e correria. O advogado Antônio José da Silva foi atingido pelos disparos e morreu.

Segundo a Polícia Civil, Geleirão, Cesinha, Julio César Guedes de Moraes, o Julinho

⁴⁴ Conselho Regional de Psicologia de São Paulo. Parecer do CRP SP sobre o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD). Disponível em <http://www.crp.org.br/arquivos/conteudo_pendrive/parecer-CRP-sobre-o-regime-disciplinar-diferenciado.pdf>

Carambola, preso no Mato Grosso do Sul e José Eduardo Moura da Silva, o Bandejão, preso em Curitiba, assumiram os atentados. Os quatro foram acusados de mandar explodir as granadas na SAP por causa de suas transferências para outros estados. Eles reivindicaram o retorno para presídios de São Paulo.

O PCC virou manchete novamente. Os líderes da organização ameaçaram dar continuidade aos ataques. Além da transferência de seus chefes, o Partido do Crime também reivindicava o fim do RDD.

O governo paulista se assustou mais uma vez e resolveu ceder. Na madrugada de 22 de fevereiro de 2002, Carambola foi removido para São Paulo. Algumas horas depois, chegava Geleirão.

As autoridades prometeram trazer de volta Cesinha, confinado em Bangu 1, Marcola, preso na Papuda, e Bandejão, em Curitiba. Mesmo assim, os atentados continuaram no mês de março. E com maior intensidade. Além de atacar a permanência de alguns de seus líderes em presídios longe do Estado de São Paulo, a facção se levantava em protesto contra a morte de 12 seus homens, vítimas do que o Ministério Público do Estado de São Paulo chamaria de uma “a maior farsa já protagonizada pela polícia de São Paulo”: a Operação Castelinho.

A REAÇÃO ILEGAL DO ESTADO

Para conter o PCC, o governo de São Paulo, por meio da SSP (Secretaria Estadual da Segurança Pública), aliou-se ao Dipo (Departamento de Inquéritos Policiais e Polícia Judiciária) e à Vara das Execuções de São Paulo para autorizar o Gradi (Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância) a investigar as ações da facção.

O Gradi havia sido criado em março de 2000 com um objetivo bem diferente: combater crimes de intolerância, como

discriminações de raça, sexo e religião. Os trabalhos deveriam sempre ser coordenados por um delegado da Polícia Civil. Porém, por ordem da SSP, o Gradi passou a ter coordenação da Polícia Militar e acabou se desviando de suas atribuições, cometendo, assim, uma série de arbitrariedades até hoje impunes.

O Gradi Militar foi responsável pela morte de 12 integrantes do PCC na rodovia Senador José Ermírio de Moraes, a Castelinho, em 5 de março de 2002, no episódio conhecido como Operação Castelinho. Segundo o Ministério Público Estadual de São Paulo, para realizá-la, o Gradi Militar, com autorização judicial, recrutou desafetos do PCC nas prisões e os infiltrou, junto com PMs disfarçados de bandidos, com assaltantes da facção criminosa em liberdade.

Os presos infiltrados e os PMs disfarçados convenceram 12 integrantes do PCC a roubar um avião-pagador que nunca existiu, na cidade de Sorocaba. Em 5 de março, a quadrilha foi atraída para uma emboscada. Os integrantes do PCC foram mortos no pedágio da rodovia Castelinho, onde dezenas de homens da Rota (Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar), unidade de elite da PM e do CP-Choque (Comando de Policiamento de Choque) os aguardavam.

Realizada quase um ano após a morte do governador Mário Covas, o massacre da Castelinho marcou uma forte mudança nos rumos da política de segurança pública do governo do PSDB. O novo governador, Geraldo Alckmin, ao lado do secretário de Segurança Pública Saulo de Abreu Castro Filho, abandonou as políticas de controle da violência de Estado implantadas por Covas, como o afastamento automático de policiais envolvidos em mortes, e abraçou de vez a truculência policial, numa tendência seguida por todos os seus sucessores.

Apesar da violência, a operação Castelinho revelou-se um sucesso de crítica e de público. O Jornal da Tarde publicou uma página inteira só com cartas de leitores elogiosas à chacina, e jornalistas respeitados saudaram o morticínio, entre eles Clóvis Rossi: “Para ser bem cru: se é para morrer alguém, é preferível que morram bandidos a que morram policiais”⁴⁵.

O então vice-prefeito de São Paulo, na época, Hélio Bicudo, que já havia denunciado os crimes do grupo paramilitar Esquadrão da Morte durante a ditadura militar, não acreditou na versão oficial. Investigou o caso e denunciou a farsa à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos). Bicudo descobriu outras ações semelhantes do Gradi que terminaram com mortes de criminosos. Em todas elas, os policiais haviam infiltrado presos desafetos do PCC nas ações, acompanhados por PMs disfarçados de bandidos.

O Ministério Público classificou a Operação Castelinho de “farsa macabra” e denunciou 53 policiais e dois presos infiltrados pelo crime. “A Operação Castelinho foi a maior farsa já protagonizada pela polícia de São Paulo”, afirmou, na época, o promotor Carlos Cardoso, assessor de Direitos Humanos do Ministério Público de São Paulo.

A Operação Castelinho, porém, terminou impune. Em 4 de novembro de 2014, o juiz Hélio Vilaça Furukawa, da 2ª Vara Criminal de Itu, absolveu a todos.

“A enérgica reação foi necessária em razão da quantidade de criminosos envolvidos e do grande armamento transportado. A conduta dos policiais foi de acordo com o que se espera de profissionais diligentes e zelosos”, escreveu na sentença o juiz, que é filho de Nagashi Furukawa, que, à época do episódio da Castelinho e da

⁴⁵ ROSSI, Clóvis. A guerra e os mortos. Folha de S.Paulo, 12/3/2002. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1203200204.htm>>

retirada dos desafetos do PCC das prisões para serem colaboradores do Gradi, era secretário da Administração Penitenciária.

As ações do Gradi só acirraram os conflitos entre o PCC e a Polícia Militar, especialmente com PMs da Rota, a tropa apontada pela Ouvidoria das Polícias como a mais letal da instituição.

A violência ilegal do governo levou a uma escalada da violência do PCC — o que se mostraria uma constante nas relações entre Estado e crime organizado em São Paulo. No mês seguinte à Operação Castelinho, em março de 2002, o PCC atacou fóruns criminais em Itaquera e Guaianazes, na zona leste da capital paulista.

No interior do estado, membros da facção atacaram uma companhia da Polícia Militar em Campinas e, na cidade vizinha de Sumaré, a Delegacia de Polícia Civil de Sumaré foi metralhada. Um investigador e um escrivão morreram. Um carcereiro também foi baleado, mas sobreviveu.

Em alguns dos ataques, o PCC deixou faixas com a seguinte frase: “Isso é pelos 12 mortos em Sorocaba”. Em outra faixa, havia a sigla PCC e a inscrição 15.3.3, que corresponde à ordem das letras P, C, C no alfabeto.

Coincidência ou não, os ataques cessaram após a remoção de Marcola para o estado de São Paulo. Ele foi transferido para a Penitenciária de Araraquara em 17 de abril. Outro líder, Bandeirão, foi levado para a Penitenciária de Avaré em 28 de agosto.

Os líderes da facção se sentiram vitoriosos. Eles, que a princípio alegavam ter criado o PCC para lutar contra as opressões no sistema prisional, tinham agora consciência do crescimento do grupo.

EXPANSÃO

Após se revelar para o público, em 2001, o PCC entrou em um momento de ex-

pansão, “caracterizado pela visibilidade da organização e a ampliação de seu domínio, assim como pelas ações do Estado com o objetivo de promover sua desarticulação, após quase uma década de completa indiferença em relação a sua existência” (DIAS, 2013, p. 220).

As prisões paulistas dominadas pelo Partido do Crime iam se tornando verdadeiros escritórios do crime. As condições de superlotação e falta de assistências médica e jurídica só favoreciam o crescimento do PCC.

As condições das famílias de presos pioraram ainda mais quando o Estado passou a construir novas prisões no interior do estado, algumas a mais de 600 quilômetros de distância da capital. Sem condições de arcar com os custos para visitar seus filhos, maridos e pais aprisionados, muitos familiares aceitaram a ajuda do PCC, que, até hoje, banca com ônibus modernos a viagem dos visitantes para as longínquas prisões do interior.

A interiorização das prisões permitiu que o governo Geraldo Alckmin pudesse desativar, em dezembro de 2002, a Casa de Detenção do Complexo Carandiru – dez anos depois, ela seria implodida.

Meses antes, em 2 de abril, o governo havia inaugurado o CRP (Centro de Readaptação Penitenciária) de Presidente Bernardes. O CRP foi construído para isolar os chefes das organizações criminosas. Na unidade vigora a “tranca dura” do RDD. Os líderes do PCC chamam o presídio de “Big Brother”, por causa do sofisticado sistema de vigilância por câmeras, e também de “cemitério dos vivos”, porque ficar um dia lá é como ser enterrado ainda com vida.

Com capacidade para 160 vagas, o CRP começou a receber seus primeiros presos a partir de 9 de abril de 2002. Na lista dos transferidos estavam nomes dos

criminosos apontados como líderes do PCC e outros criminosos envolvidos nos ataques cometidos pela facção contra as forças de segurança.

Marcola, Cesinha, Geleião e ao menos outros 50 chefes da organização foram internados para cumprir um ano de castigo no RDD. O novo “campo de concentração” agora era o CRP de Presidente Bernardes.

O PCC prometeu não poupar esforços para tentar desativar o CRP de Presidente Bernardes, assim como fez com a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. E mais uma vez a organização iria impor o terror para alcançar seus objetivos.

O RACHA

Poucos meses depois das internações no RDD, o PCC sofreu um grande racha entre suas lideranças. Uma guerra interna opôs Marcola a outras antigas lideranças, que acabaram mortas ou expulsas. Ao final, o PCC jamais seria o mesmo.

Uma das primeiras vítimas do racha foi Sombra. Idealizador da criação do PCC e um dos presos mais reverenciados no sistema prisional paulista, acabou morto no banho de sol, em 27 de julho de 2001, na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. Outra liderança foi Mizael, que havia escrito o estatuto da facção, e terminou executado por sete presos, também durante o banho de sol, na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, em 19 de fevereiro de 2002.

Outro a se desentender com Marcola foi um amigo de infância dele: Cesinha, filho de pais de classe média condenado a 153 anos por roubos e homicídios, que havia atuado como trombadinha ao lado de Marco quando os dois eram crianças. Ele estava preso desde 1987. Tanto ele como Geleião haviam assumido parte dos atentados contra prédios públicos e policiais.

Geleição delatou vários parceiros de crime e isso desagradou Marcola e seus amigos. Para agravar a situação, a advogada Ana Maria Olivatto, ex-mulher de Marcola, foi assassinada em Guarulhos, na Grande SP, em 23 de outubro de 2002.

O Deic apontou Aurinete Carlos Félix da Silva, a Netinha, mulher de Cesinha, como a mandante do crime — informação confirmada por Geleição em depoimento à Justiça. A vingança não tardou. Lauro Gomes Gabriel, o Ceará, e Erenita Galvão Guedes, a Lili Carabina, irmãos de Aurinete, acusados de executar a ex-mulher de Marcola, acabaram mortos a tiros.

Cesinha e Geleição foram expulsos do PCC e condenados à morte. Para não serem assassinados, ambos foram isolados durante alguns anos em uma penitenciária exclusiva para estupradores, na cidade de Osvaldo Cruz, no oeste paulista. Lá, fundaram uma facção rival ao PCC: o Terceiro Comando da Capital. Essa organização, entretanto, nunca teve qualquer expressão, tanto no sistema prisional quanto nas ruas. Dezenas de seus membros, que nunca foram muitos, terminaram assassinados.

Com isso, o poder mudou de mãos. Segundo o Ministério Público, Marcola assumiu o comando e passou a ser o líder máximo do grupo. Ele nega isso até hoje.

Quatro anos após o racha, a nova liderança mostrou que não havia se esquecido dos únicos dois desafetos que permaneciam vivos. Em 13 de agosto de 2006, Cesinha foi morto a golpes de faca, estiletes e espetos de pau na Penitenciária 1 de Avaré, a mesma onde havia dado início à prática de degola dos inimigos, que se tornaria uma marca do PCC em seus primeiros anos.

Cesinha recebia a visita de sua mulher, Aurinete Carlos Félix, a Netinha, na P1 de Avaré. O casal estava na cela. Ele foi cha-

mado por um grupo de presos e conduzido até o pátio. Os presidiários o executaram em poucos minutos.

Depois da morte de Cesinha, Geleição passou a ser o único fundador vivo do PCC. Ele continua jurado de morte e é considerado como uma espécie de “troféu” no sistema carcerário. O PCC promete recompensas por toda a vida a quem conseguir matá-lo. Geleição hoje cumpre pena na Penitenciária Federal de Campo Grande (MS). Está no cárcere desde 1979⁴⁶.

CRESCENDO NAS LACUNAS DO ESTADO

Depois que o poder mudou de mãos no PCC, a facção passou a ser mais respeitada e admirada pela massa carcerária. Os novos chefes proibiram o consumo de crack nas prisões para evitar mortes por dívidas de drogas. Também proibiram a violência sexual. Acabaram ainda com a extorsão praticada contra presidiários e familiares de presos.

A partir de 2003, o PCC passou a dominar 95% dos presídios paulistas, segundo estimativas do Ministério Público. No mesmo ano, as rebeliões praticamente desapareceram do sistema prisional paulista.

O PCC adotou o mesmo princípio, descrito por João Marcelo Dias a respeito do Comando Vermelho, de “proteção dos presos enquanto uma classe”, que levou a facção a adotar políticas de convivência, que incluíam a proibição de estupros entre os presos e do uso do crack, entre outras.

O Primeiro Comando da Capital sempre soube preencher as lacunas deixadas pelo Estado para aumentar o seu prestígio e assim ganhar novos adeptos e simpatizantes dentro e fora do sistema prisional.

⁴⁶ JOZINO, Josmar. Geleição, único fundador do PCC vivo, vai completar 40 anos preso. Ponte Jornalismo, 14/01/2019. Disponível em < <https://ponte.org/geleiao-unico-fundador-do-pcc-vivo-vai-completar-40-anos-preso/> >

Fazem parte dessas brechas estatais as construções de presídios a centenas de quilômetros de distância da Capital; falta de remédios e de produtos de higiene e de limpeza nas prisões; ausências de assistências médica, psicológica, odontológica e jurídica para os presos.

A incompetência e as práticas “duras” adotadas pelo governo na administração dos presídios e no combate ao crime organizado gerado dentro das prisões contribuíram para o fortalecimento e a hegemonia do PCC nas unidades prisionais.

A principal facção criminosa do País supriu com maior intensidade as necessidades da massa carcerária a partir da desativação da Casa de Detenção, no Carandiru, em 2002. Com a implosão do até então maior presídio da América Latina, o governo paulista passou a enfrentar o problema da superlotação das prisões em todo o Estado. Foram construídos novos CDPs (Centros de Detenção Provisória) e penitenciárias, mas o problema continuou, porque o ritmo do encarceramento aumentou.

Boa parte das unidades prisionais foi inaugurada no interior. Milhares de presos foram transferidos para prisões distantes da Capital. Ficaram longe das famílias. Muitas mães e mulheres de detentos, geralmente muito pobres, não tinham dinheiro para visitar toda semana o filho ou marido encarcerado. A insatisfação era geral.

Muitas famílias não tinham como arcar com as despesas de viagem de ônibus e com a hospedagem em pensões. O PCC agiu rápido. Comprou até ônibus para o transporte dos visitantes. A viagem de familiares de presidiários é grátis até hoje para as cidades de Avaré, Presidente Bernardes e Presidente Venceslau, onde estão recolhidos os líderes da organização criminosa.

O PCC também distribuiu cestas básicas para os parentes de presos mais carentes. Nas prisões, a facção também ajuda

seus integrantes na entrega do “jumbo”, a sacola semanal contendo alimentos e produtos de higiene e limpeza.

No início dos anos 2000 era comum a falta de sabonete, creme dental e até papel higiênico para os presos. O Estado não fornecia produtos como detergente e água sanitária para a limpeza das celas superlotadas. Quando parentes de presos não tinham dinheiro para a aquisição dessas mercadorias básicas, era o Primeiro Comando da Capital que providenciava a entrega desses artigos para os detentos ligados à organização, principalmente nos CDPs.

O PCC também banca até hoje advogados para os seus “associados leais”, presos a serviço do grupo. Quando alguém da facção morre em “combate” com as forças de segurança, o grupo paga até pensão alimentícia para a família do criminoso morto.

Esse “assistencialismo” só contribuiu para o PCC impor sua hegemonia não só entre a massa carcerária, mas também em muitos bairros carentes, principalmente no Estado de São Paulo, onde a facção goza de certo respeito.

Além de jumbos e cestas básicas, o PCC também ajuda parentes de presos em datas comemorativas, como a Páscoa e o Dia das Crianças. No final dos anos 1990, a facção fretou uma carreta carregada de brinquedos e de refrigerantes.

Os produtos foram entregues na Penitenciária do Estado, no Carandiru, num dia de visita, durante a festa do Dia das Crianças. A facção também costumava comprar ovos de Páscoa e chocolates para os parentes dos presidiários.

Até aparelhos de televisão o PCC comprou em uma grande loja de eletrodomésticos na cidade de Avaré. Os produtos foram destinados aos presos da Penitenciária 1 e entregues poucos meses antes da abertu-

ra dos jogos da Copa do Mundo de 2006. Eram 26 TVs de 14 polegadas.

Na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, o PCC financiou centenas de consultas com médicos particulares para os seus “associados” recolhidos naquela prisão. A facção pagou também diversos exames e até implantes dentários.

REDUÇÃO NOS HOMICÍDIOS

Foi nesse período que o PCC, que até então tinha o roubo como principal atividade, voltou-se para o tráfico de drogas. A chegada do crime organizado mudou o panorama do tráfico em São Paulo, que em nada lembrava a presença dos grandes grupos do crime organizado que dominavam as favelas cariocas.

O tráfico nas quebradas paulistas até então era desorganizado e fragmentado, com “revendedores individuais autônomos, vivendo à beira da extinção, operando com margens de lucro ínfimas e incapazes de gerar qualquer superávit para investir em estoques, armamento, funcionários etc.”⁴⁷. A desorganização estimulava as disputas entre pequenos grupos varejistas, que frequentemente terminava em morte.

Como não havia outros grupos criminosos organizados operando no varejo de drogas em São Paulo, o PCC logo se impôs como uma facção hegemônica. Como quem está no comando gosta de ordem, o PCC tratou de assumir um papel de pacificador de conflitos nos bairros pobres onde seus pontos de venda de drogas estavam instalados. Segundo DIAS (2013), o PCC “desenvolveu mecanismos de ‘controle social’ que produziram uma drástica redução do uso da vio-

⁴⁷ LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. *Novos estudos - CE-BRAP*. 2008, n.80, pp.43-62. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100004&lng=en&nrm=iso>

lência física nos conflitos interpessoais e, assim, possibilitaram a imposição da paz nestes territórios”.

As próprias comunidades, na ausência de figuras do Estado nas quais pudessem confiar, passaram a enxergar nos traficantes as autoridades a quem procurar para resolver diversos problemas, de crimes a traições conjugais. Parte destes conflitos poderiam terminar nos “tribunais do crime”, uma imitação de julgamento conduzido pelos criminosos, que podem resultar em diversas punições, inclusive morte, mas tudo com a autorização da facção.

Um relato de um desses julgamentos mostra como eles podem inclusive evitar mortes. Segundo o relato, em uma comunidade um marido traído procurou os chefes do tráfico local, ligado ao PCC, porque desejava matar o amante da esposa. Montado o “tribunal do crime”, os magistrados improvisados ouviram tanto a mulher quanto o amante e se convenceram de que os dois haviam feito sexo por livre vontade, sem abuso nem arrependimento. O “erro”, portanto, era dos dois. Os traficantes deram duas opções ao traído: ou autorizava que os criminosos matassem tanto o amante quanto a esposa, ou perdoava a ambos e encerrava o assunto. Aos prantos, o homem escolheu a segunda opção e o conflito terminou “pacificado”, sem derramamento de sangue.

A partir de 1999, São Paulo passa por uma vertiginosa queda no número de homicídios. Naquele ano, a taxa do crime havia atingido o patamar mais alto da história, de 44 mortes para cada 100 mil habitantes. Desde então, não parou mais de cair, até chegar no atual panorama de 9,5 mortes por 100 mil (BUENO & LIMA (2019).

Não faltam especialistas que sustentem a tese — extremamente embaraçosa para os governantes — de que a transformação do PCC em facção hegemônica no mundo do crime contribuiu para a redu-

ção dos homicídios no estado, que esteve na contramão do observado no restante do país. Um outro estudo⁴⁸, ainda em andamento, que cruzou dados do Infocrim (banco de dados de crimes da Secretaria de Segurança Pública do Estado de São Paulo) com indicadores de criminalidade por favela na capital paulista, concluiu que a entrada do PCC em uma favela gera redução nos homicídios não apenas naquele território, mas também em seu entorno direto.

Nada disso, contudo, permite falar do PCC como uma força positiva. Seus membros são apenas criminosos pragmáticos. Se os homicídios desorganizados das periferias ou as rebeliões generalizadas nas prisões atrapalham seus negócios, a facção busca controlá-los. Sempre que a violência for necessária para ampliar seus lucros, atingir os inimigos e conquistar mais poder, o PCC vai usá-la com a habitual crueldade e covardia.

XEQUE-MATE: MACHADINHO E PEDROSA

Foi assim em 2003. Descontente com o RDD, regime de castigo que a organização criminosa classifica até hoje de “cruel e desumano”, o PCC resolveu atacar um membro do Judiciário. O alvo escolhido foi o juiz-corregedor dos Presídios da Região Oeste, Antonio José Machado Dias. Ele era responsável por dezenas de prisões da região, incluindo o CRP de Presidente Bernardes e as Penitenciárias 1 e 2 de Presidente Venceslau. Nessas unidades estavam recolhidos homens do primeiro, segundo e terceiro escalões do PCC.

Machadinho, como era chamado carinhosamente pelos amigos, era o responsável pelas transferências e concessões de be-

48 BIDERMAN, C. et al. Pax Monopolista and Crime: the case of the Emergence of The Pimeiro Comando da Capital in São Paulo. Working papers, Domestic Violence, 7.15.2104, n.2014/03, CAF Development Bank of Latin America.

nefícios aos presidiários da região Oeste do Estado. Detentos chegaram a dizer que ele fazia vista grossa às sindicâncias abertas para apurar espancamentos nas penitenciárias daquela área. Afirmaram ainda que os processos e os benefícios de muitos presos demoravam meses e anos para serem analisados. Os presos alegavam que muitos condenados que já deveriam estar em liberdade continuavam na cadeia por causa dessa morosidade.

Agentes penitenciários desconfiavam que algo grave iria acontecer na segunda quinzena de março, porque ouviram detentos comentando nas prisões que o PCC queria realizar uma “festa” no dia 15 de março de 2003. A data não foi escolhida por coincidência. Ela representava a numeração da facção, ou seja, o 15.3.3.

O “algo grave”, contudo, aconteceu um dia antes, no final da tarde de 14 de março de 2003. Era uma sexta-feira quente. Fazia 30 graus no município de Presidente Prudente. O juiz-corregedor encerrou o expediente por volta das 18h30. Naquele dia, ele estava sem a escolta. Na rua José Maria Armond, Vila Roberta, bem perto do prédio do Fórum Criminal, o magistrado sofreu uma emboscada.

O juiz foi executado com tiros na cabeça e no peito. Ele tinha 47 anos e era pai de dois filhos, frutos de seu primeiro casamento.

Cinco homens acusados de envolvimento na morte de Machadinho foram identificados, presos, julgados e condenados pela Justiça. Segundo a Polícia Civil, todos são integrantes do PCC.

O tribunal do júri também condenou Marcola e Julinho Carambola a 29 anos de prisão cada um, em regime fechado, pelo homicídio do juiz. Ambos foram apontados como mandantes do crime. Porém, sempre negaram e alegaram inocência. Os jurados entenderam que não havia possibilidade de o assassinato ter

ocorrido sem a anuência dos dois acusados, considerados líderes da facção, com agravantes de motivo fútil e emboscada.

O Ministério Público apurou que os executores do crime recebem até hoje uma espécie de “pensão vitalícia” do PCC, como forma de pagamento pelo assassinato do magistrado. A facção também bancou para os assassinos as despesas com advogados de defesa durante toda a fase do processo judicial.

O ataque chocou policiais, funcionários do sistema prisional, políticos e autoridades do Ministério Público e do Poder Judiciário. E também fez diversos comentaristas lembrarem as ações da organização mafiosa Cosa Nostra, que em 1992 matou dois juízes (equivalente aos promotores brasileiros), Giovanni Falcone e Paolo Borsellino, que investigavam a organização.

Alguns líderes do PCC cumpriam castigo no CRP de Presidente Bernardes no dia em que Machadinho foi executado. Marcola estava na Penitenciária 1 de Avaré. Um mês depois da morte do juiz, ele foi removido para o CRP, a prisão tranca dura. Marcola era o único líder do PCC que ainda não havia sido removido para o “Big Brother”.

Depois do assassinato do juiz-corregedor, a Justiça transferiu para São Paulo os processos de execução dos presos do CRP de Presidente Bernardes, Penitenciárias 1 e 2 de Presidente Venceslau e Penitenciária 1 de Avaré.

Os presos da alta cúpula do Primeiro Comando da Capital ficaram recolhidos nessas unidades ao longo dos 16 anos seguintes. A Justiça tomou essa decisão para evitar outras mortes de juízes no interior paulista.

Oito meses após o assassinato de Machadinho, em novembro de 2003, o PCC continuava insatisfeito com o isolamento

de seus líderes no RDD e realizou outra onda de atentados em São Paulo. A data escolhida foi 2 de novembro, feriado de Finados. Em 43 horas foram registrados 17 atentados contra postos fixos de policiamento. Os alvos foram viaturas e bases comunitárias. Houve ainda uma tentativa de resgate de presos. Dois policiais militares, um agente penitenciário e um detento foram assassinados. Dois guardas civis metropolitanos e sete policiais militares ficaram feridos.

Os presos Júlio César Guedes de Moraes, o Julinho Carambola, e Sandro Henrique da Silva Santos, o Gulu, foram acusados de autorizar os atentados de dentro do CRP de Presidente Bernardes. O objetivo era forçar o governo a diminuir a rigidez do RDD. O envolvimento deles nos ataques, porém, não ficou comprovado.

Uma nova ofensiva da facção aconteceu em 23 de outubro de 2005 e chocou profundamente as autoridades do sistema prisional paulista. O alvo do PCC dessa vez foi José Ismael Pedrosa, 70 anos, considerado até então o inimigo número 1 da facção. Naquele dia, o País fazia a votação do referendo sobre a proibição da comercialização de armas de fogo e munições no Brasil. O crime organizado escolheu a data porque sabia que haveria um número menor de policiais nas ruas e também para debochar das autoridades.

Pedrosa estava aposentado havia dois anos e sete meses, mas o PCC não havia se esquecido dele. A facção havia decretado sua pena de morte por ter dirigido a Casa de Detenção na época do Massacre do Carandiru e a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, berço do PCC, quando o local se tornou, segundo os presos, um conhecido centro de torturas.

O grupo criminoso esperou Pedrosa se aposentar. E isso porque sabia que ele, mesmo jurado de morte, não tinha proteção do Estado. Jamais recebeu escolta

ou carro blindado, diferentemente de outras autoridades ameaçadas pela facção.

Naquele 23 de outubro, Pedrosa acordou bem cedo. Pela manhã visitou seus familiares e amigos mais íntimos. Beijou os filhos e netos. À tarde foi cumprir o dever cívico. Votou “sim” no referendo, para que os brasileiros continuassem a ter o direito de comprar armas. A maioria dos brasileiros – 63,94% – também optou pelo sim.

Eram 17 horas quando Pedrosa dirigia seu carro, um Honda Civic, no centro de Taubaté, bem perto do consultório onde sua filha, uma ginecologista, havia sido sequestrada em 17 de abril de 2001 a mando de líderes do PCC. A intenção do PCC naquela época era usar a filha de Pedrosa como moeda de troca. Ela só seria libertada se o governo soltasse alguns líderes do PCC presos na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. A Polícia Civil, no entanto, agiu rápido. Conseguiu localizar o cativo da filha de Pedrosa e a resgatou ilesa. A facção havia dado o seu primeiro recado para o ex-diretor-geral da Casa de Detenção e do anexo de Taubaté.

O segundo e último recado chegou naquele final de tarde na forma de 11 disparos de pistola calibre 380, todos à queima-roupa. Pedrosa chegou morto ao Hospital Regional do Vale do Paraíba.

A Polícia Civil identificou e prendeu três homens pelo crime. Todos foram condenados.

O Estado nunca providenciou a José Ismael Pedrosa a segurança da qual ele necessitava, já que era declarado inimigo mortal do PCC. Mas resolveu homenageá-lo, depois de morto, batizando o CRP de Presidente Bernardes com o nome dele.

OS ATAQUES DO PCC EM MAIO DE 2006

Na época do assassinato de Pedrosa, importantes líderes do PCC cumpriam casti-

go em RDD em Presidente Bernardes. No início de 2006, Marcola e outros chefes da facção foram transferidos para a Penitenciária 1 de Avaré. A saída da liderança do PCC do RDD de Presidente Bernardes trouxe uma calma ao sistema prisional. A paz, no entanto, não durou muito tempo e foi interrompida em maio daquele ano.

O serviço de inteligência da SAP recebeu informações de que poderia haver uma rebelião em série nos presídios. Na tentativa de evitar uma nova megarrebelião, como a de fevereiro de 2001, o secretário Nagashi Furukawa decidiu isolar 765 homens do primeiro, segundo e terceiro escalões do PCC na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau.

A P2 de Venceslau havia sido destruída no ano anterior. E agora era reinaugurada com a chegada dos 765 homens do PCC. O isolamento desses presos, realizado às vésperas do Dia das Mães, data sagrada no sistema prisional, provocou uma onda de ataques do crime organizado até então inédita.

Além da transferência dos presos, a decisão do PCC pela rebelião foi motivada por uma série de extorsões praticados por policiais civis de Suzano, na Grande São Paulo, contra mulheres de líderes do primeiro escalão do PCC e contra o enteado de Marcola, filho de sua primeira mulher, a advogada Ana Maria Olivatto. Rodrigo Olivatto Moraes havia sido sequestrado por policiais civis e mantido em cativo numa delegacia de Suzano em março de 2005. Os policiais sequestradores exigiram R\$ 1 milhão para libertá-lo. Após negociações, eles concordaram em receber R\$ 300 mil e soltaram Rodrigo.

Entre 12 e 20 de maio, a população de São Paulo viveu uma semana de intenso terror. O PCC matou 42 agentes públicos, a maioria policiais militares, além de policiais civis, agentes penitenciários e guardas municipais. Integrantes da facção criminosa se rebelaram em 74 dos 105 presídios de regime fechado no Es-

tado. Os amotinados fizeram 300 reféns. O movimento teve adesão de presidiários no Mato Grosso do Sul e no Paraná.

Na segunda-feira, 15 de maio, no terceiro dia dos ataques, o transporte público parou. As aulas foram suspensas nas escolas estaduais e municipais e também em colégios particulares. Traficantes de drogas decretaram toque de recolher em diversos bairros da periferia. Foram queimados 56 ônibus. Delegacias, prédios públicos e postos bancários foram alvos de ataques com bombas caseiras e granadas. A Avenida Paulista, centro financeiro da capital, por onde passam milhares de pessoas por dia, ficou deserta. Ninguém queria se arriscar nas ruas. São Paulo parecia uma cidade fantasma.

O governo de São Paulo, para tentar pôr um fim aos atentados, negociou com os chefões do Primeiro Comando da Capital. O então governador em exercício, Cláudio Lembro, disponibilizou um avião governamental, com autoridades a bordo, para fazer acordo com os rebelados. O avião saiu de São Paulo com destino a Presidente Prudente. Entre os passageiros estavam um delegado da Polícia Civil, um coronel da Polícia Militar e uma advogada. Seguiram de carro até Presidente Bernardes, e, no CRP, pediram para chamar Marco Willians Herbas Camacho, o Marcola.

O preso e outros chefes do PCC tinham sido internados no RDD logo nos primeiros dias de ataque da facção às forças de segurança, em represália aos atentados. Depois da conversa dos representantes do governo de São Paulo com o presidiário, os ataques cessaram. As rebeliões nos 74 presídios também acabaram. Até hoje o governo nega que tenha feito acordo com o crime organizado.

OS PIORES CRIMES DE MAIO DE 2006: A REAÇÃO DO ESTADO

Apesar da violência dos ataques realizados pelo PCC em maio de 2006, não foi da fac-

ção que partiram os piores crimes do período. A maioria das ilegalidades e violências partiu justamente de quem deveria garantir o império da lei e deter o monopólio da violência legítima, ou seja, o Estado.

Enquanto os ataques do PCC mataram 42 agentes públicos, uma onda de ataques praticada na sequência multiplicou por dez o número de mortos, ao provocar a morte de 452 civis. Uma boa parte desses ataques foi realizada não por criminosos, mas por policiais, fosse agindo às claras, por meio de execuções registradas como “resistência seguida de morte”, fosse usando máscaras e atuando como grupos de extermínio.

Análises de estudiosos e denúncias de entidades de direitos humanos apontam que as centenas de mortes de civis foram uma reação aos ataques do PCC. Isso significa que, em dez dias, as forças de segurança do Estado de São Paulo, em pleno período democrático, produziram um número de mortos que a ditadura militar levou 20 anos para produzir.

Na reunião de emergência convocada para lidar com os ataques do PCC, na noite do primeiro dia de ataques, em 12 de maio, o secretário de Segurança Pública Saulo Castro de Abreu Filho deu a ordem: “Distribua os armamentos de grosso calibre e vamos partir para cima”⁴⁹. O resultado aparece na linha temporal dos ataques: enquanto a maioria das mortes de agentes públicos se concentrou nos dias 12 e 13 e cessaram no dia 18, as mortes de civis se intensificaram entre os dias 14 e 17 e continuaram a ocorrer até 21 de maio⁵⁰.

“A conclusão principal que se pode derivar é que as mortes de civis não aconteceram fundamentalmente durante os

⁴⁹ Conforme relato do secretário de Administração Penitenciária Nagashi Furukawa, mencionado em JUSTIÇA GLOBAL; INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC (2011).

⁵⁰ CARAMANTE, André (org.). *Mães em Luta: Dez anos dos Crimes de Maio de 2006*. São Paulo: Nós por Nós, 2016.

ataques a policiais, como consequência da defesa destes últimos, mas em intervenções posteriores, que poderíamos qualificar como represálias”, escreveu o pesquisador Ignacio Cano, do Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro⁵¹.

Em seu estudo, Cano identificou indícios do envolvimento de policiais fardados ou encapuzados em 122 execuções, ocorridas em supostos confrontos ou por ações de grupos de extermínio. Um estudo anterior, feito a pedido do Condepe (Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana) a partir dos dados compilados pelo Cremeps (Conselho Regional de Medicina do Estado de São Paulo), indicou que havia indícios de execução em 60% a 70% em 124 homicídios registrados pela polícia como “resistência seguida de morte”⁵².

Embora muito mais numerosos do que os ataques do PCC, as matanças realizadas pelo Estado em maio de 2006 permaneceram desconhecidas por boa parte da opinião pública, como costuma ocorrer no Brasil quando as vítimas da violência são negras e pobres. Recentemente, uma reportagem da revista *Veja* recordou brevemente o episódio, afirmando que, “como reação à execução de agentes de segurança, a polícia matou a sangue-frio dezenas de integrantes do PCC”. Mas as mortes chegaram às centenas, e em muitas delas, as vítimas não tinham nada a ver com o PCC. Diversos relatos dão conta de que diversas pessoas foram mortas apenas por terem passagem pela polícia ou por estarem andando na rua quando a polícia havia decretado um toque de recolher no local.

51 CANO, Ignacio; ALVADIA, Alberto. Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2008.

52 FIGUEIREDO, Ricardo Molina de. “Relatório preliminar – casos apresentados como resistência seguida de morte”. In: Crimes de Maio. Condepe, 2006.

Foi o caso de Ana Paula Santos, grávida de nove meses, e de seu marido, Eddie Joey de Oliveira, assassinados por um grupo de encapuzados. Segundo testemunhas, Ana Paula havia arrancado o capuz de um dos matadores e reconhecido que era policial militar. Os assassinos atiraram na cabeça e nas costas de Eddie e depois dispararam na barriga da sua esposa, dizendo “filho de bandido, bandido é”. A cesárea de Ana Paula estava marcada para o dia seguinte. Segundo os laudos médicos, o bebê, de 48 centímetros, foi baleado dentro do útero, na mão e no joelho esquerdo. A menina, nunca nascida, se chamaria Bianca.

Ana Paula era a caçula de Vera Lúcia dos Santos. Dias após perder a filha, o genro e uma neta que não chegou a nascer, Vera foi procurada por outras duas mães, que também tiveram os filhos mortos naquele maio de 2006 em Santos. Uma delas era Débora Maria da Silva, mãe de Edson Rogério Silva dos Santos, um gari encontrado morto com cinco tiros logo após passar por uma abordagem policial, em Santos (SP). Rogério levava no bolso o holerite do trabalho, que ficou manchado de sangue. A outra era Ednalva Santos, mãe do balconista Marcos Rebello Filho, morto na saída de uma lan house com nove tiros disparados por encapuzados.

Juntas, Débora, Ednalva e Vera fundaram as Mães de Maio, que se tornou um dos principais grupos de defesa dos direitos humanos do Brasil, empenhado em combater a violência de Estado. Uma de suas lutas é para que as violências de 2006 “sejam reconhecidas como os Crimes de Maio, e não como ataques do PCC”, como afirma Débora.

Até hoje, a maioria dos crimes do período praticados pela polícia e pelos grupos de extermínio permanece impune. Uma das fundadoras das Mães de Maio, Vera Lúcia, morreu no ano passado, sem ver justiça. Foi em maio.

NA MÍDIA: UM SEQUESTRO POR UM MANIFESTO

O PCC não parava de agir. Na manhã de 12 de agosto de 2006, homens da facção sequestraram o repórter Guilherme Portanova e o auxiliar técnico Alexandre Coelho Calado, funcionários da Rede Globo. A repercussão do sequestro foi imediata e noticiada mundialmente. O PCC assumiu a autoria do sequestro e ameaçou matar os dois funcionários da Rede Globo, caso suas exigências não fossem atendidas. À noite, os sequestradores libertaram Calado nas imediações da emissora de TV. O auxiliar técnico sofreu várias ameaças de morte no cativeiro e foi liberado com uma missão: entregar um DVD aos seus superiores.

Portanova permanecia em poder dos criminosos. A facção ameaçou matá-lo, se o conteúdo do DVD não fosse divulgado pela tevê. Diretores da Rede Globo ficaram tensos e preocupados, mas procuravam deixar claro que a prioridade era garantir a integridade física de Guilherme Portanova. A emissora consultou organismos internacionais para decidir se atendia ou não à exigência do PCC.

O conteúdo do DVD foi levado ar à 0h30 do dia 13 de agosto de 2006, um domingo. O âncora César Tralli explicou que Portanova continuava em poder de sequestradores e que a condição para a libertação dele era a divulgação, na íntegra, do DVD. O vídeo tinha três minutos e meio. As imagens mostravam um homem encapuzado, segurando um papel e lendo as reivindicações do Partido do Crime. Ao fundo aparecia a seguinte pichação em letras maiúsculas e escrita com tinta preta: “O PCC luta pela justiça”.

O encapuzado iniciou a leitura informando que era do PCC e que aquele foi o único meio encontrado para transmitir o recado da facção à sociedade e ao governo. A primeira crítica foi ao RDD, ao qual classificou de “regime de castigo

cruel com os presos, inconstitucional, que fere o estado democrático de direito e inverte a lógica da execução penal”. O interlocutor afirmou que os integrantes do PCC queriam um sistema carcerário com condições humanas melhores. E reclamou que os presos sofriam humilhações e espancamentos. Ele pediu, ainda, um mutirão judicial para analisar a situação processual de muitos sentenciados que já deveriam estar em liberdade. Resaltou que o sistema prisional brasileiro é um depósito humano e que os presos são jogados nas prisões como animais. O encapuzado encerrou o comunicado pedindo que providências fossem tomadas, pois o PCC não iria ficar de braços cruzados no sistema prisional. Acrescentou ainda que a luta do PCC era contra os governantes e policiais. Por fim, advertiu: “Não mexam com nossas famílias que não mexeremos com as de vocês. A luta é nós (sic) e vocês”.

Duas horas depois da divulgação do DVD, o repórter sequestrado foi libertado.

P2 DE VENCESLAU: “O ESCRITÓRIO DO PARTIDO DO CRIME”

Marcola e sua turma continuaram cumprindo castigo no CRP de Presidente Bernardes, sob a tranca-dura do RDD. Mesmo isolados em celas individuais, os líderes da facção conseguiram articular seus planos.

No dia 5 de novembro de 2006, ao menos 40 dos 61 presidiários iniciaram uma greve de fome. Os demais não aderiram ao movimento, pois ficaram encarregados de passar informações para os familiares nos dias de visita.

A greve foi em protesto contra a instalação de chapas de aço, tela e vidro nas janelas das celas, impedindo quase que totalmente a entrada de ar. Muitos detentos tiveram de ser atendidos na

enfermaria por causa de problemas respiratórios. Algumas celas tinham sido reformadas. O cheiro de tinta era forte em muitas delas e isso causou os problemas de saúde nos presidiários. Marcola foi um dos grevistas.

O movimento durou 13 dias e terminou em 17 de novembro de 2006. Ninguém foi punido. A SAP atendeu parcialmente as reivindicações dos grevistas. Foram instalados quatro exaustores eólicos (ventiladores) nos pavilhões onde ficavam as celas dos grevistas.

Após essas ações, o CRP de Presidente Bernardes ficou praticamente vazio. Pouca gente era removida para o RDD. Para especialistas da área de segurança pública e para agentes penitenciários, o governo e a SAP tinham medo de pedir a internação de líderes do PCC no Regime Disciplinar Diferenciado. O temor era de novos ataques, rebeliões e destruições de presídios.

A P2 de Presidente Venceslau acabou por se tornar o escritório-sede do PCC no sistema prisional paulista.

As regras de disciplina locais eram duras. As visitas ficavam trancadas nas celas. Ninguém era poupado. Nem idosos e crianças. Quando saíam do xadrez para o pátio, os presos eram rigorosamente vigiados por homens do GIR armados de escopetas, pistolas, espingardas calibre 12 e acompanhados por cães ferozes. O banho de sol era de três horas.

Apesar da dureza, a P2 de Presidente Venceslau ainda tinha regras menos rígidas do que o RDD de Presidente Bernardes ou do que os presídios que o governo federal havia começado a inaugurar em 2006. Assim, depois que foi isolada na P2, naquele mesmo ano, a liderança do PCC passou a comandar da prisão os negócios ilícitos da organização. Controlava o tráfico de drogas, planejava assaltos ci-

nematográficos, mandava matar inimigos e criava novas células⁵³.

Tudo isso era feito graças ao uso do telefone celular nas celas, que circulava à vontade nas celas. A tolerância em relação ao uso dos celulares nasceu de uma estratégia adotada pelas autoridades, que achavam que seria mais útil interceptar e monitorar as conversas dos presos para saber o que o PCC estava planejando do que apreender os aparelhos.

Sob a coordenação do Gaeco de Presidente Prudente, policiais militares continuaram, durante mais dois anos, interceptando as ligações telefônicas dos líderes do PCC presos na P2 de Venceslau. A PM e a Rota monitoravam as conversas dos chefões da facção criminosa.

A estratégia do Gaeco de Presidente Prudente, porém, foi como um tiro que saiu pela culatra. Com o telefone celular, os chefões do PCC controlaram todos os negócios ilícitos da organização, dentro do escritório-sede do grupo, na P2 de Venceslau. Montaram a Sintonia dos Gravatas, formada por ao menos 40 advogados, para cuidar de processos judiciais, da defesa de seus integrantes e de outros assuntos de interesse da organização, e a Sintonia dos Outros Estados e Países, encarregada de gerenciar os negócios do PCC fora de São Paulo e até no exterior.

O telefone móvel havia se mostrado uma das principais armas em poder da maior facção criminosa brasileira. E com a conivência do Ministério Público, mais especificamente do Gaeco de Presidente Prudente e sua central de escutas telefônicas operada por policiais militares.

Somente em janeiro de 2014 o governo instalou bloqueador de celular na P2 de Venceslau. Por sua vez, o Gaeco conse-

53 JOZINO, Josmar; CRUZ, Maria Teresa. Como o Governo de SP assistiu a uma penitenciária virar sede do PCC. *Ponte Jornalismo*, 14/12/2018. Disponível em < <https://ponte.org/como-o-governo-de-sp-assistiu-uma-penitenciaria-virar-sede-do-pcc> >

guiu desarticular os integrantes das novas células criadas pelo PCC, em duas operações, a Ethos, contra os advogados da facção, e a Echelon, contra a Sintonia dos Outros Estados e Países.

Mas já era tarde. O PCC havia consolidado seu poder. A essa altura, a hegemonia do Partido do Crime era nacional e transnacional.

XEQUE-MATES

E foi de dentro da P2 de Venceslau que o PCC planejou outras mortes. A vítima seguinte seria o diretor-geral do CDP de Mauá, Wellington Segura. Os detentos afirmavam que ele tratava mal as mulheres e mães de presidiários. Também diziam que Segura agredia os detentos com tapas no rosto e usava armas para dar coronhadas na cabeça dos presos. Mas, para a SAP, Segura era um funcionário exemplar e trabalhava com a finalidade de garantir a segurança da unidade.

Os torres (chefes) do PCC no CDP de Mauá telefonaram para os líderes da facção na P2 de Venceslau e relataram os casos de agressões. Em um julgamento rápido, o Tribunal do Crime, instalado na P2 de Presidente Venceslau, condenou Segura à “pena capital”. Era mais um xeque-mate, como são chamadas as sentenças de morte decretadas pela facção.

Segura foi executado com 22 tiros na noite de 26 de janeiro de 2007, dentro de seu carro, no Parque Santista. A Polícia Civil conseguiu chegar aos autores do crime graças às investigações e às escutas telefônicas autorizadas pela Justiça.

Numa das ligações interceptadas pelos policiais, um interlocutor conversa com um parceiro usando o seguinte código: “O baile funk foi feito”. Era o aviso de que o diretor-geral do CDP de Mauá estava morto. Os envolvidos na morte de Segura foram identificados, julgados e condena-

dos pela Justiça. Na época, agentes penitenciários realizaram protesto em cinco unidades prisionais.

Foi de dentro da P2 de Venceslau que o PCC planejou a morte de mais um funcionário do sistema prisional. A ação foi considerada como mais uma forma de intimidar e amedrontar as autoridades prisionais por causa das regras de disciplina naquela unidade e também no CRP de Presidente Bernardes.

A vítima escolhida pelo grupo criminoso foi o agente penitenciário Denilson Dantas Jerônimo, de 36 anos. Ele havia trabalhado um mês na P2 de Venceslau, de 1º de dezembro a 31 de dezembro de 2007. Denilson também foi integrante de um grupo odiado pelos detentos, o GIR, Grupo de Intervenção Rápida, formado por agentes penitenciários para controlar rebeliões e revistar celas atrás de armas e drogas. E trabalhava no CRP de Presidente Bernardes, a cadeia “tranca dura” ou “cemitério dos vivos”.

Na noite de 3 de maio de 2009, Jerônimo foi baleado na frente de casa, quando voltava de um show de música sertaneja, e morreu a caminho do hospital.

O autor do assassinato foi identificado e preso em 27 de maio de 2010. A Polícia Civil chegou até o acusado graças ao depoimento de um importante líder do PCC, outrora reverenciado pela massa carcerária e pela liderança da facção criminosa. Depois desse depoimento prestado à Justiça, a antiga liderança acabou excluída do grupo. Não satisfeito com a exclusão, o PCC ainda matou a mulher dele como vingança pela delação. Ela foi executada a tiros na frente da filha, uma criança. Era mais um xeque-mate.

A ROTA NA RUA - CONTRA O PCC

Os homens da tropa de elite da PM receberam “carta branca” para investigar as

ações do Primeiro Comando da Capital. A autorização partiu do então secretário estadual da Segurança Pública, Antônio Ferreira Pinto.

Antes de assumir esse cargo, em março de 2009, ele era secretário estadual da Administração Penitenciária. O convite para comandar a SAP havia sido feito em maio de 2006, logo depois da maior onda de ataques promovida pelo PCC em São Paulo.

O governador Geraldo Alckmin apostava suas fichas em Ferreira Pinto. E por isso o convidou para assumir a SSP. No lugar dele, na SAP, foi nomeado o adjunto Lourival Gomes.

Na década de 90, quando o PCC surgiu, ambos trabalhavam, no sistema prisional. Ferreira Pinto era secretário-adjunto da SAP e Gomes chefiava a Coesp (Coordenadoria Estadual dos Estabelecimentos Penais). Agentes penitenciários afirmam que os dois nada fizeram à época para impedir o crescimento do Primeiro Comando da Capital.

Ao assumir o cargo de chefe da SSP, uma das primeiras medidas de Antônio Ferreira Pinto foi a escolha do tenente-coronel Paulo Telhada para comandar a Rota.

Paralelamente, uma central de escutas telefônicas foi montada na sede do CPI-8 (Comando de Policiamento Militar do Interior-8) sediado em Presidente Prudente. PMs daquela unidade foram autorizados a monitorar os presos do PCC, principalmente a liderança da facção recolhida na P2 de Venceslau.

Ferreira Pinto havia colocado a Polícia Militar à frente das ações de investigação e combate ao crime organizado, deixando de lado a Polícia Civil.

As informações detalhadas das interceptações eram repassadas para a Base Tobias de Aguiar, quartel-general da Rota,

na avenida Tiradentes, região central de São Paulo. Foi assim que policiais militares da Rota começaram a seguir os passos de vários integrantes do Primeiro Comando da Capital que estavam em liberdade ou foragidos no Estado de São Paulo. Vários deles acabaram mortos.

Um deles era Fábio Fernandes da Silva, o Vampirinho, conhecido assaltante de bancos e de joalherias. Ele sempre foi muito conceituado e respeitado no mundo do crime. Na noite de 17 de maio de 2010, Vampirinho, enquanto dirigia uma BMW vermelha na Radial Leste, na capital paulista, foi fechado por uma picape vermelha no momento em que uma viatura da Rota se aproximava. Poucos minutos depois da colisão, quatro tiros foram disparados. Vampirinho estava morto.

A namorada de Vampirinho, uma jovem de 26 anos, que estava no carro com ele, deu dois depoimentos sobre o crime. No primeiro, disse que Vampirinho estaria armado no momento em que foi baleado. Na segunda vez, a moça deixou claro que o namorado não estava armado e que foi executado pelos PMs. A jovem afirmou que havia se sentido coagida pelos policiais militares a mentir.

Os boinas pretas, como são chamados os policiais militares da Rota, mataram outros líderes do PCC em circunstâncias semelhantes, sempre alegando que houve resistência e troca de tiros.

Outra vítima dos PMs da Rota foi Fábio Santos de Oliveira, 25 anos, o Gordex, parceiro de Vampirinho, morto na madrugada de 2 de setembro de 2010 em Itaquera, na zona leste da capital.

O rapaz foi acusado de ter tentado matar o tenente-coronel Telhada, então comandante da Rota, praticamente um mês antes, em 31 de julho. O suposto atentado aconteceu em frente à casa do oficial da PM, na zona norte. Na ocasião,

Telhada contou à polícia que saía de sua residência com seu veículo Mitsubishi Pajero, quando um homem em um Corsa passou atirando. Segundo ele, havia dois desconhecidos no carro. O atirador disparou 11 vezes. Nenhum tiro acertou o tenente-coronel.

Na madrugada seguinte, a Rota anunciava à imprensa que o quartel da tropa, na avenida Tiradentes, também havia sido alvo de ataque a tiros. Os PMs que cuidavam da segurança do prédio informaram que mataram um suspeito.

A Rota chegou a dizer que o suspeito morto era integrante do crime organizado. A Polícia Civil, no entanto, apurou que o morto não pertencia a nenhuma facção criminosa e trabalhava com a hipótese de que não houve nenhum atentado contra o quartel, mas sim uma farsa.

Os PMs que admitiram ter matado o suspeito foram denunciados à Justiça pelo Ministério Público, por homicídio, e vão a júri popular. O processo continua em andamento.

Tanto Vampirinho quanto Gordex tiveram várias ligações interceptadas por PMs de Presidente Prudente, a serviço do Gaeco, do Ministério Público Estadual, daquela cidade. As informações sobre as escutas eram sempre repassadas aos PMs da Rota.

Também foi dessa maneira que os boinas pretas passaram a seguir os passos de Gordex. Na madrugada de 2 de setembro de 2010, os PMs da Rota seguiram o carro dele na avenida Jacu Pêssego.

Gordex foi perseguido até o prédio onde morava, em Itaquera. Ele foi morto a tiros. Os PMs alegaram que ele resistiu à prisão. As fitas do circuito de câmeras do edifício foram levadas pelos PMs.

Os policiais acusados de envolvimento na morte de Gordex também foram denunciados por homicídio e vão a júri popular. Para a Polícia Civil, não havia dúvidas de

que Vampirinho e Gordex foram executados por homens da Rota.

O então tenente-coronel Telhada chegou a dizer em entrevista coletiva que reconheceu Gordex como o homem que tentou matá-lo. O nome do comandante da Rota estava em evidência e em constante destaque na mídia. Por isso, ele passou a ser considerado uma espécie de herói para alguns setores da sociedade e não teve dificuldades para se eleger ao cargo de vereador por São Paulo, nas eleições municipais de 2012, e, dois anos depois, para deputado estadual. Foi um dos parlamentares mais votados.

Na gestão de Telhada à frente da Rota, os boinas pretas mataram outros líderes do PCC em diversas ações. Os milicianos invadiram o sítio de Roberto Soriano, o Tiriça, em Itatiba, no Interior, na tarde de 7 de maio de 2011. A ação foi coordenada pelo então major Dimas Mecca. Ele também participou da Operação Castelinho. Foi eleito deputado estadual por São Paulo nas eleições gerais no ano passado. No sítio de Itatiba foram mortos três homens e presos outros quatro. Os PMs novamente alegaram que houve troca de tiros.

Um dos mortos era Ilson Rodrigues de Oliveira, o Teia, braço direito de Tiriça, apontado como o segundo homem na hierarquia do PCC. Tiriça havia passado pela P2 de Presidente Venceslau.

Em 18 de novembro de 2011, Telhada se aposentou e deixou o comando da Rota. Em seu lugar assumiu o tenente-coronel Salvador Modesto Madia, um dos 116 PMs acusados de participar do Massacre do Carandiru. A Rota não parou de matar os integrantes do PCC sob o comando de Madia.

OS CONFLITOS DE 2012

O segundo semestre de 2012 foi marcado por um novo conflito entre a polícia e

o crime organizado, o mais grave desde maio de 2006. Um conflito em que, mais uma vez, os moradores dos bairros periféricos foram as maiores vítimas e as forças de segurança do Estado, os principais matadores.

O governo de São Paulo, sob o comando do governador Geraldo Alckmin (PSDB), prosseguia com a política de usar informações obtidas nos grampos telefônicos feitos pelo Ministério Público na P2 de Venceslau para assassinar lideranças do PCC nas ruas.

Em 12 de abril de 2012, os boinas pretas da Rota mataram o traficante Marcos Aurélio do Patrocínio, o Nego Cora, chefe do PCC na Favela de Paraisópolis. Mas a gota d'água, para o PCC, veio no mês seguinte, na noite de 28 de maio de 2012, quando a Rota matou seis homens em um bar na Penha, zona leste.

Entre os mortos estava Anderson Minhano, homem forte do PCC. Baleado no bar, Minhano foi socorrido por três policiais militares da Rota e levado para um pronto-socorro em Guarulhos, onde chegou morto. É que, no meio do trajeto entre o bar e o hospital, os policiais haviam feito uma parada. Uma testemunha viu a viatura da Rota parada no acostamento da Rodovia Ayrton Senna e ligou 190. Na ligação, contou o que viu: “Ai, mais tiro, ai, meu Deus! Ele está atirando e vai atirar de novo. Ai, misericórdia! Ai, Jesus, mais tiro! Isso é à queima-roupa, mesmo, viu”.

Mesmo o ex-secretário Ferreira Pinto admite que a Rota praticou um crime nesse episódio. “Assim que fiquei sabendo, liguei para o comandante-geral da PM e falei: ‘prende os caras’. Para mim, aquilo foi uma execução”, declarou (PINTO, 2014).

A defesa dos PMs negou o crime, dizendo que a testemunha não teria condições de visualizar uma execução da distância em que estava, e alegou que a viatura

havia parado na rodovia porque um dos policiais estava com câibras. A versão convenceu o tribunal do júri por duas vezes. Primeiro, os três PMs foram absolvidos num julgamento realizado cinco meses após o crime. A pedido do Ministério Público o julgamento foi anulado, e um novo júri ocorreu em 2014. Uma das testemunhas de defesa foi o empresário e apresentador de tevê Roberto Justus, que se manifestou a favor do sargento Nogueira, afirmando que o acusado fazia a segurança de sua família havia mais de 15 anos. Todos terminaram inocentados.

Independente das decisões da justiça, o PCC havia dado seu veredito dias após a morte de Minhano, abrindo a temporada de caça aos policiais militares. Na P2 de Presidente Venceslau, Tiriça prometeu vingar as mortes de seus parceiros. Segundo o Gaeco de Presidente Prudente, um bilhete escrito por Tiriça, contendo nomes de PMs da Rota que deveriam ser mortos, foi encontrado na P2 de Venceslau.

O número de policiais militares assassinados disparou. Segundo dados publicados no Diário Oficial, 88 PMs da ativa foram mortos no Estado de São Paulo em 2012, contra 56 no ano anterior. Incluindo os da reserva, foram 106 no total.

Dessa vez, os ataques deslanchados pelo PCC naquele ano foram mais discretos e direcionados do que os de 2006. Não houve rebeliões nos presídios nem ataques a prédios públicos. As ações ocorriam nas ruas, quase que exclusivamente contra policiais militares sozinhos. Podiam ser confundidas com assaltos.

As vítimas eram mortas em seu horário de folga, pelo único motivo de serem policiais militares. Uma delas, a soldado Marta Umbelina da Silva de Moraes, uma PM de perfil administrativo, levou dez tiros ao chegar em casa, na Vila Brasilândia, zona norte da capital, diante da filha de 11 anos, em 3 de novembro.

Como em maio de 2006, os ataques do PCC foram violentos e covardes. E, também como ocorreu em maio de 2006, a resposta do Estado conseguiu ser mais criminosa do que a dos criminosos. As periferias da Grande São Paulo passaram a ser assombradas pela ação de grupos de extermínio, que se manifestavam na forma de homens encapuzados que, de motocicleta ou automóvel, passavam atirando aleatoriamente em moradores de bairros pobres. Os matadores encapuzados apareciam horas depois nas imediações de onde um PM houvesse sido baleado ou morto (SALVADORI; CARDOSO, 2014 e DIAS, 2015).

Dois dias após a morte de Marta Umbelina, por exemplo, a dois quilômetros do local onde ela havia sido baleada, um Celta prateado se aproximou de um grupo de jovens em uma esquina e disparou aleatoriamente. Dos três baleados, apenas um sobreviveu. O crime ocorreu a cerca de 100 metros de onde estava uma viatura policial.

O padrão de ataques em vingança contra a morte de policiais se repetiu ao longo de todo o semestre. Era uma vingança simbólica, pensada para mandar um recado. As vítimas dos grupos de extermínio frequentemente não tinham qualquer relação com as mortes dos policiais. Haviam cometido apenas o crime de ser pobre e morar próximo ao local onde um PM havia sido abatido.

A onda de violência só chegou ao fim depois que Ferreira Pinto deixou o cargo, em novembro de 2012, e foi substituído por Fernando Grella Vieira, o primeiro secretário da Segurança Pública em dez anos a tentar adotar algumas medidas, ainda que tímidas, na direção da redução da violência policial. A principal foi a Resolução nº 5, de 8 de janeiro de 2013, que proibiu policiais de resgatarem baleados em supostos confrontos, para evitar as práticas de executar feridos a caminho

do hospital ou de “socorrer” cadáveres ao pronto-socorro apenas para prejudicar a perícia.

A resolução foi assinada quatro dias depois de um grupo de encapuzados cometer uma chacina com 14 mortos no Jardim Rosana, na zona sul da capital. Ninguém foi punido pelo crime⁵⁴.

Ao longo dos anos seguintes, as chacinas praticadas por grupo de extermínio como retaliação às mortes de policiais se tornaram corriqueiras. Foi a dinâmica que deu origem à maior chacina da história de São Paulo, a de Osasco e Barueri, ocorrida em 2015, com 23 mortos. A mancha teria sido motivada pelas mortes de um PM e de um guarda civil, ocorridas dias antes.

E o PCC? Os crimes de 2012 tiveram consequências para a facção. Tiriça, que teria ordenado os ataques, foi enviado para o Presídio Federal de Rondônia, em Porto Velho, em novembro de 2012, juntamente com Francisco Antonio Cesário da Silva, o Piauí.

Tiriça e Piauí foram os primeiros presos do alto escalão do PCC a serem removidos para uma prisão federal. Por muitos anos, seriam os únicos.

⁵⁴ CARAMANTE, André. Após três anos, chacina do Jardim Rosana vira símbolo da impunidade da PM de SP. Ponte Jornalismo, 20/1/2016. Disponível em <<https://ponte.org/reportagem-especial-apos-tres-anos-chacina-do-jardim-rosana-vira-simbolo-da-impunidade-da-pm-de-sao-paulo/>>

PERNAMBUCO: O PACTO QUE QUASE FUNCIONOU

Quando os homicídios explodiram na região Nordeste, a partir da década passada, o estado de Pernambuco primeiro se mostrou uma bem vinda exceção, que contrariou a tendência geral e conseguiu reduzir seus crimes contra a vida, por meio de políticas públicas integradas e vontade política. Num segundo momento, porém, a tendência se reverteu e os pernambucanos viram os homicídios aumentarem em seu estado como no restante da região.

Os estados do Nordeste se tornaram a capital do homicídio no país. Considerando apenas o grupo mais atingido por esse crime, os adolescentes, o índice de assassinatos dobrou em relação a 2005 e, em 2014, chegou a 6,5 — ou seja, para cada mil adolescentes que completam 12 anos, mais de 6 são mortos antes de completarem 19 anos⁵⁵.

Com o programa Pacto pela Vida, o governo Eduardo Campos, do PSB (2007-2012), conseguiu contrariar as estatísticas da região. Quando o programa foi imple-

55 NAÇÕES UNIDAS. UNICEF: homicídios de adolescentes batem recorde; Nordeste registra índices mais altos de violência. Nações Unidas do Brasil, 11/10/2017. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/unicef-homicidios-de-adolescentes-batem-recorde-nordeste-registra-indices-mais-altos-de-violencia/>>

mentado, em 2008, o estado registrou 4.634 homicídios. O número começou a cair e, em 2013, atingiu o ponto mais baixo da década, com 3.100 mortes⁵⁶.

Implementado em 2008, o Pacto pela Vida se baseava no Compstat, da cidade de Nova York, uma ferramenta de gestão de polícia, baseada em território e voltada para a resolução de problemas por meio de evidências e informações. O programa buscava “um incremento da identificação e detenção de pessoas envolvidas na produção de mortes violentas ou passíveis de serem mortas”, segundo estudo⁵⁷ de Jean Daudelin e de José Luiz Rattton, coordenador do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Políticas de Segurança da Universidade Federal de Pernambuco, que foi assessor especial do governo Campos na construção do programa de segurança pública.

O Pacto pela Vida introduzia uma novidade na gestão de segurança pública ao

56 PASSOS, Paula. Por que o ‘Pacto Pela Vida’ em Pernambuco fracassou. Ponte Jornalismo, 18/3/2019. Disponível em <<https://ponte.org/por-que-o-pacto-pela-vida-em-pernambuco-fracassou>>

57 RATTTON, José Luiz; DAUDELIN, Jean. Construction and Deconstruction of a Homicide Reduction Policy: The Case of Pact for Life in Pernambuco, Brazil. International Journal of Criminology and Sociology, 2018, 7, 173-183.

deslocar o poder para uma instância não-policial, a Secretaria de Planejamento do Governo (SEPLAG), ligada diretamente ao governador do estado. A partir da Seplag, o programa buscava integrar as Polícias Militar e Civil, além do Judiciário e do Ministério Público, para investir na identificação e repressão de grupos criminosos que matavam em Pernambuco, fossem traficantes ou policiais.

A política integrada também buscou identificar e punir os matadores, por meio da expansão e do fortalecimento do Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa (DHPP). Com isso, o Estado buscava o envio de uma mensagem de que matar deixa de ser um bom negócio porque a chance de ser preso aumentou muito.

A partir de 2013, porém, o programa começou a fazer água, por conta da resistências das corporações policiais em relação ao controle externo de sua atividade e das preparações do governador Eduardo Campos para as eleições presidenciais de 2014, na qual seria um dos candidatos. A política de segurança pública não conseguiu mais caminhar com as próprias pernas sem a presença da “liderança carismática” do governador Campos, mesmo porque o Pacto Pela Vida não tinha feito toda sua lição de casa. Ações fundamentais para manter a queda nos homicídios deixaram de ser realizadas, entre elas os investimentos em políticas de prevenção da violência nos territórios mais pobres, como a proteção social de usuários de drogas em situação de vulnerabilidade (RATTON, 2018).

Dali para a frente, tudo piorou. Em 2017, Pernambuco registrou 5.426 mortes, um aumento de 75% na comparação com 2013.

Ao lado desse processo, Pernambuco também sofria com o impacto da expansão do Primeiro Comando da Capital pelos estados do Nordeste, um movimento que gerava reações no crime organizado local, estimulando o surgimento ou a

consolidação de facções para se aliar ou fazer oposição ao PCC.

A prisão do assaltante e traficante de drogas Sidney Romualdo, em Recife, em julho de 2005, foi o primeiro indício da presença de integrantes do PCC em terras pernambucanas. Nascido na Paraíba, mas criado em Diadema, na Grande SP, Sidney Romualdo foi preso com outros dois homens na capital pernambucana sob a acusação de envolvimento no sequestro do gerente de uma agência do Banco do Brasil em Natal (RN).

O criminoso foi levado para a Penitenciária Barreto Campelo, em Itamaracá. No ano seguinte, ele foi ouvido por deputados da CPI do Tráfico de Armas. Segundo os parlamentares, Sidney Romualdo foi escolhido pelo líder do PCC, Marco Willians Herbas Camacho, para coordenar uma importante missão em Pernambuco. Os deputados federais apuraram que ele foi designado para recrutar jovens sem antecedentes criminais para a prática dos mais variados crimes no Nordeste, especialmente tráfico de drogas e roubos a bancos e carros-fortes.

Para o então sub-relator da CPI do Tráfico de Armas, Raul Jungmann, que anos depois se tornaria ministro da Defesa e da Segurança Pública do governo Michel Temer (PMDB), o PCC decidiu marcar a presença da facção em Pernambuco por dois motivos: o Estado é o maior produtor de maconha no País e também um grande entreposto de armas procedentes do Suriname. Na época, Jungmann afirmou que o PCC já contava com 41 integrantes em Pernambuco.

A Polícia Civil pernambucana descobriu que Sidney Romualdo tinha planos para incendiar ônibus, matar policiais, bombeiros e agentes penitenciários e comandar rebeliões em presídios do Estado. O objetivo era impor o terror em Pernambuco e, com isso, conseguir a hegemonia do PCC

nas prisões e nas ruas e ainda comandar o tráfico de drogas e de armas naquele Estado. A receita era a mesma que a facção havia aplicado em São Paulo, seu estado de origem, a partir de 2001.

Além de Sidney Romualdo, os deputados da CPI do Tráfico de Armas ouviram outros dois presos em Pernambuco: Robson Barbosa, de São Paulo, e Michel Prathynny, de Caruaru, também foram apontados pelos parlamentares como integrantes do PCC.

Segundo o presidente do Sindasp (Sindicato dos Agentes de Segurança Penitenciária de Pernambuco), João Batista de Carvalho Filho, em entrevista em 18 de fevereiro de 2019, existem hoje quatro facções criminosas no Estado. Três delas são nacionais: PCC, de São Paulo, Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, e Okaida, da Paraíba. A quarta organização criminosa de Pernambuco é estadual e se chama Bonde dos Cachorros. Segundo Carvalho Filho, o PCC tem integrantes em todos os 23 presídios pernambucanos. O Estado abriga 32.505 detentos, sendo 19.500 condenados e 13.005 provisórios. Do total, 31.090 são homens e 1.415, mulheres.

Sidney Romualdo não foi o único integrante da cúpula paulista do PCC a ser preso em Pernambuco. Renato Carvalho de Azevedo, 28 anos, o Fuzil, foi detido em 18 de dezembro do ano passado em Caruaru, no agreste pernambucano. O Ministério Público do Estado de São Paulo considera Azevedo como um criminoso de altíssima periculosidade. Ele foi preso em uma ação conjunta da Polícia Federal e das Polícias Militares pernambucana e paulista.

Azevedo era investigado pelo Gaeco de Presidente Prudente. Ele foi denunciado pelo Ministério Público na operação Echelon, que investigou a atuação de integrantes do PCC fora de São Paulo e do Brasil. A operação foi deflagrada em junho do ano passado em 14 Estados. Os agentes cumpriram 63 mandados de pri-

ção, de um total, de 75, além de outros 55 de busca e apreensão.

Azevedo não chegou a ser preso naquela ocasião. Segundo o Gaeco, ele era subordinado à célula do PCC conhecida como Sintonia dos Outros Estados e Países. Os chefes desse setor eram Cláudio Barbará da Silva, o Barbará, e Célio Marcelo da Silva, o Bin Laden. Ambos são homens do primeiro escalão do PCC e cumpriam pena na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, no mesmo raio onde Marcola, o líder máximo do grupo, estava recolhido. Os três foram transferidos para presídios federais.

O Gaeco interceptou várias ligações telefônicas de Azevedo. E apurou que ele ocupava o cargo de “ponteiro” no PCC, ou seja, era o responsável pelos batismos dos novos integrantes da facção. Outras atribuições de Azevedo eram fazer o elo entre a liderança da organização e agentes públicos que demonstravam disposição para colaborar com o grupo criminoso, além de controlar o tráfico de drogas e executar inimigos do PCC.

Após ser preso, Azevedo disse, em depoimento à Polícia Federal, que fugiu para Caruaru depois de ficar escondido em Campinas, no interior de São Paulo. Ele se refugiou porque era procurado por policiais responsáveis pela operação Echelon.

Com Azevedo os agentes apreenderam uma pistola calibre 380, dois carregadores, munição, quatro facas, seis aparelhos de telefone celular, 70 gramas de maconha, além de três carros e uma moto com chassis adulterados. No depoimento, o traficante de drogas acrescentou aos agentes federais que “perdeu a conta de quantas pessoas assassinou com arma de fogo ou por enforcamento a mando do PCC”.

Contra o criminoso, havia quatro mandados de prisões em aberto. Ele foi acusado pelos crimes de porte ilegal de arma,

posse de drogas, lavagem de dinheiro e ocultação de bens. Segundo agentes federais, Azevedo contou ainda que recebia ajuda financeira do Primeiro Comando da Capital para seu sustento. Foi a terceira vez que o criminoso acabou preso.

Para o promotor Lincoln Gakiya, do Gae-co de Presidente Prudente, em entrevista realizada em Presidente Prudente, em 12 de dezembro de 2018, integrantes do PCC preferem ficar escondidos nas capitais nordestinas por causa do grande número de turistas, o que dificulta uma possível captura do foragido. Mas esse não é o único motivo. Segundo o promotor, o deslocamento dos integrantes da facção para as regiões nordestinas visa principalmente a conquista de territórios para o fortalecimento do tráfico de drogas.

O Estado de Pernambuco é importante para o PCC por causa do Polígono da Ma-

conha e também por sediar um importante porto, usado pela facção para exportar cocaína à África e à Europa e importar armas do Suriname.

Em 2011, uma investigação da Polícia Federal constatou que as rotas do narcotráfico se voltavam cada vez mais para os portos brasileiros. No mesmo ano, os agentes apreenderam 530 kg de cocaína no porto pernambucano de Suape. O destino da droga seria a África. A cocaína estava escondida em contêineres onde havia carregamentos de gesso. O Porto de Suape é considerado o mais movimentado do Nordeste.

Policiais federais responsáveis pela investigação suspeitavam, na época, que a cocaína teria vindo da Colômbia, passando pelo Caribe, e que do porto de Suape seguiria para o continente africano.

CEARÁ: DAS GANGUES ÀS FACÇÕES

NO COMEÇO ERAM AS GANGUES

O cenário do crime organizado no Ceará começou a mudar há cerca de dez anos, com a chegada ao estado das facções nacionais ligadas ao tráfico de drogas e armas, que ampliavam seu poderio para além de suas fronteiras originais de São Paulo e Rio de Janeiro. Nos territórios periféricos e empobrecidos de Fortaleza, as facções encontraram gangues formadas por jovens, que após esse encontro passariam por uma profunda transformação.

As gangues de Fortaleza aparentemente surgiram na década de 90, a partir de coletivos de jovens, divididos por bairros e que cultivavam “rixas”. Uma gangue de um determinado bairro tinha rixa com outro bairro, e assim por diante. O domínio sobre o território era o fundamento de todas as ações. O uso de uma linguagem própria, de pichações e tatuagens eram meios de identificação não só de seus membros, mas das áreas pertencentes a cada uma das gangues.

De acordo com PAIVA (2019), “as periferias de Fortaleza, nos anos de 1990, eram povoadas por ‘gangues’ – grupos de jovens que criavam seus repertórios para

demonstrar, publicamente, que ‘se garantem’, compartilhando códigos constitutivos de uma linguagem própria e maneiras peculiares de estabelecer suas relações dentro e fora do seu território. As gangues se encontravam nas ruas ou em bailes funks para trocar socos, pedradas e, no máximo, ‘[...] alguém se armava com um pedaço de pau e ferro’, explicou um morador do Conjunto Ceará. Esses grupos eram compostos por ‘cabras-machos’, que ‘se garantiam’ e afirmavam sua masculinidade diante de outros homens, heterossexuais e viris”⁵⁸.

Dentre os fatores de surgimento ou expansão das gangues destacam-se processos de exclusão social, cultura da violência, crescimento urbano rápido e desordenado, desorganização comunitária, dinâmicas violentas e dificuldades de construção da identidade pessoal.

Ao se instalarem no Ceará, as facções nacionais trouxeram novas modalidades de crime, como assaltos a bancos, explorações de caixas eletrônicos, que resulta-

⁵⁸ PAIVA, Luiz Fábio S. Aqui não tem gangue, tem facção: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. Cad. CRH. 2019, vol.32, n.85, pp.165-184. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_art-text&pid=S0103-49792019000100165>

ram, ao longo da última década, em um incremento significativo da violência no estado. Modalidades criminosas que envolvem planejamento e recursos financeiros permitiram ampliar o poder de fogo, o poder da corrupção e a expansão do mercado de drogas. Territórios dominados por gangues, ainda que com pouco potencial de fogo (poucas armas, homicídios e drogas ilícitas), ficaram suscetíveis ao recrutamento dessas organizações criminosas mais estruturadas, com armamento pesado e com uma circulação de dinheiro muito maior. Muitas delas acabaram aderindo às facções.

A juventude nesses territórios empobrecidos tinha e continua tendo poucas oportunidades. A participação em gangues e, posteriormente nas facções criminosas muitas vezes lhes rendia sentimento de pertencimento e de prestígio. Por outro lado, significou para milhares de jovens uma vida extremamente curta, como se evidencia nas estatísticas de homicídios.

De acordo com o Atlas da Violência 2019⁵⁹, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), a taxa de homicídios no Ceará subiu de 23,2 mortes por 100 mil habitantes, em 2007 para 60,2 mortes em uma década — uma alta de 159,7%. Em 2017, o Ceará foi o estado com maior crescimento na taxa de homicídio. Ainda segundo o Atlas da Violência, o percentual de homicídios por faixa etária de 15 a 29 anos de idade apresentou aumento de 214,1% no período de 10 anos.

O deputado estadual Renato Roseno (PSOL/CE)⁶⁰, chama esse fenômeno de nordestinização dos homicídios. Segundo ele, os homicídios começaram atingin-

do homens jovens, na faixa etária entre 21 e 24 anos, mas ao longo dos anos essa faixa etária foi abaixando e hoje está em torno dos 18 anos. Para Renato, “os grupos armados têm uma capacidade de arremessar esses jovens nos territórios, onde a tríade algum dinheiro, pertencimento e poder é muito forte”. O deputado atribui também o aumento dos homicídios ao mercado de armas e ilícitos, que adentra os territórios periféricos e se integra, pouco a pouco, à dinâmica das gangues.

Em depoimento ao Conselho Nacional de Direitos Humanos, em 8 de abril de 2019, dois jovens, integrantes de uma ONG que atua em um bairro periférico de Fortaleza, relataram situações que expressam esse fenômeno: “O projeto da ONG começou em 2011 quando 43 jovens de gangues aterrorizavam a comunidade. Em dois anos 36 jovens foram assassinados no bairro. Era briga entre gangues e facções rivais”. Viviam-se um cenário brutal de violência, com o crescimento vertiginoso de homicídios.

ACORDOS E DESACORDOS

Esse cenário vai se alterando a partir de meados de 2016. Há uma reconfiguração da criminalidade no Estado, com novas formas de envolvimento, estratégias, dominação e controle social por parte das facções nacionais já existentes no Ceará: PCC (Primeiro Comando da Capital), CV (Comando Vermelho) e FDN (Família do Norte).

À medida que as facções nacionais ganharam maior visibilidade no estado, os homicídios passaram a variar fortemente em seus índices. Depois de o número total de mortes violentas intencionais saltar de 3.566, em 2016, para 5.329 em 2017, a tendência se inverteu e os homicídios caíram para 4.788 em 2018, conforme o Anuário da Segurança Pública 2019⁶¹, do

59 Atlas da violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

60 Entrevista do Deputado Renato Roseno à equipe da Justiça Global, em agosto de 2018.

61 BUENO, Samira e LIMA, Renato Sérgio de (coord.). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Fórum

FBSP. “O Ceará também é um caso emblemático dessas guerras, em que as taxas de homicídio oscilaram para cima e para baixo, nos últimos anos, a depender do conflito entre as facções do estado (CV, PCC, GDE)”, afirma o Anuário.

A redução de homicídios registrada no último ano não foi fruto de políticas públicas. A queda está mais associada a acordos firmados entre as facções que antes se matavam entre si.

“A proibição de assaltos foi a primeira marca significativa do trabalho das facções nas periferias. Produziu como efeito a ideia de que as comunidades estavam seguras e livres de assaltos. Proliferaram pichações com a sentença ‘se roubar na favela morre’ e se criou a ideia de que as facções protegiam a comunidade, evitando os roubos aos moradores. Ao mesmo tempo, os limites territoriais herdados dos tempos das gangues foram desfeitos. As facções tornaram possível que moradores de uma comunidade, que era inimiga de outra, pudessem circular e conviver uns com os outros. Durante um certo tempo a dinâmica das facções no Ceará foi de uma certa aliança, se falava em ‘pacificação’ das facções no estado. Por outro lado, as novas regras impostas, resultaram em uma sistemática de tortura, ameaças, espancamentos e assassinatos de jovens que as quebravam. O sentimento nas periferias era: as ‘guerras’ acabaram, e a vida se tornou mais tranquila” (PAIVA, 2019).

A chamada “pacificação” teve vida curta. Ainda no primeiro semestre de 2016, as principais facções envolvidas no acordo entraram em conflito. O assassinato do traficante Jorge Rifaat pôs fim à aliança de 23 anos entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho (veja mais no cap. 5) e deu início a um conflito

nacional entre os dois grupos. No Ceará, somou-se a esse rompimento a ampliação das ações da facção local GDE (Guardiões do Estado), que se coloca em resistência ao comando das demais facções, com o discurso de ser local, autônoma e independente das facções nacionais.⁶²

O GDE ganhou a simpatia de muitos jovens que antes integravam as gangues e que passaram a ver na facção um forte atrativo de pertencimento, potencializado pelo fato de os Guardiões não cobrarem mensalidade, como, por exemplo, fazia o PCC. A expansão do GDE também se deu dentro do sistema prisional.

No cenário nacional, a ruptura entre PCC e CV faz eclodir uma guerra violenta, dentro e fora dos presídios. No Ceará, as organizações se reorganizam diante desse cenário, polarizando as parcerias. O GDE se aliou ao PCC, num claro interesse de mão dupla. Se por um lado o GDE tinha simpatia da juventude nas comunidades e trazia o sentimento de pertencimento local, o PCC tinha atuação nacional e internacional, poder de ampliação dos negócios (armas e drogas) e de expansão de rotas internacionais. As duas facções se aliaram em oposição à outra aliança que se consolidou nacionalmente e no Ceará, Comando Vermelho e Família do Norte. Os conflitos decorrentes dessas alianças resultaram e continuam a resultar em massacres violentos dentro do sistema prisional de alguns estados do Norte e Nordeste do Brasil.

MASSACRES DE MENINOS, VILIPÊNDIO DE MENINAS

No Ceará os efeitos não foram menos

⁶² PAIVA, Luiz Fábio S. Dinâmicas das violências em tempos de facções criminosas no Ceará: Cada vida importa. Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2018. Disponível em <<http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>>

Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>

perversos. A rivalidade entre as facções ganha proporções de guerra e de eliminação do inimigo. Os territórios voltaram a ser divididos entre os do GDE/PCC e FDN/CV, impondo uma dura rotina aos moradores dessa comunidade, que passam a ser proibidos de pisar em território de outra facção. Assim, uma família que mora em território dominado pela facção GDE/PCC e tem parentes em área dominada por FDN/CV está impedida de visitá-los. Mais grave ainda, um morador residente de área dominada por determinadas facções não pode ter acesso a serviços e equipamentos públicos (escolas, creches, postos de saúde, equipamentos de saúde) que estão em área dominada pela facção rival.

Essa situação é bem evidenciada em depoimento de uma mãe, C.M.P., ao Conselho Nacional de Direitos Humanos em abril de 2019. De acordo com o relato, teve seu filho assassinado no dia 25 de fevereiro de 2018, por volta das 17h30, em uma rua próxima a sua residência. Ela diz que ouviu os tiros, mas que jamais pensou que a vítima fosse seu filho. Logo após os tiros, ouviu sirenes das viaturas de polícias, que fizeram o isolamento. Estava em casa quando um conhecido de seu filho foi avisá-la de que ele havia sido alvejado. Quando chegou ao local ele já estava sem vida. Logo depois chegou o rabeção do Instituto Médico Legal para levar o corpo. A mãe conta que seu filho era caseiro da casa de praia em que moravam juntos. Um ano antes, seu outro filho havia passado pelo sistema socioeducativo por 10 meses, e, quando saiu, ela o tirou do estado com medo de que fosse assassinado. Foi então morar com esse filho na casa de praia na qual ele era caseiro. Segundo relata, o filho não tinha qualquer envolvimento com facções, era um rapaz muito tranquilo, que pouco saía de casa. Ao final desabafou: “Ele foi morto porque nós moramos em área de GDE e ele visitava o pai que morava em área de CV”.

É nesse contexto que surge a “decretação”. Decretar, anunciar a morte de alguém do grupo rival, ou de pessoas que se julgue “simpatizante” da facção rival. Muitas vezes essas decretações se dão via redes sociais, em grupos de WhatsApp. De acordo com o deputado Roseno, são situações de ameaças que se concretizam. “Temos centenas de prints de mortes que foram anunciadas via rede sociais e que poderiam ter sido evitadas”.

Exemplo dessa prática verificou-se em chacina ocorrida no dia 23 de fevereiro de 2017, no bairro Bom Jardim, em Fortaleza, que deixou 5 mortos. De acordo com a Polícia Civil, no dia 20 de fevereiro o ataque havia sido anunciado nas redes sociais. No dia do crime um grupo invadiu um apartamento atirando, houve troca de tiros e o saldo foi de dois mortos entre o grupo invasor e 2 mortes no outro grupo.⁶³

Um lado ainda mais perverso dessa lógica de eliminação dos inimigos tem vitimado, segundo Roseno, de forma extremamente cruel, mulheres e jovens que têm vínculo com homens das facções e são conhecidas como “marmitas”. Entre 2016 e 2017, houve um aumento de 196% no número de meninas de 10 a 19 anos assassinadas no Estado, segundo os dados sistematizados pelo Comitê Cearense de Prevenção aos Homicídios na Adolescência. Em 2018, até 26 de dezembro, 106 meninas daquela faixa etária haviam morrido de maneira violenta no Ceará. Considerando apenas Fortaleza, o aumento foi de 417%, indo de 6 meninas assassinadas em 2016 para 31 em 2017. Em 2018, foram registradas 56 meninas de 10 a 19 anos mortas em Fortaleza. Antes da explosão de mortes de meninas em 2017,

⁶³ G1. Confronto que deixou 5 mortes em Fortaleza foi anunciado no Facebook. 23/2/2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/02/confronto-que-deixou-5-mortes-em-fortaleza-foi-anunciado-no-facebook.html>>

os números vinham caindo pelo menos desde 2014⁶⁴.

O deputado relata que os grupos expõem nas redes sociais as fotos das meninas decretadas e posteriormente a morte e fotos de seus corpos mutilados, torturados. O ataque às meninas, segundo Roseno, também reflete o machismo, o racismo e suas vulnerabilidades agravadas pelas condições de gênero.⁶⁵

O monitoramento que o Fórum Cearense de Mulheres realiza no Estado corrobora as informações e percepções de Roseno. Muitos homicídios são cometidos com vilipêndio ao corpo e sobretudo com ataques aos sinais padronizados de feminilidade: raspar os cabelos, decepar os seios e o próprio estupro anterior à morte.

Ao analisar os homicídios no Ceará verifica-se que o aumento ou diminuição desses índices pouco estão relacionados com políticas públicas preventivas ou de enfrentamento à violência. O governo do Ceará, ao longo de décadas, como outros governos, ignorou solenemente, primeiro, a existências das gangues de jovens, e, depois, a chegada das facções e suas inserções dentro e fora do sistema prisional.

Um outro grave problema relacionado à presença das facções criminosas ligadas ao tráfico de drogas e armas diz respeito ao desrespeito ao direito à moradia. Essa situação foi relatada ao Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) durante a missão que realizou no estado em abril de 2019. Os primeiros casos começam a ser registrados ainda em 2015, com a ex-

pulsão de moradores de apartamentos de condomínios do programa governamental federal Minha Casa, Minha Vida, fenômeno também verificado em outros estados da federação. De acordo com a Defensoria Pública do Ceará, entre novembro de 2017 e julho de 2018, 131 famílias tiveram que deixar suas casas de forma violenta em Fortaleza, o que afetou diretamente 524 pessoas.

Em reunião com a Defensoria Pública, o CNDH foi informado que há uma subnotificação dos casos, uma vez que muitas famílias não denunciam por medo. “As pessoas temem que os tentáculos da organização acabem as alcançando. Então, elas querem ir para o lugar mais longe possível. A ameaça às vezes é implícita, mas é notório que muitos que denunciaram chegam a ser perseguidos”, continua. “Quando as pessoas saem de casa e nos procuram, é porque ficou inviável viver daquela forma. Muita gente nem confia na polícia. E, se denunciam, estão exercendo com coragem”, informaram os defensores públicos. Também relataram casos extremos que chegaram à Defensoria, como o de pessoas queimadas vivas ou executadas por resistirem em deixar suas moradias.

Além de perderem as casas, os moradores ficam impedidos de se cadastrar em outros programas habitacionais e, como são obrigados a mudar de endereço, muitas vezes acabam tirando os filhos da escola, aumentando a evasão escolar. O Ministério Público do Ceará (MPCE) e o Ministério Público Federal (MPF), entraram com ação civil pública ajuizada contra a Caixa Econômica Federal e o Estado do Ceará em julho de 2018, requerendo a reintegração de posse das moradias tomadas pelas facções criminosas. No entanto, por medo de retaliações, quando a reintegração de posse é autorizada judicialmente, moradores não retornam.

64 RIBEIRO, Dillyane de Souza. As meninas e a necropolítica no Ceará. Justificando, 16/1/2019. Disponível em <<http://www.justificando.com/2019/01/16/as-meninas-e-a-necropolitica-no-ceara>>

65 Entrevista do deputado Renato Roseno à equipe da Justiça Global.

A IMPORTÂNCIA ECONÔMICA DO CEARÁ PARA AS FACÇÕES

As organizações criminosas ligadas ao tráfico internacional de drogas têm no Ceará um importante entreposto para escoamento de drogas e armas, seja via marítima, terrestre ou aérea. Sua localização geográfica e a baixa fiscalização em relação a centros urbanos como São Paulo e Rio de Janeiro, tornaram o Ceará um estado interessante para as facções. Além do escoamento em âmbito nacional, as drogas são armazenadas e posteriormente enviadas para o exterior, chegando à Europa.

Atualmente uma das principais rotas é a do Solimões⁶⁶, trajeto que corta o Norte

66 O Estado do Amazonas é um conhecido “corredor” para o escoamento de cocaína. A chamada “rota do Solimões”, com mais de 20 anos de utilização, é uma das principais portas de entrada da cocaína produzida

do país, para ingresso de drogas no Brasil, utilizando os rios Japurá, Içá e Negro, que interligam a Colômbia e a Venezuela ao Brasil, e que está sob controle da Família do Norte e do Comando Vermelho, frente ao domínio do PCC da rota a partir do Paraguai. Parte das matanças ocorridas em 2016 e 2019 no sistema prisional de estados do Norte e Nordeste tem ligação com a disputa dessa rota, cujo escoamento é justamente o estado do Ceará.

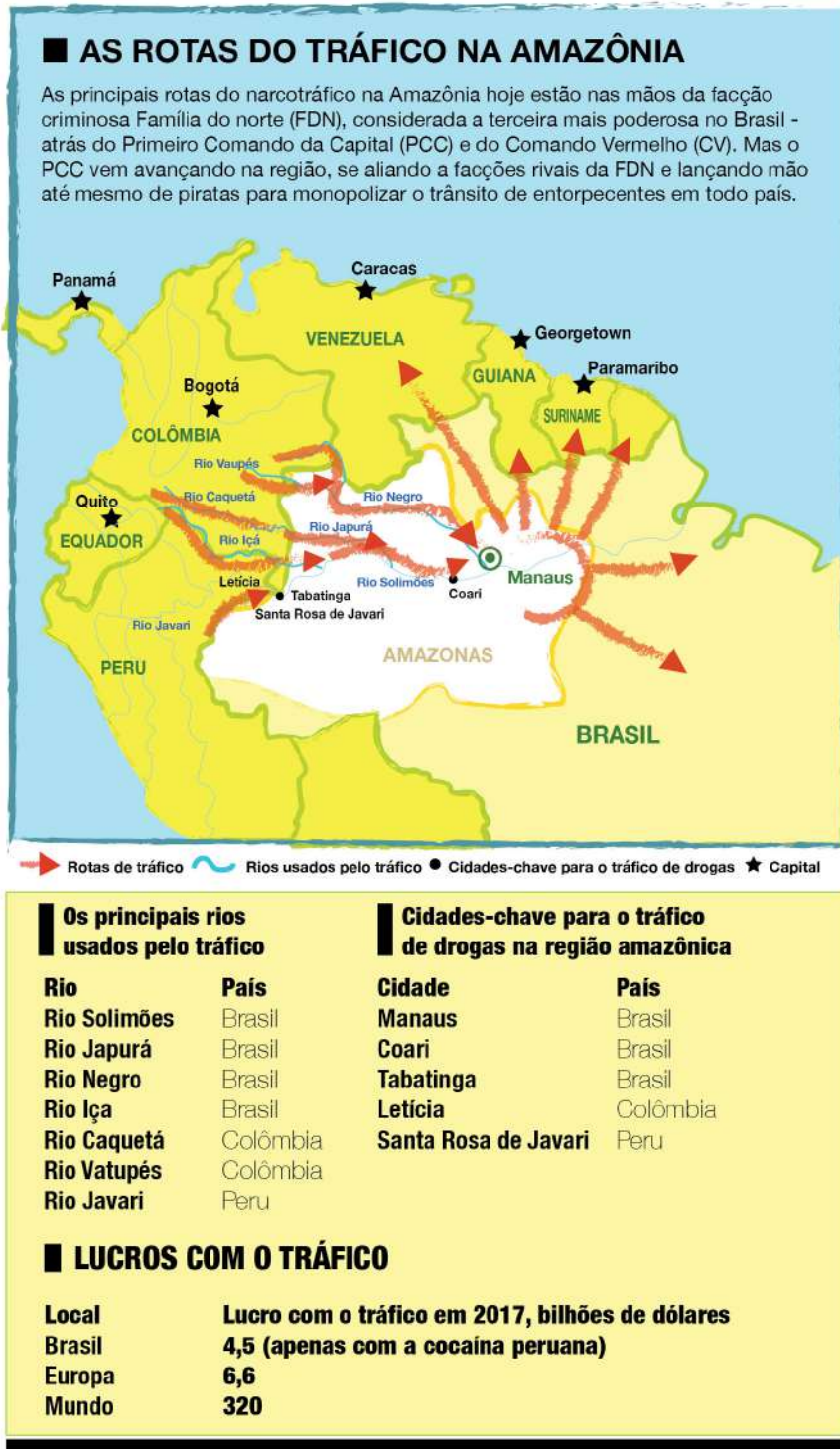
O Paraguai é um dos maiores fornecedores de maconha para o Brasil. Após

no Peru e na Colômbia. A região se transformou em um importante canal para a entrada de maconha produzida, principalmente, na Colômbia. Cf. PRAZERES, Leandro. CV e Família do Norte exploram nova rota de tráfico de maconha na Amazônia. Uol, 26/2/2018. Disponível em < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/26/cv-e-familia-do-norte-exploram-nova-rota-de-trafico-de-maconha-na-amazonia.htm> >



o assassinato de Jorge Rafaat, o PCC, que antes atuava em conjunto com o CV na exploração da rota paraguaia do tráfico de drogas, passou a dominar a rota sozinho, rompendo com o Comando Vermelho. Esse por sua vez, viu na maconha colombiana sua alternativa de acesso à droga, aliando-se com a Famí-

lia do Norte para garantir o monopólio dessa rota. O que está no front das facções atualmente, e está relacionado à sua expansão nos estados do Norte e Nordeste e o aumento de chacinas dentro e fora dos presídios, é a disputa dessas rotas, extremamente valiosas economicamente falando.



Nessa disputa, o PCC, através de uma aliança com a Família de Coari (FDC), grupo local da cidade que fica a 363 km da capital amazonense, tem patrocinado a pirataria no rio Solimões, o que tornou a cidade como a “capital dos piratas”⁶⁷. A estratégia do PCC de financiar a pirataria na rota do narcotráfico dominada pelas facções rivais tem gerado prejuízos financeiros à FDN e ao CV, aumentando a violência no médio Solimões. Nesse sentido, é importante registrar que o tráfico de drogas e sua disputa de rotas tem afetado cada vez mais povos indígenas, quilombolas e outras comunidades tradicionais no Norte e Nordeste do país.

A entrada na Amazônia é algo que sempre esteve no radar do PCC, de acordo com autoridades ouvidas em matéria publicada pela Sputnik Brasil: “Comuns até mesmo em São Paulo na década de 1990, as disputas por pontos de comércio de drogas ao longo das rotas do tráfico que resultam em muitos homicídios – tanto em Manaus como em outros estados do Norte e Nordeste, como Belém (Pará) e Fortaleza (Ceará) – integram o processo”. (ARAÚJO, 2018).

O PAPEL DO ESTADO

O ano de 2018 já começou extremamente violento no estado do Ceará. Janeiro apresentou aumento de 38,1% no índice de homicídios, em comparação ao mesmo período em 2017, quando comparado a igual período do ano anterior.⁶⁸

Além disso, janeiro de 2018 contabilizou três chacinas: Maranguape, Cajazeiras e

⁶⁷ ARAÚJO, Thiago de. Narcosul, o cartel do PCC que cresce na Amazônia e pode ser o 1º transnacional do mundo. Sputnik Brasil, 19/9/2018. Disponível em <<https://br.sputniknews.com/brasil/2018091912245895-narcosul-pcc-traffic/>>

⁶⁸ MELO, Emanuela Campelo de. Índice de homicídios no Ceará cresce 38,1%. Diário do Nordeste, 10/2/2018. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/indice-de-homicidios-no-ceara-cresce-38-1-1.1893142>>

Itapajé. O crime nas Cajazeiras, periferia de Fortaleza, vitimou 14 pessoas que estavam dentro e nos arredores da festa “Forró do Gago”.

De acordo com o então Secretário de Segurança Pública e Defesa Social, André Costa, “o Estado vive uma ‘epidemia de homicídios’ devido às disputas declaradas entre as facções criminosas”. Conforme o secretário, “a responsabilidade por esta ‘epidemia’ deve ser compartilhada com a União, já que dentro dela há participação direta de organizações criminosas que atuam em todos os Estados do Brasil”. Costa chama o governo federal para assumir a sua responsabilidade no enfrentamento às facções: “Esse pico de violência é em todo o País. Se nós temos problema no Ceará envolvendo facções que atuam em todos os lugares do Brasil, fica claro que não tem como esses estados agirem em conjunto se não for o governo federal atuando nesse processo. Todo crime internacionalizado e interestadualizado é competência da União investigar”, disse Costa (MELO, 2018).

O ano de 2019 irrompe extremamente violento no estado do Ceará. Logo no segundo dia de janeiro, ataques a prédios públicos, queima de ônibus, explosão de uma bomba em viaduto, assolaram Fortaleza, aumentando ainda mais o clima de insegurança.

Os ataques teriam acontecido em retaliação a falas do recém empossado secretário da Administração Penitenciária, Luis Mauro Albuquerque. Em seu primeiro discurso público o secretário anunciou que não mais separaria as unidades prisionais por facções e que todas elas seriam misturadas.⁶⁹ O anúncio foi visto pelas facções rivais como uma ameaça velada e surtiu um efeito surpreendente. Um pacto de não agressão entre as facções:

⁶⁹ STABILE, Arthur. Ataques ao governo unem facções rivais no Ceará. Ponte Jornalismo, 6/1/2019. Disponível em <<https://ponte.org/ataques-ao-governo-unem-faccoes-rivais-no-ceara>>

“Meus irmãos GDE, nós pede humildemente que vocês entendam que se chegar qualquer liderança, PCC ou CV na nossas cadeias, que os irmãos acolham e der tratamento de um bandido a eles, der água, comida, escova, pasta, roupas e lençol”, diz trecho de um salve atribuído à cúpula do GDE. “Em cima desta situação vamos dá essa trégua porquê é o está que está fazendo isso propositalmente no intuito de nós se matar. Como nós sabemos disso e da intenção do estado judiciário, nós não iremos satisfazer a vontade do estado. Iremos recebê-los os nossos inimigos com a dignidade de bandido e esperamos o mesmo feedback do lado deles” (STABILE, 2019).

Um trecho de outro texto divulgado pela Ponte Jornalismo expressa:

“Não iremos tolerar opressão e nem mudança alguma dentro do sistema. Se não estiverem acreditando vão pagar um preço muito alto. Porque não vamos aceitar regime de carrasco de braços cruzados não(...) Assim que vocês mexer com qualquer um de qualquer facção, a ordem é pra tocar o terror geral, tacar fogo em bancos, correios, delegacias e derrubar pontes e viadutos. Vamos deixar o estado num estado de calamidade pública.”

Ameaça feita, ameaça cumprida. Na primeira semana do ano o Ceará registrou mais de 150 ataques, de incêndios e tiros contra prédios públicos e bancos e

a explosão de dinamite na base de um viaduto, numa clara e evidente demonstração de força das facções em relação ao Estado.

A resposta governamental foi convocar a Força Nacional de Segurança Pública e receber apoio de alguns governos estaduais com ampliação da força policial. Essa ação tem um efeito midiático com uma presença mais massiva das forças de segurança nas ruas, passando um sentimento de ampliação da segurança para os cidadãos.

No entanto, está longe de enfrentar o problema real da articulação das facções criminosas no Brasil. As medidas são de sufocamento bélico, quando seria preciso articular estratégias mais amplas de sufocamento econômico dessas facções, buscar a desarticulação das rotas nacionais e internacionais da entrada de drogas e armas, com uma investigação de inteligência mais ampla, nacional, que seja capaz de atuar em cada um dos pilares que sustentam o crime organizado, e não somente na ação bélica das polícias nas áreas periféricas dos grandes centros urbanos.

Além disso, faltam ações de médio e longo prazo, como a construção de uma nova política de drogas que vá além da fracassada “guerra às drogas” e a adoção de políticas públicas que não tornem a juventude tão facilmente seduzida pelas facções.

CRIME ORGANIZADO HOJE: CONFLITO TRANSNACIONAL

O cenário atual do crime organizado no Brasil foi profundamente marcado pelo rompimento entre o PCC e o Comando Vermelho, que durante décadas foram aliados históricos.

Na sua fundação, em agosto de 1993, o PCC adotou o slogan do CV: “Paz, Justiça e Liberdade”. A aliança entre ambos se fortaleceu em 2002, quando Geleirão e Cesinha ficaram recolhidos no Presídio de Bangu 1, no Rio, junto com a liderança do grupo fluminense.

Luís Fernando da Costa, o Fernandinho Beira-Mar, líder máximo do CV, era um dos aliados de Cesinha e Geleirão. E também manteve a amizade com Marcola e outros chefes do PCC, em 2003, quando ficou preso com eles no CRP de Presidente Bernardes. Beira-Mar também havia se refugiado no Paraguai antes de ser recapturado. Lá, conviveu com traficantes de drogas e negociou a compra de cocaína e de armas para o Comando Vermelho.

Assim como o PCC, o CV também tinha integrantes no Paraguai para estruturar a comercialização e distribuição de entorpecentes. A facção paulista, entretanto,

estava bem mais estruturada, inclusive nos demais estados da Federação.

EXPANSÃO PELA FRONTEIRA: O “PROJETO PARAGUAI”

O domínio do PCC sobre o comércio de drogas nos países da América do Sul era consequência de um plano de expansão da facção paulista. Um dos primeiros sinais desse projeto foi registrado pelas autoridades em 29 de fevereiro de 2008. Nesse dia, os policiais militares da Rota pretenderam Wagner Roberto Raposo Olzon, o Fusca, ao lado de Christian Francisco de Souza, na avenida Guilherme Cotching, Vila Maria, zona norte da cidade de São Paulo.

No dia da prisão, os PMs alegaram que faziam uma abordagem de rotina. Na verdade, a prisão era mais uma ação da parceria entre a Rota e o Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado, do Ministério Público Estadual), de Presidente Prudente, que vinha monitorando as ligações telefônicas dos dois homens. Com a dupla, os PMs afirmaram ter apreendido R\$ 674.633,00, um tijolo de maconha, cocaína, anota-

ções caracterizando possível lavagem de dinheiro e planilha de pagamentos com prenomes de 20 pessoas, a maioria advogados. Mas o que mais chamou a atenção dos PMs da Rota e do delegado da Polícia Federal responsável pelo registro da prisão em flagrante foi uma carta encontrada com Fusca.

A correspondência, escrita a lápis, tinha sete páginas e se referia à viagem que o tesoureiro do PCC havia feito à Bolívia. Fusca narrava que tinha mantido encontro com outros integrantes do PCC para negociar a compra de cocaína, fuzis e até de explosivos C-4, com grande poder de destruição. O tesoureiro explicava na correspondência que, enquanto esteve na Bolívia, na casa de um grande traficante, distribuidor de drogas e armas para o PCC, conheceu um colombiano que disse ser das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e técnico em bombas e explosivos.

Era o começo do “Projeto Paraguai”, o plano de expansão do PCC para a América do Sul. Depois da prisão de Fusca, a facção enviou outros emissários para os países da fronteira, principalmente Paraguai e Bolívia. A missão deles era adquirir mais drogas e armas para a organização criminosa.

No começo de 2011, Roberto Soriano, o Tiriça - uma liderança importante da facção, que no ano seguinte seria responsável pelo “salve” que deflagrou os ataques de 2012, mencionados no capítulo 3 - encarregou seu braço direito, Ilson Rodrigues de Oliveira, o Téia, de viajar ao Paraguai, com a tarefa de consolidar a atuação do grupo no tráfico internacional de drogas. Ele negociava a compra de entorpecentes com o paraguaio Carlos Antônio Caballero, conhecido como Capilo ou Baixinho da Kaiser.

Um ano antes da ida de Téia para o Paraguai, as escutas telefônicas coordenadas

pelo Gaeco de Presidente Prudente gravaram conversas de líderes do PCC, entre eles de Tiriça, negociando a compra de drogas e ordenando a realização de pagamentos para o fornecedor Capilo.

Havia informações de que Capilo tinha inclusive sido batizado pelo PCC. Porém, Téia se desentendeu com ele em meados de abril de 2011. Em telefonema feito a Tiriça, interceptado pelo Gaeco, o brasileiro reclamou do paraguaio, afirmando que ele era um mau pagador.

Téia pediu a exclusão de Capilo da facção. A princípio, a cúpula do Primeiro Comando da Capital foi contra a expulsão do paraguaio das fileiras do grupo criminoso, e orientou o braço direito de Tiriça a retornar ao Brasil. Dias depois, em 5 de maio de 2011, Téia foi morto por policiais militares da Rota no sítio de Indaiatuba, no interior de São Paulo. Nessa altura, porém, o PCC já havia mandado Luís Henrique Fernandes, o LH, ao Paraguai para substituí-lo.

Em território paraguaio, LH constatou que Téia não estava mentindo em relação à conduta de Capilo. A liderança do PCC, consultada na P2 de Presidente Venceslau, decidiu então excluí-lo da facção. LH seria morto anos depois.

O PCC passou a negociar a compra de drogas com o megatraficante brasileiro Jorge Rafaat. A facção criminosa de São Paulo descobriu, porém, que Rafaat fazia jogo duplo. Ele também comercializava drogas com o Comando Vermelho.

Até então, CV e PCC eram grandes aliados históricos. Isso iria mudar.

EXPANSÃO NO NORTE

Ao mesmo tempo em que avançava nas fronteiras do país, o PCC não poupava esforços para manter a sua hegemonia na região norte do Brasil, por causa da

chamada “Rota do Solimões”, a principal porta de entrada de cocaína produzida no Peru e na Colômbia.

Outro objetivo do PCC era ampliar seu domínio nas capitais do Nordeste, especialmente em Fortaleza, Recife e Natal. E isso para poder exportar drogas para a

Europa pelos portos dessas cidades, as mais próximas com a África e o Velho Continente.

Um levantamento realizado pelo Gaeco de Presidente Prudente em novembro de 2012 já sinalizava o crescimento do PCC nessas regiões.

Presença do PCC além de São Paulo (em 2012)		
Regiões Nordeste e Norte do Brasil		
Estado	Em presídios	Nas ruas
Rio Grande do Norte	92	17
Alagoas	86	15
Pernambuco	56	4
Ceará	48	19
Bahia	48	21
Sergipe	35	6
Paraíba	25	2
Maranhão	6	2
Piauí	7	0
Tocantins	12	0
Amazonas	9	3
Acre	5	3
Pará	2	3
Outros países		
Paraguai	11	19
Bolívia	4	13
2.398 é o número total de integrantes do PCC		
Em São Paulo , 90% das unidades prisionais são dominadas pelo PCC		
Fonte: Gaeco de Presidente Prudente		

O Gaeco apurou ainda que, naquele período, o preso Samuel Augustino Roque dos Santos, o Tio Pec, recolhido na Penitenciária 1 de Avaré, exercia, simultaneamente, no PCC, a chefia da Sintonia dos Estados e também a Sintonia de Outros Países. Ele era ainda apontado como o

braço direito do traficante Carlos Antônio Caballero, o Capilo.

PCC X CV: ROMPIMENTO E GUERRA

A expansão territorial do PCC em todo o Brasil, nas fronteiras do país e nas regiões

Norte e Nordeste, preocupava o Comando Vermelho. A facção criminosa já enfrentava grandes prejuízos com o tráfico de drogas desde 2008, quando o governo federal instalou as UPPS (Unidades de Polícia Pacificadora) nas favelas do Rio de Janeiro.

A ocupação policial nos morros cariocas prejudicou a venda de drogas. E acirrou ainda mais o conflito interno entre o CV e organizações criminosas rivais, principalmente com a ADA (Amigo dos Amigos), a nova aliada do PCC.

Em 15 de junho de 2016, o traficante Jorge Rafaat foi executado com tiros de metralhadora de calibre 50 na cidade de Pedro Juan Caballero. As investigações iniciais da polícia paraguaia apontavam que ele foi assassinado a mando do PCC.

O acusado pelo homicídio, Elton Leonel Rumich da Silva, o Galã, apontado como homem do PCC, foi preso no Rio de Janeiro em fevereiro de 2018. Ele estava na zona sul carioca, fazendo uma tatuagem, quando policiais o capturaram.

A morte de Rafaat pôs fim à aliança de 23 anos entre o Primeiro Comando da Capital e o Comando Vermelho. O conflito deixou baixas dos dois lados no Paraguai. E também daria início a uma guerra sangrenta entre as duas organizações nas ruas e nas prisões de diversas cidades brasileiras. Os antigos aliados agora eram inimigos mortais.

O conflito se estendeu até as cidades do Norte e Nordeste do País. Ali os estados não conseguiram evitar as mortes. Nas prisões de Roraima, Rondônia, Amazonas, Acre, Amapá e Pará, o Comando Vermelho se uniu à Família do Norte, a FDN, a terceira maior facção do país. Na região Nordeste, o CV fez alianças com presidiários do Sindicato do Crime e também com outros grupos criminosos declarados como inimigos do Primeiro Comando da Capital.

A carnificina nos presídios teve início em 17 de outubro de 2016, quatro meses após o assassinato de Jorge Rafaat. Detentos do PCC executaram 18 rivais da FDN em presídios de Roraima e Rondônia. Os violentos motins tiveram repercussão internacional e chocaram o Brasil e o mundo.

Meses depois, veio o contra-ataque. Em 6 de janeiro de 2017, integrantes do PCC se rebelaram em uma prisão de Boa Vista e mataram 33 rivais. Oito dias depois, integrantes do PCC voltaram a matar. Dessa vez, executaram 26 membros da FDN no presídio de Alcaçuz, no Rio Grande do Norte.

No dia 23 de janeiro de 2017, presos da FDN assassinaram 56 detentos da facção paulista em Manaus. Na maioria desses presídios, as vítimas foram decapitadas. Os rebelados tiraram fotos dos corpos mutilados e postaram as imagens em redes sociais, graças ao uso de telefone celular.

Nos primeiros 15 dias de janeiro de 2017, o número de presos assassinados em presídios chegava a 130. A briga de facções dentro do sistema prisional (e também fora, com registros de chacina) passa pela disputa dos chamados “batismos” de presos pelas facções em unidades de todo o país e controle do mercado interno e rotas internacionais do tráfico⁷⁰.

“Quando aconteceu a briga mesmo, em todos os presídios do Rio de Janeiro considerados do Comando Vermelho tinha gente do PCC. A cúpula do Comando Vermelho deu prazo até dezembro [de 2016] para retirar todo mundo que era PCC das unidades. E aí é que as pessoas foram para outra unidade de Bangu, com toda aquela situação: sem direito à visita e não sabiam ao certo onde iriam ficar. Muita gente do PCC acabou indo para unidade neutra. Nesse meio arranjo,

⁷⁰ DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. A guerra - a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.

não tinha onde colocar o povo do PCC, aí uma parte ficou no Bangu 4. Aconteceu uma outra briga entre Celsinho da Vila Vintém e o Gordo (Cristiano Rocha Clemente), ambos da ADA, por causa do Arafat, de Costa Barros”, afirma uma fonte do sistema prisional. A disputa na Rocinha, em setembro de 2017, deflagrou o desmantelamento da ADA⁷¹. Mesmo preso em Bangu 1, Carlos José da Silva Fernandes, o Arafat, que chefiava à distância o Complexo da Pedreira, no bairro Costa Barros, mudou para o Terceiro Comando Puro, enfraquecendo ainda mais a facção. Segundo essa fonte, a briga entre Celsinho da Vila Vintém e Gordo causou uma ruptura na facção.

“Celsinho deu um prazo para quem estivesse com ele seria ADA e quem não estivesse seria do grupo dos ‘traíra’. Quem não estava com ele veio e aí ficou PCC e ADA no Bangu 4. Foi aí que começou a conversa de apoio do PCC na Rocinha⁷². Teve uma conversa das lideranças, do Celsinho, Arafat, que decidiram quem voltava ou não para a ADA. Desse jeito, juntaram a ADA toda de novo. Os que não voltaram foram para unidades neutras. Nesse momento começou a conversa do PCC com o Terceiro Comando Puro e a proposta de união das duas facções, que seria o TCA. Não durou muito, nem dois meses”, explica a fonte.

Após a tentativa frustrada, integrantes do PCC foram novamente transferidos para uma unidade neutra. Até que, no final de novembro de 2017, a Coordenação de Acompanhamento de Execução Penal da Secretaria de Estado de Administração Penitenciária do Rio de Janeiro (SEAP) trocou 67 presos do PCC que estavam no

Rio por 90 do Comando Vermelho que estavam em prisões de São Paulo⁷³.

O pesquisador João Marcelo Dias, que faz parte do Núcleo do Sistema Penitenciário da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, afirma que ficaram poucos presos do PCC no sistema prisional carioca.

“Atualmente o PCC está sem parceria com ninguém no Rio. Estão tentando se articular. Houve um episódio há umas três ou quatro semanas [novembro de 2018] no Bangu 4, que hoje abriga presos do Terceiro Comando Puro. Foi noticiado como rebelião. Na verdade, partiu de mais ou menos 60 presos do PCC, numa área de seguro que estavam sendo ameaçados de morte constantemente pelos homens do TCP. Estavam pedindo transferência, quando viram que não iam mais conseguir, na primeira oportunidade agarraram um guarda, uma enfermeira e um outro preso que era um faxina. No motim [em Bangu 4], eles estavam num seguro com 60 homens, mas desses só cinco ou seis eram mesmo PCC, o resto falou que era para sair dali. Esses cinco ou seis são extremamente inteligentes e articulados. São caras perigosos e que vão ter êxito se derem tempo para eles. Se continuar caminhando assim, a gente fecha 2019 com pelo menos uma cadeia do PCC no Rio de Janeiro”, prevê Dias.

Segundo ele, com o motim, eles conseguiram transferência primeiro para o Presídio Tiago Teles de Castro Domingues, em São Gonçalo, que é uma unidade neutra. Atualmente, estão em Bangu I, que é segurança máxima. “O que eles estão tentando agora é a entrada nesses presídios sem facção, que vão tentar dominar. Por que mandaram pro Rio homens que são especialistas nisso [batismo], em do-

71 HERINGER (2017) e OLIVEIRA (2018).

72 MARTINS, Marco Antônio. Facção paulista se une a quadrilhas do RJ que tentam tomar tráfico na Rocinha. G1, 1/3/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/facao-paulista-se-une-a-quadrilhas-do-rj-que-tentam-tomar-trafico-na-rocinha.ghtml>>

73 ADORNO, Luís. Troca de presos do PCC e Comando Vermelho ocorreu para evitar “assassinatos violentos”. Uol, 4/12/2017. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/04/troca-de-presos-do-pcc-e-comando-vermelho-entre-rio-e-sp-ocorre-por-guerra-declarada.htm>>

minar unidade prisional. É gente que tem experiência em rebelião, em motim, sabe exatamente o que fazer – são caras que falam na maior tranquilidade que é isso mesmo. Tinha um que estava no Patrícia Acioli, em São Gonçalo, antes de voltar pra Bangu, que já era frente de galeria [liderança] lá. Se deixassem ele mais seis meses, o presídio ia virar PCC, mas acabou voltando pra Bangu”.

Outra fonte revela que, no final de 2018, muitas pessoas, especialmente mulheres, estariam na capital carioca comercializando drogas para serem presas e fazer “batismo” no sistema prisional. Vale ressaltar que as unidades femininas não têm separação por facção, o que em tese poderia ser um caminho para o PCC conseguir entrar no sistema prisional carioca.

GUERRA FORA, GUERRA DENTRO

Em algumas das regiões onde PCC e CV travaram guerra em virtude das disputas pelo controle da rota de tráfico de drogas, o número de homicídios aumentou assustadoramente. A situação mais grave foi verificada no Ceará. Os assassinatos aumentaram 50,7% no período de 2016 para 2017. Foram 5.133 mortes, representando uma taxa de 83,48 homicídios para 100 mil habitantes.

No território cearense, o PCC se uniu à facção GDE (Guardiões do Estado) para enfrentar a coligação do Comando Vermelho. Dois homens da cúpula da organização paulista puderam acompanhar de perto, por algum tempo, a situação no Ceará.

Um deles era Rogério Jeremias de Simone, o Gegê do Mangue, até então considerado o número 2 do PCC, atrás apenas de Marcola. O outro era o velho parceiro dele: Fabiano Alves de Souza, o Paca. Ambos haviam cumprido pena juntos na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau.

Gegê do Mangue saiu da prisão em liberdade condicional no início de fevereiro de 2017. A Justiça o soltou mesmo sabendo que ele teria de enfrentar um júri no dia 20 daquele mês. A acusação: mandar matar um preso na P2 de Venceslau. Promotores do Gaeco ficaram revoltados com a decisão judicial. Tinham plena convicção de que Gegê do Mangue não se apresentaria ao julgamento. Ele jamais apareceu.

As autoridades policiais acreditam que a dupla Paca-Gegê ficou refugiada no Paraguai e na Bolívia antes de seguir para o Ceará. Mas, em Fortaleza, a capital do estado, ambos se deram muito mal.

Segundo o Ministério Público do Estado do Ceará, Gegê e Paca levavam uma vida de luxo em Fortaleza. Eles tinham comprado, em nome de “laranja”, uma mansão no valor de R\$ 2 milhões no bairro nobre de Alphaville Porto das Dunas. Também adquiriram imóveis no condomínio Alphaville Eusébio e apartamentos – um por andar – em outra área caríssima da capital cearense, o bairro Cocó. Compraram ainda mansão na praia do Uruaú, em Beberibe, a 80 km de Fortaleza, avaliada em R\$ 1,1 milhão. As investigações apontaram que Gegê e Paca fretaram até avião para seus familiares passarem as férias escolares e de fim de ano em uma das mansões, situada à beira-mar.

Os Gaecos de São Paulo e do Ceará acreditam que Gegê do Mangue e Paca compraram os luxuosos imóveis com dinheiro desviado dos cofres do Primeiro Comando da Capital e, por isso, foram “decretados à morte” pelo Tribunal do Crime da organização⁷⁴.

No dia 15 de fevereiro de 2018, os dois homens, até então reverenciados pelo PCC e integrantes da alta cúpula da facção, foram mortos a tiros no bairro Lagoa En-

⁷⁴ JOZINO, Josmar. MP cogita desvio de dinheiro para morte de líderes do PCC. Ponte Jornalismo, 20/2/2018. Disponível em < <https://ponte.org/mp-cogita-desvio-de-dinheiro-para-morte-de-lideres-do-pcc> >

cantada, perto de uma aldeia indígena no município de Aquiraz, região metropolitana de Fortaleza⁷⁵. Ambos foram atraídos para uma emboscada. Os mentores e autores do duplo assassinato utilizaram até um helicóptero, pilotado por Felipe Ramos Moraes, homem que já prestou vários serviços para o PCC.

A Polícia Civil do Ceará apurou que as mortes de Gegê e Paca foram planejadas por Gilberto Aparecido dos Santos, o Fuminho, um megatraficante, “dono da Favela de Heliópolis”, a maior de São Paulo, e braço direito de Marcola, e por Wagner Ferreira da Silva, o Cabelo Duro, traficante do Guarujá, na Baixada Santista. A informação estava em um bilhete apreendido na Penitenciária 2 de Presidente Venceslau, o “escritório” do PCC⁷⁶. Marcola e Fuminho cumpriram pena na Casa de Detenção de São Paulo, no Carandiru. Eles fugiram juntos do presídio em 12 de janeiro de 1999. Fuminho até hoje não foi recapturado.

Policiais civis cearenses descobriram, ainda, que Cabelo Duro participou das execuções de Gegê e de Paca juntamente com André Luís da Costa Lopes, o Andrezinho da Baixada, Erick Machado Santos, o Nequinho Rick da Baixada, Carlenilto Pereira Maltas, o Ceará, e Ronaldo Pereira Costa. Fuminho, Andrezinho, Erick, Carlenilto e Ronaldo foram denunciados à Justiça do Ceará pelas mortes de Gegê e de Paca. Até fevereiro de 2019, estavam foragidos.

O piloto Felipe se entregou à polícia em Goiás e entrou num programa de delação premiada. Cabelo Duro não chegou a ser denunciado por um motivo: uma semana

75 STABILE, Arthur; JOZINO, Josmar. Líderes do PCC são mortos no Ceará; MP aponta guerra interna na facção. *Ponte Jornalismo*, 18/2/2018. Disponível em <<https://ponte.org/lideres-do-pcc-sao-mortos-no-ceara-mp-aponta-guerra-interna-na-faccao/>>

76 JOZINO, Josmar; CRUZ, Maria Teresa. Bilhete indica que PCC ordenou as mortes de Gegê e Paca. *Ponte Jornalismo*, 22/2/2018. Disponível em <<https://ponte.org/bilhete-indica-que-pcc-ordenou-as-mortes-de-gege-e-paca/>>

depois de ter matado Paca e Gegê, ele foi assassinado com tiros de fuzil no Taupapé, zona leste da cidade de São Paulo. Os motivos do crime ainda não foram descobertos.⁷⁷

Há suspeitas também de que Cabelo Duro foi executado por Eduardo Aparecido de Almeida, o Pisca, e Marcelo Moreira Prado, o Exu ou Sem querer. Isso também não foi provado. Pisca e Sem Querer foram presos em 18 de julho de 2018 em Assunção, no Paraguai. Eles também viviam em uma luxuosa mansão. Para o Gaeco de Presidente Prudente, o PCC mandou os dois ao Paraguai para dar continuidade aos trabalhos de Gegê do Mangue e de Paca.

Fuminho permanece como um dos criminosos mais procurados pela polícia brasileira. O braço direito de Marcola é apontado também como o principal traficante de drogas do Primeiro Comando da Capital.

As mortes de Gegê e Paca levantaram especulações de que possíveis conflitos internos poderiam tomar conta do PCC e minar a autoridade de Marcola. Até os dias atuais, contudo, isso ainda não foi registrado.

O PCC HOJE

O Primeiro Comando da Capital exerce hoje um papel empresarial. O comando da divisão está dividido em vários departamentos, chamados de Sintonias, criados dentro da P2 de Venceslau.

As Sintonias funcionam nas prisões e nas ruas como células e foram criadas para descentralizar as tarefas e também para dificultar as investigações sobre os seus envolvidos. Entre essas células, a principal é a Final Geral, composta por um conselho deliberativo. Segundo o Gaeco de Presidente Prudente, Marcola é o presidente desse conselho, o número 1.

77 STABILE, Arthur; JOZINO, Josmar. Dupla executa ‘afilhado’ no PCC de Gegê do Mangue, suspeito de matar padrinho. *Ponte Jornalismo*, 23/2/2018. Disponível em <<https://ponte.org/dupla-mata-afilhado-de-gege-do-mangue-suspeito-de-matar-padrinho/>>

O PCC criou também a Sintonia Geral dos Outros Estados, responsável pela administração, organização e difusão do grupo em todos os estados da Federação. Esse setor é encarregado de disseminar os ideais da facção e de batizar novos integrantes.

A Sintonia dos Outros Países tem como meta expandir os negócios do PCC no Paraguai, Bolívia, Colômbia e Peru. Esses países são importantes fornecedores de drogas para o crime organizado no Brasil.

A missão da Sintonia dos Gravatas, que reúne advogados, é atuar na defesa dos integrantes da facção. Tantos dos que estão presos como daqueles em liberdade. A Sintonia dos Ônibus cuida dos aluguéis, fretes e compra de coletivos para transportar parentes dos detentos às unidades prisionais do interior de São Paulo.

Já a Sintonia dos Financeiros, sempre composta por homens ou mulheres da mais alta confiança da cúpula do PCC, tem a responsabilidade de administrar e controlar o caixa da organização criminosa. O dinheiro arrecadado vem de rifas vendidas nas prisões e nas ruas para membros do PCC, da contribuição mensal (conhecida como cebola) de cerca de R\$ 1.000,00, paga pelos membros do PCC, e, sobretudo, do lucro arrecadado com o tráfico de drogas.

Investigações do Gaeco de Presidente Prudente apuraram que o PCC arrecadava, em 2018, o equivalente a R\$ 400 milhões por ano. Esse faturamento, ainda segundo o Ministério Público Estadual, colocaria o PCC entre as 500 maiores empresas do País.

Com essa arrecadação, é possível pagar advogados, contadores, tesoureiros e até doleiros contratados pelo grupo. É possível ainda comprar armas, veículos, helicópteros; aumentar a frota de ônibus para transportar familiares de presos;

financiar viagens aéreas e terrestres de integrantes do PCC para outros países do Mercosul e estados da Federação; adquirir telefones celulares, computadores e outros equipamentos de informática de última geração.

O promotor de Justiça Lincoln Gakiya, coordenador do Gaeco de Presidente Prudente, afirma que, antes das mortes de Gegê e de Paca, Fuminho exportava para a Europa, via portos de Santos, do Nordeste e de Santa Catarina, uma tonelada de cocaína por mês. “O quilo da cocaína no mercado internacional está em torno de US\$ 25 mil. Faça as contas e veja quanto a facção criminosa arrecada mensalmente só com as drogas exportadas por esse traficante”, sugere.

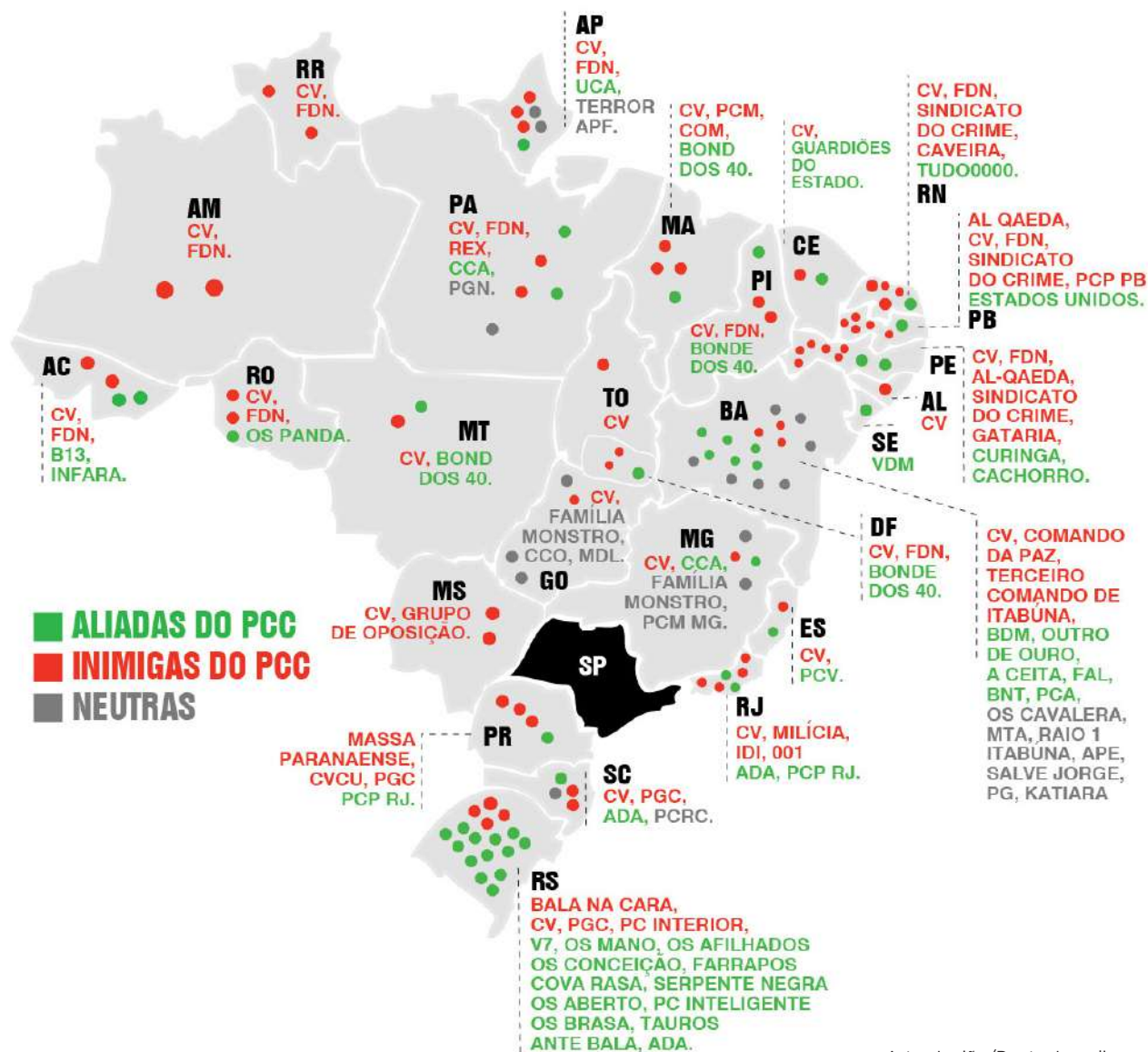
Gakiya diz, ainda, que o PCC tem hegemonia em todo o território nacional. Um mapa das facções criminosas no País, feito pelo Gaeco de Presidente Prudente, mostra que o PCC é aliado de 34 organizações criminosas no Brasil e inimigo de outros 21 grupos.

Para o promotor de Justiça, o PCC se encontra no estágio de uma pré-máfia. “Só não é uma máfia ainda porque não faz lavagem de dinheiro no exterior. Mas já está caminhando para isso”, prevê.

O poder do PCC se tornou tão intimidador, especialmente após os ataques de 2006 e 2012, que o receio de uma possível reação violenta fez o governo paulista manter a cúpula da facção reunida no seu “escritório do crime” da P2 de Presidente Venceslau, em vez de fazer como outros estados, que usualmente preferem enviar as lideranças do crime organizado local para o Sistema Penitenciário Federal.

Criados em 2006, os presídios federais permitem, em princípio, um controle mais rígido do que os estaduais. Mesmo assim, passaram anos sem receber presos da cúpula do PCC. Houve uma exceção:

P A GEOPOLÍTICA DAS FACÇÕES CRIMINOSAS



Arte: Junião/Ponte Jornalismo

Roberto Soriano, o Tiriça, enviado para o Sistema Penitenciário Federal após os ataques de 2012. Essa exceção foi o que bastou para provocar problemas inéditos naquelas unidades.

Em 2013, Tiriça foi responsável pelo primeiro motim de uma unidade federal, em Porto Velho. Mais tarde, em protesto contra a manutenção de Tiriça no sistema, a cúpula da facção teria decretado a morte de três funcionários de penitenciárias

federais, entre setembro de 2016 e abril do ano seguinte — entre elas, a psicóloga Melissa Almeida, morta diante da filha de 10 meses, em Cascavel, no Paraná.

O governo paulista mudou sua política em 13 de fevereiro de 2019. Neste dia, após acerto entre os governos estadual e federal, a Justiça de São Paulo determinou a transferência de Marcola e outras 21 lideranças da Penitenciária 2 de Presidente Venceslau para os presídios fede-

rais de Mossoró, no Rio Grande do Norte, e Porto Velho, em Rondônia, e Brasília⁷⁸. A gota d'água que levou o governo de João Doria (PSDB) a optar pela transferência da cúpula do PCC foi a descoberta de um plano de resgate de presos na P2 de Venceslau, que envolveria um avião LJ35 – LearJet, com capacidade para 10 pessoas, segundo o Ministério Público Estadual⁷⁹.

A inédita transferência dos líderes do PCC gerou o temor de que a facção reprisasse os ataques de maio de 2006. Os dias foram passando e a retaliação do Partido do Crime não veio. Uma boa notícia? Talvez. Acontece que, para explicar porque o PCC dessa vez não reagiu com a mesma de violência de 13 anos atrás, uma das hipóteses é a de que a facção, hoje, já estaria tão firmemente estruturada que poderia continuar a funcionar mesmo com o isolamento de suas lideranças. Em outras palavras, longe de apontar uma fraqueza, a postura passiva diante da transferência talvez reflita o fortalecimento do PCC, que não teria reagido com violência simplesmente porque não precisa mais disso.

78 JOZINO, Josmar; CRUZ, Maria Teresa. Marcola e outros integrantes da cúpula do PCC são transferidos para presídios federais. Ponte Jornalismo, 13/2/2019. Disponível em <<https://ponte.org/lider-do-pcc-presno-no-interior-de-sp-sera-transferido-para-presidio-federal/>>

79 JOZINO, Josmar; CRUZ, Maria Teresa. Plano de fuga com avião pilotado por iraniano motivou transferência de líder do PCC. Ponte Jornalismo, 13/2/2019. Disponível em <<https://ponte.org/gota-dagua-para-transferencia-de-lideres-do-pcc-foi-plano-de-fuga-com-aviao-pilotado-por-iraniano/>>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na abertura dessa publicação, chamamos a atenção para como houve uma mudança de postura das autoridades diante do cenário do crime organizado. Em vez de fingir que as facções criminosas não existiam ou minimizar sua importância, governadores de estados e o governo federal passaram a mencionar seus nomes, chegando ao ponto de o ministro da Justiça Sergio Moro sugerir eternizar os nomes de algumas dessas facções na letra da lei.

Tomada isoladamente, é uma atitude que poderia ser considerada uma boa nova, pois parece indicar um objetivo real de encarar o problema como ele é para poder enfrentá-lo da melhor maneira. Poderia. Como também poderia ser considerada positiva a intenção, anunciada por Moro, de criar uma estratégia nacional de combate a essas facções — tarefa que historicamente havia ficado a cargo dos governos estaduais, que se encarregavam de levar aos trancos e barrancos a tarefa inglória de enfrentar, dentro de seus limites territoriais, grupos que espalhavam sua influência por todo o Brasil e, mais recentemente, também para outros países. Poderia.

Quando se olha para o conjunto das políticas públicas, contudo, nota-se que as mesmas autoridades que agora dizem com todas as letras os nomes do Primeiro

Comando da Capital e do Comando Vermelho, quando se trata de falar de ações, acabam propondo as mesmas soluções de sempre para combater o problema, valendo-se de uma lógica de guerra que privilegia mais repressão, mais encarceramento e mais violações aos direitos humanos. Exatamente a mesma política que, como esperamos ter demonstrado nos capítulos anteriores, levou ao surgimento e à expansão do crime organizado no Brasil.

Nesse contexto, mesmo o que poderia ser visto como uma boa notícia — o reconhecimento de que o problema das facções criminosas é real e deve ser enfrentado — acaba por se mostrar no oposto disso. Afinal, trata-se do contexto em que o país testemunha a chegada ao poder de um movimento de extrema direita, que tem como uma de suas características a busca por inimigos imaginários contra quem busca travar uma guerra “santa”. Afinal, tanto o presidente Jair Bolsonaro como vários de seus ministros passam os dias denunciando conspirações nebulosas envolvendo conceitos vagos que buscam combater: o “comunismo”, a “ideologia de gênero”, o “globalismo”, o Foro de São Paulo, os “fake news” da mídia.

A atitude de nomear o crime organizado, nesse caso, corre o risco de atender à

velha estratégia dos governantes que se valem da figura de inimigos, reais ou imaginários, capaz de estimular um clima de medo e caça às bruxas que justifiquem a adoção de medidas excepcionais de destruição de garantias individuais e perseguição aos grupos mais socialmente vulneráveis. Algo que, no Brasil, obedece a uma longa tradição. A ameaça de uma insurgência monarquista que nunca existiu levou o presidente Prudente de Moraes, em 1897, a arrasar até o último dos 50 mil habitantes de Canudos, a segunda maior cidade da Bahia na época. O espectro do comunismo, um dos mais duradouros e versáteis, justificou todo tipo de crime e perseguição em nome da liberdade, do falso Plano Cohen que serviu de justificativa para o golpe que deu origem ao Estado Novo, em 1937, até as execuções e torturas praticadas pela última ditadura militar de 1964-1985.

O Estado agora olha para as facções criminosas e as chama pelo nome, mas prefere combatê-las usando os mesmos remédios de sempre, e sem reconhecer sua responsabilidade no surgimento do problema. Tanto no plano de governo de Bolsonaro como no Anteprojeto de Lei Anticrime de Sergio Moro, as ferramentas propostas de combate ao crime organizado não envolvem nada além de mais encarceramento e mais repressão, inclusive ampliando as possibilidades de inocentar ou diminuir a pena de policiais que mataram suspeitos⁸⁰. Parecem ignorar como o punitivismo e a violência foram a marca, desde sempre, de todas as políticas no combate aos delitos dos mais pobres no Brasil e que, se essas políticas não deram certo, nunca foi por falta de dureza. De medidas legais, como as restrições à progressão de pena, até a adoção de políticas típicas do terrorismo de Estado,

⁸⁰ STABILE, Arthur; VASCONCELOS, Paloma. Por que o pacote anticrime de Moro só serve para atacar negros e pobres. Ponte Jornalismo, 5/5/2019. Disponível em <<https://ponte.org/entenda-8-pontos-do-projeto-anticrime-do-ministro-sergio-moro>>

incluindo detenções ilegais, sequestros, armações, torturas e execuções extrajudiciais em massa, como as que o governo de São Paulo cometeu no Carandiru, na Castelinho e em maio de 2006, não houve medida “dura” que o Brasil não houvesse adotado.

A impressão é de que nem Moro ou tampouco Bolsonaro conhecem a história das facções criminosas no Brasil, como se formaram e cresceram apesar — e, muitas vezes, por causa — da violência do Estado brasileiro. Longe de ser um remédio, a violência estatal, praticada sem restrições nem preocupação com legalidade ou direitos humanos, está na raiz das condições que levaram à explosão dessas facções no Brasil.

É preciso superar a propaganda governamental e o senso comum que tratam o combate ao crime organizado como uma luta do bem contra o mal, em que o Estado, representante da ordem, da paz e do progresso, trava um combate civilizatório contra grupos violentos que desafiam sua autoridade legítima colocando o país no rumo da barbárie.

O passado e o presente da relação entre o Estado e o crime organizado revelam uma realidade que desmente essa caricatura. Estado e crime organizado estão permanentemente conectados, numa relação tensa e explosiva, porém constante. Para começar, o crime organizado no Brasil surge diretamente das ações e omissões do Estado. As maiores facções nasceram no ventre do Estado: nas prisões, onde as violências praticadas diretamente contra os corpos e as vidas dos detentos, ou indiretamente, por meio do desrespeito aos direitos mais básicos, forneceram o combustível necessário para que as facções explodissem. Ao se expandir, o crime organizado amplia suas relações com o Estado, por meio da corrupção de agentes e também de acordos tácitos, que as forças de segu-

rança permanentemente são forçadas a assumir no contexto da “guerra às drogas”, esse conflito impossível de ser vencido. E, ao combater as facções que ajudou a criar, o Estado brasileiro frequentemente adota estratégias de uso da força que utilizam um grau de barbárie que não deve nada ao crime organizado.

O papel dos governos como agentes da necropolítica sobre populações negras e pobres fica ainda mais evidente quando se examina as milícias, formadas justamente por agentes estatais e paraestatais. Se inicialmente parte da opinião

pública via as milícias como um mal menor no combate ao narcotráfico, hoje já ficou bastante claro que são um problema muito pior, porque cometem os mesmos crimes, mas são muito mais difíceis de serem combatidas, por causa de suas extensas imbricações com o Estado, que, hoje, chegam até a família do presidente da República.

Entender que o respeito aos direitos humanos e busca por justiça social não são empecilhos no combate ao crime organizado, mas parte fundamental de qualquer política que busque ser efetiva, é o grande desafio dos tempos que correm.

RECOMENDAÇÕES

Na busca de políticas públicas que consigam enfrentar a expansão do crime organizado e dos grupos paramilitares no Brasil, garantindo o respeito à democracia e aos direitos humanos, sem o qual o próprio Estado se torna apenas mais uma entre outras gangues de criminosos, apresentamos a seguir uma série de recomendações que, esperamos, sirvam como ponto de partida para o debate em torno de soluções reais, que tomem como ponto de partida o conhecimento aprofundado dos problemas e o diálogo permanente com os mais diversos setores da sociedade, principalmente os mais fragilizados.

• Fim da guerra às drogas

O modelo proibicionista e militarizado de combate às drogas adotado pela maior parte dos países do mundo no século passado, e que se intensificou a partir dos anos 1970, mostrou-se um fracasso reconhecido por diversos estudos, entre eles um relatório da International Drug Policy Consortium (IDPC), rede formada por 177 ONGs, que apontou como as políticas de “guerra às drogas” não conseguiram diminuir a produção nem o consumo de substâncias ilegais e ainda provocou prejuízos mundiais para os direitos humanos, a saúde, a educação e o desenvolvimento⁸¹ dos países.

Trazendo essas lições para o Brasil, as autoridades precisam compreender que não pode haver um combate efetivo ao crime organizado sem uma discussão que questione o atual modelo de guerra às drogas e analise com atenção as expe-

riências com redução de danos, como a realizada pelo programa De Braços Abertos, da Prefeitura de São Paulo, e as experiências com descriminalização de substâncias realizadas em Uruguai, Portugal e estados norte-americanos.

• Por uma política nacional, e transnacional, de combate ao crime organizado

A maior parte do efetivo policial brasileiro está reunido nas Polícias Militares e Civis estaduais, subordinadas aos governadores locais, que enfrentam grandes dificuldades para atuar fora de seus territórios. Trata-se de um modelo que logo de saída revela enorme desvantagem para enfrentar as redes do crime organizado, que sempre montaram estruturas capazes de superar os limites estaduais e que há anos ultrapassaram também as fronteiras nacionais. Recentemente, a Polícia Federal tem desenvolvido ações de combate ao crime organizado, o que é um avanço, porém insuficiente. O combate efetivo às facções criminosas e grupos paramilitares passa por ações integradas capazes de somar os esforços dos diversos atores da segurança pública envolvidos no Brasil, incluindo aí a Polícia Federal, as polícias estaduais e os Ministérios Públicos Estaduais e Federal.

• Estratégia específica de combate aos grupos paramilitares

As milícias não são um grupo criminoso como outro qualquer, que possam ser combatidas por uma política genérica de enfrentamento às facções criminosas, como sugere o pacote anticrime do ministro Sérgio Moro. Ao contrário. Os grupos paramilitares conhecidos como milícias “não são um poder paralelo, são o Estado”, como costuma afirmar o professor José Cláudio Souza Alves, tanto neste como em outros trabalhos. Com essa

⁸¹ International Drug Policy Consortium Publication. Taking stock: A decade of drug policy - A civil society shadow report. 2018. Disponível em < <https://idpc.net/publications/2018/10/taking-stock-a-decade-of-drug-policy-a-civil-society-shadow-report> >

formulação, Alves destaca que os grupos paramilitares reúnem uma capacidade de corromper as estruturas do Estado de Direito que é muito maior do que a de qualquer grupo criminoso tradicional, por operar de dentro para fora das estruturas estatais. Por causa de seu potencial corrosivo muito maior, e da dificuldade que o Estado naturalmente enfrenta ao lidar com estruturas corruptas dentro de si, os grupos paramilitares precisam de políticas próprias de enfrentamento. Para pensá-las, um caminho interessante é analisar com atenção as experiências ocorridas na Colômbia, país que enfrentou processo parecido nas últimas décadas.

• Reforma das polícias

É impossível falar em aprimorar o trabalho de investigação do crime realizado no Brasil sem enfrentar a questão do modelo de policiamento existente no País, que não tem paralelo em países democráticos e é fonte permanente de ineficiência, autoritarismo e abusos aos direitos humanos. Previsto no artigo 144 da Constituição Federal, o modelo de segurança pública brasileiro construiu a existência de duas forças policiais, uma civil, destinada à investigação, e outra militar, que é força auxiliar do Exército e destinada ao policiamento ostensivo, que reúne maior efetivo e recebe a maior parte dos investimentos.

A ênfase ao policiamento ostensivo militarizado privilegia as prisões em flagrante, motivadas principalmente por questões relacionadas ao consumo ou ao pequeno comércio de drogas, que é o que está ao alcance efetivo do patrulhamento de rua. Nesse contexto, “os grupos sociais mais vulneráveis, no quadro maior das desigualdades brasileiras e do racismo estrutural”, se tornam os principais alvos dos policiais, que tendem “a atuar como tropa de ocupação e enfrentar inimigos” nos

territórios vulneráveis, frequentemente apelando para as prisões sem provas e as execuções extrajudiciais de negros e pobres (SOARES, 2019). Afastadas das ruas e desprovidas de estrutura, as polícias civis se vêm às voltas com uma capacidade de investigação muito reduzida e especialmente ineficiente contra um problema complexo como as facções criminosas ou os grupos paramilitares.

Dentre as possíveis propostas de rediscussão do modelo de policiamento brasileiro, um bom ponto de partida para um debate é a Proposta de Emenda Constitucional n. 51 (PEC-51), do senador Lindbergh Farias (PT/RJ), que prevê um remodelamento do artigo 144 e a criação de polícias civis de ciclo único, responsáveis tanto pelo policiamento de rua como pela investigação.

• Redução do encarceramento de massa

Não é coincidência que um dos países que mais investiu em políticas de encarceramento em massa, a ponto de se reunir a terceira maior população carcerária do planeta, tenha testemunhado o surgimento de diversas facções criminosas a partir de suas prisões. Como esperamos ter demonstrado nesse trabalho, no Brasil o crime organizado surge nas celas, nas quais as condições degradantes estimulam a reação organizada dos detentos como estratégia de sobrevivência, e nas celas montam os seus exércitos, contando com um vasto contingente humano de gente torturada e cheia de ódio. Fonte de aumento da criminalidade e do poder do crime organizado, o encarceramento em massa precisa ser revisto, por meio tanto de uma nova política para drogas como por uma revisão dos critérios para a decretação de prisões cautelares, uma exceção legal que os tribunais transformaram em regra para os réus negros e pobres.

CRONOLOGIA

1979: Presos do Instituto Penal Candi-do Mendes, na Ilha Grande (RJ), criam a Falange da LSN, que depois se tornaria Falange Vermelha e, por fim, Comando Vermelho.

2/10/1992: Massacre do Carandiru: policiais militares matam a tiros 111 presos na Casa de Detenção do Carandiru, em São Paulo.

1993: Criação do Primeiro Comando da Capital na Casa de Custódia de Taubaté (SP).

1994-1998: A Associação Amigos dos Amigos, ADA, se organiza nos presídios fluminenses. Ela se torna a facção criminosa mais próxima do Estado.

18/2/2001: Primeira grande ação pública do PCC. Megarrebelião atinge simultaneamente 25 penitenciárias e quatro cadeias públicas. Autoridades são obrigadas a reconhecer a existência da facção.

18/2 e 19/2/2002: Pela primeira vez, PCC realiza ataques fora das prisões. Explode granadas em dois prédios públicos da capital paulista e metralha um fórum em São Vicente (SP), deixando um morto.

5/1/2001: Por meio de portaria, o secretário de Administração Penitenciária Nagashi Furukawa cria o RDD (Regime Disciplinar Diferenciado), um sistema de isolamento que passa a ser largamente utilizado contra presos do crime organizado.

27/7/2001: Morte de um dos principais líderes do PCC, Idemir Carlos Ambrósio, o Sombra, na Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté. Tem início um racha interno que vai terminar com a consolidação da liderança de Marcola e a adoção pela facção de uma orientação mais empresarial.

2002: No conjunto de favelas da Maré, na zona norte do Rio, surge o Terceiro Coman-

do Puro (TCP), a partir de um racha do Terceiro Comando, surgido nos anos 70.

5/3/2002: Policiais militares matam 12 integrantes do PCC na rodovia Senador José Ermírio de Moraes, a Castelinho. Chacina ocorreu após PMs do Gradi (Grupo de Repressão e Análise aos Delitos de Intolerância) infiltrarem criminosos e policiais disfarçados na facção e convencê-los a roubar um avião-pagador que não existia.

2002: Desativação da Casa de Detenção do Complexo Carandiru. Dez anos depois, ela seria implodida.

2/4/2002: Governo inaugura o CRP (Centro de Readaptação Penitenciária) de Presidente Bernardes para isolar as lideranças do PCC.

1994: Ernaldo Pinto de Medeiros, o Uê, deixa o Comando Vermelho após matar seu parceiro Orlando da Conceição, o Orlando Jogador.

11/9/2002: Fernandinho Beira-Mar, do CV, lidera revolta que leva à morte de Uê e outros rivais no presídio Bangu 1. Chacina leva integrantes do TC a passarem para o Terceiro Comando Puro e ADA.

14/3/2003: Antonio José Machado Dias, o Machadinho, juiz-corregedor dos Presídios da Região Oeste de São Paulo, é assassinado pelo PCC. Para evitar novas mortes de juizes, a Justiça transfere os processos de execução das lideranças da facção para a capital paulista.

2/11/2003: Contra a aplicação do RDD, o PCC deflagra série de 17 atentados contra a polícia, que termina com a morte de dois policiais militares, um agente penitenciário e um detento.

1º/12/2003: Lei federal nº 10.792/2003 regulamenta o Regime Disciplinar Diferenciado (RDD).

3/2005: Policiais civis sequestram e torturam Rodrigo Olivatto Moraes, enteado

de Marcola. Ele é libertado após o pagamento de resgate de R\$ 300 mil.

23/10/2005: Um atentado do PCC mata José Ismael Pedrosa. Ele havia dirigido a Casa de Detenção durante o Massacre do Carandiru e a Casa de Custódia e Tratamento de Taubaté, quando a unidade se tornou conhecida pela prática de torturas, que estimularam um grupo de presos a criar o PCC, em 1993.

12/5/2006: Após a transferência de 765 presos para a P2 de Presidente Venceslau, o PCC dá início a uma série de ataques.

21/5/2006: A reação do Estado, por meio de policiais fardados e de grupos de extermínio, deixa 452 mortos em dez dias. Já os mortos pelo PCC chegam ao total de 42.

12/8/2006: Sequestro do jornalista Guilherme Portanova, da Globo, por homens do PCC. Ele é libertado no dia seguinte, após a emissora transmitir uma declaração gravada da facção.

13/8/2006: Morte de Cesinha, consequência tardia do racha do PCC de 2001.

14/5/2008: Milicianos torturam dois jornalistas e um motorista do jornal O Dia. Crime abala visão positiva que a opinião pública tinha das milícias.

28/5/2012: Policiais da Rota matam Anderson Minhano, do PCC. Essa e outras mortes levam a facção a iniciar uma série de ataques contra policiais que se estende ao longo do semestre.

4/11/2014: Juiz Hélio Vilaça Furukawa, filho de Nagashi Furukawa, antigo diretor

da Secretaria da Administração Penitenciária, absolve os 55 réus da Operação Castelinho.

15/6/2016: Jorge Rafaat, que dominava as rotas do tráfico na fronteira entre Brasil e Paraguai, é assassinado em Pedro Juan Caballero.

15/2/2018: Importantes lideranças do PCC, Gegê do Mangue e Paca são assassinados no Ceará. Mortes levantam suspeita de um possível racha contra Marcola dentro da facção, que não se confirmou.

14/5/2018: A vereadora Marielle Franco (Psol) e o motorista Anderson Gomes são assassinados no centro do Rio. Milicianos são suspeitos do crime.

6/12/2018: Relatório do Coaf (Conselho de Controle de Atividades Financeiras) aponta movimentação atípica de R\$ 1,2 milhão, no ano anterior, nas contas de Fabrício Queiroz, que trabalhava como funcionário no gabinete de Flávio Bolsonaro, filho do presidente Jair Bolsonaro. Revelação começa a escancarar ligações da família Bolsonaro com as milícias.

13/2/2019: Marcola e outros 21 presos são transferidos para presídios federais — em princípio, capazes de garantir mais isolamento do que os estaduais. É a primeira vez que São Paulo adota essa medida contra a cúpula da facção.

12/3/2019: Polícia Civil e Ministério Público Estadual prendem o PM da reserva Ronnie Lessa e o ex-PM Elcio Queiroz, acusados da morte de Marielle. Lessa era vizinho do presidente Jair Bolsonaro no condomínio Vivendas da Barra, na Barra da Tijuca/RJ.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Livros e estudos

- Atlas da violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.
- ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a ação de milícias no âmbito do Estado do Rio de Janeiro. 2008.
- ALVES, José Claudio Souza. Dos barões ao extermínio: uma história da violência na Baixada Fluminense. Rio de Janeiro: APPH, 2003.
- ALVES, José Claudio Souza. Milícias: mudanças na economia política do crime no Rio de Janeiro. In: Justiça Global. Segurança, tráfico e milícia no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2008.
- AMORIM, Carlos. Comando Vermelho: A história do crime organizado. Rio de Janeiro: Record, 1993.
- BIDERMAN, C. et al. Pax Monopolista and Crime: the case of the emergence of The Pimeiro Comando da Capital in São Paulo. Working papers, Domestic Violence, 7.15.2104, n.2014/03, CAF Development Bank of Latin America.
- BUENO, Samira e LIMA, Renato Sérgio de (coord.). Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2019. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em <<http://www.forumseguranca.org.br/publicacoes/13-anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>>
- CÂMARA DOS DEPUTADOS. Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas. Novembro/2006. Disponível em <<https://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-temporarias/parlamentar-de-inquerito/52-legislatura/cpiarmas>>
- CANO, Ignácio; ALVADIA, Alberto. Análise dos impactos dos ataques do PCC em São Paulo em maio de 2006. Rio de Janeiro: Laboratório de Análise da Violência (LAV-UERJ), 2008.
- CARAMANTE, André (org.). Mães em luta: dez anos dos Crimes de Maio de 2006. São Paulo: Nós por Nós, 2016.
- CONDEPE. Crimes de Maio. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.observatoriodeseguranca.org/files/Ataquespcc_lgCano.pdf>
- DIAS, Camila Nunes. PCC: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência. São Paulo: Saraiva, 2013.
- DIAS, Camila et al. A prática de execuções na região metropolitana de São Paulo na crise de 2012: um estudo de caso. Revista Brasileira de Segurança Pública, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 160-179, ago./set. 2015.
- DIAS, Camila Nunes; MANSO, Bruno Paes. A guerra - a ascensão do PCC e o mundo do crime no Brasil. São Paulo: Todavia, 2018.
- FARIA, Cátia. Revolucionários, bandidos e marginais - Presos políticos e comuns sob a ditadura militar. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História (PPGH) da Universidade Federal Fluminense (UFF). Niterói (RJ): 2005.
- JOZINO, Josmar. Casadas com o crime. São Paulo: Letras do Brasil, 2008.
- JOZINO, Josmar. Xequemate - Os letais boinas pretas: guerra sem fim. São Paulo: Letras do Brasil, 2012.
- JOZINO, Josmar. Cobras e lagartos: a verdadeira história do PCC. 2ª ed. São Paulo: Via Leitura, 2017.
- JUSTIÇA GLOBAL; INTERNATIONAL HUMAN RIGHTS CLINIC. São Paulo sob ataque: corrupção, crime organizado e violência institucional em maio de 2006. Relatório, maio de 2011. Disponível em: <<http://hrp.law.harvard.edu/wp-content/uploads/2011/05/full-with-cover.pdf>>
- International Drug Policy Consortium Publication. Taking stock: A decade of drug policy - A civil society shadow report. 2018. Disponível em <<https://idpc.net/publications/2018/10/taking-stock-a-decade-of-drug-policy-a-civil-society-shadow-report>>
- LESSING, Benjamin. As facções cariocas em perspectiva comparativa. Novos Estudos - CEBRAP, 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002008000100004&lng=en&nrm=iso>.
- LIMA, William da Silva. 400 contra 1 - uma história do Comando Vermelho. 2ª ed. São Paulo: Labor-texto Editorial, 2001.
- PAIVA, Luiz Fábio S. Dinâmicas das violências em tempos de facções criminosas no Ceará: cada vida importa. Relatório do segundo semestre de 2017 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Fortaleza: Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência, 2018. Disponível em <<http://cadavidaimporta.com.br/wp-content/uploads/2018/05/Relato%CC%81rio-2017.2-CORRIGIDO.pdf>>
- PAIVA, Luiz Fábio S. Aqui não tem gangue, tem facção: as transformações sociais do cri-

me em Fortaleza, Brasil. Cad. CRH. 2019, vol.32, n.85, pp.165-184. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792019000100165>

PEREIRA, Valter P.; MARVILLA, Miguel (org.). Ditaduras não são eternas - memórias da resistência ao Golpe de 1964, no Espírito Santo. Vitória (ES): Flor&Cultura: Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo, 2005.

RATTON, José Luiz; DAUDELIN, Jean. Construction and deconstruction of a homicide reduction policy: The case of Pact for Life in Pernambuco, Brazil. International Journal of Criminology and Sociology, 2018, 7, 173-183.

SOARES, Luiz Eduardo. Desmilitarizar: segurança pública e direitos humanos. São Paulo (SP): Boitempo, 2019.

SÜSSEKIND, Elizabeth. Estratégias de sobrevivência e de convivência nas prisões do Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) - FGV - Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 2014.

Conteúdo jornalístico

ABBUD, Bruno; MELLO, Igor; ARAÚJO, Vera. Flávio Bolsonaro empregou mãe e mulher de chefe do Escritório do Crime em seu gabinete. O Globo. 22/01/2019. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/flavio-bolsonaro-empregou-mae-mulher-de-chefe-do-escritorio-do-crime-em-seu-gabinete-23391490>>

ADORNO, Luís. Em um ano e meio, 721 detentos morreram no Estado de São Paulo. Ponte Jornalismo. 29/2/2016. Disponível em <<https://ponte.org/em-um-ano-e-meio-721-detentos-morreram-no-estado-de-sao-paulo>>

ADORNO, Luís. Troca de presos do PCC e Comando Vermelho ocorreu para evitar “assassinatos violentos”. Uol, 4/12/2017. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2017/12/04/troca-de-presos-do-pcc-e-comando-vermelho-entre-rio-e-sp-ocorreu-por-guerra-declarada.htm>>

ALBUQUERQUE, Ana Luiza; NOGUEIRA, Ítalo; BARBON, Júlia. Flávio Bolsonaro empregou mãe e mulher de ex-PM do Rio suspeito de chefiar milícia. Folha de S.Paulo, 22/1/2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/flavio-bolsonaro-empregou-mae-e-mulher-de-capitao-presos-em-operacao-contramilicias.shtml>>

ALVES, José Cláudio Souza. “No Rio de Janeiro a milícia não é um poder paralelo: É o Estado”. Carta

Maior, 28/01/2019. Entrevista concedida a Mariana Simões. Disponível em <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/-No-Rio-de-Janeiro-a-milicia-nao-e-um-poder-paralelo-e-o-Estado-/4/43069>>

AMÂNCIO, Thiago. Torturado por milícia, fotógrafo vive isolado e vê avanço dos criminosos. Folha de S.Paulo, 17/3/2019. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/03/torturado-por-milicia-fotografo-vive-isolado-e-ve-avancos-dos-criminosos.shtml>>

ARAÚJO, Thiago de. Narcosul, o cartel do PCC que cresce na Amazônia e pode ser o 1º transnacional do mundo. Sputnik Brasil, 19/9/2018. Disponível em <<https://br.sputniknews.com/brasil/2018091912245895-narcosul-pcc-traffic/>>

BARIFOUSE, Rafael. O que são e como agem as milícias acusadas de matar Marielle Franco. BBC, 15/12/2008. Disponível em <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46559926>>

BERTOLOTTI, Rodrigo. Milícias S.A. Uol Tab, 17/4/2018. Disponível em <<https://tab.uol.com.br/milicias>>

BORBA, Allan. Tortura a jornalistas em 2008 joga luz sobre atuação das milícias no Rio. O Globo, 30/01/2018. Disponível em <<https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/tortura-jornalistas-em-2008-joga-luz-sobre-atuacao-das-milicias-no-rio-22344403>>

CARAMANTE, André. Após três anos, chacina do Jardim Rosana vira símbolo da impunidade da PM de SP. Ponte Jornalismo, 20/1/2016. Disponível em <<https://ponte.org/reportagem-especial-apos-tres-anos-chacina-do-jardim-rosana-vira-simbolo-da-impunidade-da-pm-de-sao-paulo/>>

CLAUDINO, Nilton. Minha dor não sai no jornal. Piauí. Edição 59, agosto de 2011. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/materia/minha-dor-nao-sai-no-jornal>>

COELHO, Henrique. Milícia domina Antares e lucra com tráfico de drogas em Santa Cruz, diz MP. G1, 24/11/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/11/24/milicia-domina-antares-e-lucra-com-traffic-de-drogas-em-santa-cruz-diz-mp.ghtml>>

COSTA, Flávio. Omissão do Estado permitiu avanço das milícias nos últimos 10 anos, dizem Freixo e relator da CPI. Uol, 17/04/2018. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/04/17/em-dez-anos-governos-do-rio-permitiram-avanco-das-milicias-dizem-freixo-e-relator-da-cpi.htm>>

DECLERCQ, Marie. Tudo o que sabemos sobre os conflitos na Rocinha. Vice Brasil. 27/9/2017. Dis-

ponível em <https://www.vice.com/pt_br/article/kz7n83/tudo-que-sabemos-sobre-os-conflitos-na-rocinha>

O DIA. MP atesta união de PCC com Nem da Rocinha. O Dia. 13/07/2018. Disponível em <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/07/5557333-mp-atesta-uniao-de-pcc-com-nem-da-rocinha.html>>

O DIA. Deputado quer legalizar milícias no Rio. O Dia, 16/3/2007. Disponível em <<https://www.terra.com.br/noticias/brasil/politica/deputado-quer-legalizar-milicias-no-rio,f2fe24d51491139f856ce9e94d4a88bc1m7unakr.html>>

DIAS, Camila Nunes. “A ‘morte natural’ de presos em SP: o Estado mata, deixando morrer.” Ponte Jornalismo, 1/3/2016. Disponível em <<https://ponte.org/a-morte-natural-de-presos-em-sao-paulo-o-estado-mata-simplesmente-deixando-morrer/>>

FANTTI, Bruna. Milícia tenta convencer traficantes a trocar de lado oferecendo mais dinheiro. O Dia, 14/10/2018. Disponível em <<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/10/5582855-milicia-tenta-convencer-trafficantes-a-trocar-de-lado-oferecendo-mais-dinheiro.html>>

FREIRE, Felipe; TELES, Lília. Imagens mostram irregularidades em presídio em Japeri, no RJ. RJTV, 31/10/2017. Disponível em <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/imagens-mostram-irregularidades-em-presidio-em-japeri-no-rj.ghtml>>

G1. Confronto que deixou 5 mortes em Fortaleza foi anunciado no Facebook. G1, 23/2/2017. Disponível em <<http://g1.globo.com/ceara/noticia/2017/02/confronto-que-deixou-5-mortes-em-fortaleza-foi-anunciado-no-facebook.html>>

GRANDIN, Felipe; COELHO, Henrique; MARTINS, Marco Antônio; SATRIANO, Nicolás. Franquia do crime: 2 milhões de pessoas no RJ estão em áreas sob influência de milícias. G1, 14/3/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/franquia-do-crime-2-milhoes-de-pessoas-no-rj-estao-em-areas-sob-influencia-de-milicias.ghtml>>

GLOBONEWS. RJ tem quase o dobro de presos para a capacidade do sistema penitenciário. G1, 27/02/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/rj-tem-quase-o-dobro-de-presos-para-a-capacidade-do-sistema-penitenciario.ghtml>>

HERINGER, Carolina; SOARES, Rafael. Debandada de criminosos esvazia facção criminosa no Rio. Extra, 27/11/2017. Disponível em <<https://extra.globo.com/casos-de-policia/guerra-do-rio/debandada-de-criminosos-esvazia-facao-criminosa-no-rio-22117061.html>>

JOZINO, Josmar. MP cogita desvio de dinheiro para morte de líderes do PCC. Ponte Jornalismo,

20/2/2018. Disponível em <<https://ponte.org/mp-cogita-desvio-de-dinheiro-para-morte-de-lideres-do-pcc>>

JOZINO, Josmar; CRUZ, Maria Teresa. Bilhete indica que PCC ordenou as mortes de Gegê e Paca. Ponte Jornalismo, 22/2/2018. Disponível em <<https://ponte.org/bilhete-indica-que-pcc-ordenou-as-mortes-de-gege-e-paca/>>

JOZINO, Josmar; CRUZ, Maria Teresa. Como o Governo de SP assistiu a uma penitenciária virar sede do PCC. Ponte Jornalismo, 14/12/2018. Disponível em <<https://ponte.org/como-o-governo-de-sp-assistiu-uma-penitenciaria- virar-sede-do-pcc>>

JOZINO, Josmar. Geleição, único fundador do PCC vivo, vai completar 40 anos preso. Ponte Jornalismo, 14/01/2019. Disponível em <<https://ponte.org/geleiao-unico-fundador-do-pcc-vivo-vai-completar-40-anos-presos/>>

JOZINO, Josmar; CRUZ, Maria Teresa. Marcola e outros integrantes da cúpula do PCC são transferidos para presídios federais. Ponte Jornalismo, 13/2/2019. Disponível em <<https://ponte.org/lider-do-pcc-presos-no-interior-de-sp-sera-transferido-para-presidio-federal/>>

JOZINO, Josmar; CRUZ, Maria Teresa. Plano de fuga com avião pilotado por iraniano motivou transferência de líder do PCC. Ponte Jornalismo, 13/2/2019. Disponível em <<https://ponte.org/gota-dagua-para-transferencia-de-lideres-do-pcc-foi-plano-de-fuga-com-aviao-pilotado-por-iraniano/>>

JORNAL NACIONAL. Caso Marielle: JN tem acesso exclusivo a depoimento de suspeito. 07/12/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2018/12/07/caso-marielle-jn-tem-aceso-exclusivo-a-depoimento-de-suspeito.ghtml>>

LIMA, Luciana. Poder Público foi “sócio” das milícias no Rio, avalia presidente de CPI. Agência Brasil. 28/8/2008. Disponível em <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2008-08-28/poder-publico-foi-%E2%80%9Cocio%E2%80%9D-das-milicias-no-rio-avalia-presidente-de-cpi>>

MAZZA, Luigi. Flávio, os condenados e os condecorados. Piauí, 22/2/2019. Disponível em <<https://piaui.folha.uol.com.br/flavio-os-condenados-e-os-condecorados>>

MELO, Emanoela Campelo de. Índice de homicídios no Ceará cresce 38,1%. Diário do Nordeste, 10/2/2018. Disponível em <<https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/editorias/seguranca/indice-de-homicidios-no-ceara-cresce-38-1-1.1893142>>

MELLO, Igor e CASTRO, Juliana. Cadeia de omissões. O Globo, 24/6/2018. Disponível em <<https://oglobo.globo.com/brasil/cadeia-de-omissoes-22813630>>

MARTINS, Marco Antônio. Facção paulista se une a quadrilhas do RJ que tentam tomar tráfico na Rocinha. G1, 1/3/2018. Disponível em <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/facciao-paulista-se-une-a-quadrilhas-do-rj-que-tentam-tomar-trafico-na-rocinha.ghtml>>

MIGOWSKI, Eduardo. As origens do Comando Vermelho explicam por que o Brasil é tão violento. Voyager, 15/1/2018. Disponível em <<https://voyager1.net/sociedade/origens-do-comando-vermelho>>

NAÇÕES UNIDAS. UNICEF: homicídios de adolescentes batem recorde; Nordeste registra índices mais altos de violência. Nações Unidas do Brasil, 11/10/2017. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/unicef-homicidios-de-adolescentes-batem-recorde-nordeste-registra-indices-mais-altos-de-violencia/>>

OLIVEIRA, Cecília. As ligações dos Bolsonaro com as milícias. The Intercept Brasil, 22/1/2019. Disponível em <<https://theintercept.com/2019/01/22/bolsonaros-milicias/>>

OLIVEIRA, Cecília e EIRAS, Yuri. O fim de uma facção. The Intercept Brasil. 13/12/2018. Disponível em <<https://theintercept.com/2018/12/13/o-fim-de-uma-facciao/>>

PASSOS, Paula. Por que o ‘Pacto Pela Vida’ em Pernambuco fracassou. Ponte Jornalismo, 18/3/2019. Disponível em <<https://ponte.org/por-que-o-pacto-pela-vida-em-pernambuco-fracassou>>

PENTEADO, Gilmar; SILVA, Alessandra. Polícia de SP anuncia “falência” do PCC. Folha de S.Paulo. São Paulo, 28/11/2002. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811200201.htm>>

PINTO, Ferreira. ‘PCC se resume a 30 líderes em presidio’, diz secretário. Entrevista concedida a Bruno Paes Manso. O Estado de S. Paulo, 12/5/2011. Disponível em <<https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,pcc-se-resume-a-30-lideres-em-venceslau-diz-antonio-ferreira-pinto,717986>>

PINTO, Ferreira. Ferreira Pinto: “O Estado não pode abrir mão da sua autoridade”. Agência Pública, 22/5/2014. Entrevista concedida a Fausto Salvadori e William Cardoso. Disponível em <<https://apublica.org/2014/05/ferreira-pinto-o-estado-nao-pode-abrir-mao-de-sua-autoridade>>

PRAZERES, Leandro. CV e Família do Norte exploram nova rota de tráfico de maconha na Amazônia. Uol, 26/2/2018. Disponível em <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/02/26/cv-e-familia-do-norte-exploram-nova-rota-de-trafico-de-maconha-na-amazonia.htm>>

RIBEIRO, Dillyane de Souza. As meninas e a necropolítica no Ceará. Justificando, 16/1/2019. Disponível em <<http://www.justificando.com/2019/01/16/as-meninas-e-a-necropolitica-no-ceara>>

ROSSI, Clóvis. A guerra e os mortos. Folha de S.Paulo, 12/3/2002. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniao/fz1203200204.htm>>

SALVADORI, Fausto; CARDOSO, William. Guerra à periferia. Agência Pública, 22/5/2014. Disponível em <<https://apublica.org/2014/05/guerra-a-periferia/>>

SEMER, Marcelo. “Lei anticrime de Moro é um dos documentos mais simplórios a que já tive acesso”. Vice, 5/2/2019. Entrevista concedida a Marie Declercq. Disponível em <https://www.vice.com/pt_br/article/wjmmnw/lei-anticrime-de-moro-e-um-dos-documentos-mais-simplorios-que-ja-tive-acesso>

SEREZA, Haroldo Ceravolo. Massacre do Carandiru influencia cultura até hoje. O Estado de S.Paulo, 2/10/2002

STABILE, Arthur; JOZINO, Josmar. Líderes do PCC são mortos no Ceará; MP aponta guerra interna na facção. Ponte Jornalismo, 18/2/2018. Disponível em <<https://ponte.org/lideres-do-pcc-sao-mortos-no-ceara-mp-aponta-guerra-interna-na-facciao/>>

STABILE, Arthur; JOZINO, Josmar. Dupla executa ‘afilhado’ no PCC de Gegê do Mangue, suspeito de matar padrinho. Ponte Jornalismo, 23/2/2018. Disponível em <<https://ponte.org/dupla-mata-afilhado-de-gege-do-mangue-suspeito-de-matar-padrinho>>

STABILE, Arthur. Ataques ao governo unem facções rivais no Ceará. Ponte Jornalismo, 6/1/2019. Disponível em <<https://ponte.org/ataques-ao-governo-unem-faccoes-rivais-no-ceara>>

STABILE, Arthur; VASCONCELOS, Paloma. Por que o pacote anticrime de Moro só serve para atacar negros e pobres. Ponte Jornalismo, 5/5/2019. Disponível em <<https://ponte.org/entenda-8-pontos-do-projeto-anticrime-do-ministro-sergio-moro>>

STRECK, Lenio Luiz. PCC, CV e milícias ganham status legislativo: Moro dá bois aos nomes!. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/2019-fev-14/senso-incomum-pcc-cv-milicias-ganham-status-legislativo-moro-bois-aos-nomes>>

VALENTE, Jonas. PF vai apurar interferências na investigação do caso Marielle Franco. Agência Brasil, 01/11/2018. Disponível em <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-11/pf-vai-apurar-interferencias-na-investigacao-do-caso-marielle-franco>>



DEMOCRACIA E CRIME ORGANIZADO

Os poderes fáticos das organizações criminosas e sua relação com o Estado

Glucia Marinho | Lena Azevedo | Sandra Carvalho
Josmar Jozino | Fausto Salvadori

 **HEINRICH BÖLL STIFTUNG**
RIO DE JANEIRO
Brasil

 justiça global

 **ponte**